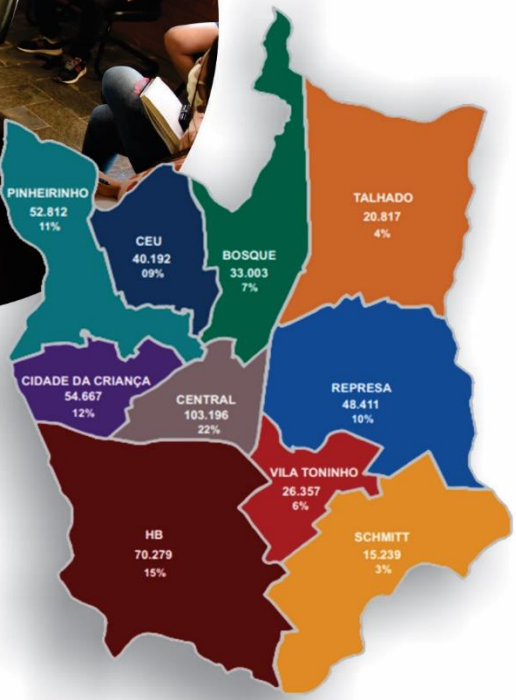
Diagnóstico Socioterritorial

São José do Rio Preto
2021/2022

Região Vila Toninho



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

PREFEITURA MUNICIPAL
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
ASSISTÊNCIA SOCIAL

Diagnóstico Socioterritorial

EXPEDIENTE

Prefeito │Edinho Araújo
Vice-Prefeito│ Orlando Bolçone
Secretária Municipal de Assistência Social │Helena Marangoni

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assessora de Secretária│Carla Ávila dos Santos
Assessora Especial │Eliana Cristina Lechado Guizzi
Assessora│Edimara Carrasco
Coordenadoria de Gestão│Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco
Departamento Administrativo e de Execução Orçamentária │Walquíria de Arruda Correa
Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda│Renata Correa Leite de Oliveira
Divisão de Gestão Operacional│Danilo Numer de Santana
Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos│Fernanda Paula Magossi Arado
Departamento de Proteção Social Básica│ Fernanda dos Santos
Departamento de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade│Janaina Darli Duarte Simão
Departamento de Gestão do Trabalho do SUAS│Kleber de Mascarenhas Navas
Departamento de Vigilância Socioassistencial │Vanessa Gimenez Ferreira
Coordenação Diagnóstico Socioterritorial: Vanessa Gimenez Ferreira

Equipe de apoio Departamento de Vigilância Socioassistencial: Adriano Marra, Ana Augusta Silva de Oliveira, André Stéfano Balbino Debiagi, Caroline da Silva Vissechi Maia, Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Isabella Caroline Malerba, Liliani Mendonça Rodas, Luana Cristina Candian de Souza, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi, Rafaela Yepes Moro.

Revisão do Diagnóstico Socioterritorial: Cláudia Jaqueline Bortoloto Franco, Geis de Oliveira Benevides, Márcia Aparecida Gonçalves, Patrícia Lisboa Ribeiro Bernussi e Vanessa Gimenez Ferreira.

Facilitadoras: Caroline da Silva Vissechi Maia, Fabiana Izilda Funiceli Laredondo, Fernanda, Paula Magossi Arado, Geis de Oliveira Benevides, Klymene Moreno de Sousa, Liliani Mendonça Rodas, Lívia Rodrigues Restofe, Luzia Emília Sanchez Ayala, Marcela Camila Garcia Gouveia Menezes, Márcia Santos da Rocha, Marinalva Madela de Brito, Thays Ferreira Gianini Proto.

Estagiária: Isabella Caroline Malerba.

Capa: Bruno Vieira de Carvalho.

SUMÁRIO

Apresentação.....4
Introdução.....5
PARTE I.....7
PARTE II.....77
Região Vila Toninho.....78
PARTE III.....142
Glossário da Assistência Social.....142

APRESENTAÇÃO

São José do Rio Preto/SP, sede da Região Metropolitana do Noroeste Paulista, é uma das melhores cidades do Brasil para se viver. É o que mostram indicadores e estudos diversos, como o divulgado em 2023 pelo Instituto Trata Brasil, colocando o município como o melhor do País no ranking de saneamento básico.

É sempre possível e necessário avançar. A propósito, os novos tempos, advindos do contexto pandêmico, trouxeram desafios sociais, administrativos, políticos e econômicos. Neste sentido, a Política de Assistência Social é imprescindível para a proteção social e defesa dos direitos dos rio-pretenses.

Para cumprir esse papel tão importante, a Assistência Social necessita entender e analisar a conjuntura em que está inserida, sendo que esse processo se dá por meio do Diagnóstico Socioterritorial. Um documento fundamental para a compreensão da realidade vivida pelas famílias da nossa cidade, especialmente as mais vulneráveis, para planejar e propor ações assertivas com as demandas da população.

Esta publicação é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelas equipes técnicas da Secretaria Municipal de Assistência Social, os usuários, conselheiros de direitos e rede socioassistencial. Cumpre uma das ações do Programa de Metas Gestão 2021/2024 de aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, de São José do Rio Preto, por meio do desenvolvimento de ações integradas entre as políticas públicas, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e territórios.

Um trabalho robusto e pormenorizado, que mostra as nossas Regiões, por meio de dados quantitativos e qualitativos, através do olhar da Assistência Social e dos munícipes atendidos. Com essa ferramenta, nosso governo poderá planejar ações ainda mais inclusivas e preocupadas com a qualidade de vida e bem-estar de todos os rio-pretenses.

Prefeito Edinho Araújo

INTRODUÇÃO

O Primeiro Diagnóstico Socioterritorial de São José do Rio Preto foi construído entre os anos de 2013-2014 e se apresentou como central na consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) na cidade. Os dados orientaram a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, instrumento de planejamento estratégico, que organiza, regula e norteia a execução da Política Municipal de Assistência Social na perspectiva do SUAS.

A atualização do Diagnóstico foi realizada em 2015/2016, numa versão que procurou retratar a realidade do município sob o olhar da política de assistência social, subsidiada pela pesquisa de dados: 1) em fontes secundárias, como o IBGE, Cadastro Único, MDS/SAGI e 2) em fontes primárias, junto aos serviços, percepção da população e dos demais atores sociais, por meio do Mapa Falado, que ocorrera no primeiro Diagnóstico.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 traz a proposta de fazer uma construção participativa, que incluiu as equipes de trabalhadores do SUAS e os usuários dos serviços. O trabalho começou em fevereiro de 2021, com o levantamento e estruturação dos dados. Percorremos as 10 Regiões do município para discussão e qualificação das informações compiladas pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial. Contamos com a participação de 10 facilitadores que ficaram responsáveis por fomentar a reflexão e realizar a escrita do documento de forma conjunta com as equipes.

Nas rodas de conversa nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), Centro Pop, Departamentos de Gestão do Trabalho e Vigilância Socioassistencial discutimos os dados de população, Cadastro Único, índice de extrema pobreza, CAGED, renda familiar, violências e violações de direitos de cada uma das 10 Regiões do município.

Foram realizadas 47 rodas de conversas, que permitiram mapear as potencialidades e vulnerabilidades de cada território, com suas marcas, particularidades e necessidades.

Após a discussão dos dados quantitativos e da qualificação dos dados de forma coletiva e participativa com os trabalhadores, iniciamos as coletas de informações com os usuários e com as redes socioassistencial e intersetorial. As equipes tiveram

autonomia para escolher a metodologia a ser utilizada na pesquisa, que está descrita neste documento em 10 capítulos, contemplando as 10 Regiões do município.

Ressaltamos que este é um diagnóstico das equipes e o percurso dialogado permitiu que o diagnóstico fosse interventivo e formativo, visto que propiciou a identificação de demandas que foram discutidas em audiência pública realizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em novembro de 2021, com a temática da atuação da rede e a vigilância socioassistencial para o fortalecimento do SUAS.

O Diagnóstico Socioterritorial 2021/2022 tem como diretrizes os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O documento está organizado em três partes. A parte I (primeira) com informações gerais do município e, em seguida, apresenta-se o Mapa Falado que foi realizado com os Conselhos de direitos: CMAS, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Conselho Municipal do Idoso (CMDI) e Conselho sobre Álcool e outras Drogas (COMAD). Segue, ainda, com apresentação de relatos de casos da alta complexidade, que expressam a necessidade da intersetorialidade para o público de jovens em acolhimento institucional.

Na parte II estão os diagnósticos das 10 Regiões do município.

A parte III é composta de um Glossário publicado em 2021 e traz conceitos que utilizamos na Assistência Social e no trabalho social do município.

Helena Marangoni

Secretária Municipal de Assistência Social

PARTE I

SUMÁRIO

A Assistência Social em São José do Rio Preto.....9
A Política de Assistência Social no Município de São José do Rio Preto.....10
O contexto da Assistência Social no tempo presente.....15
A necessidade de resistir e lutar pela Assistência Social.....19
Os desafios de Rio Preto no campo da Assistência Social.....20
Recursos Humanos da SEMAS.....20
O contexto de pandemia.....23
Panorama da Assistência Social no Município.....24
Território e demografia.....26
Evolução da Rede.....30
População e vulnerabilidade.....35
Território de São José do Rio Preto.....36
Mapa Falado com Conselhos de Direitos.....41
Relatos de casos Alta Complexidade.....49
Referências.....53
Apêndice 1 – Rede Socioassistencial no município.....56

A ASSISTÊNCIA SOCIAL EM SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Apresentamos nesta seção as marcas históricas da Assistência Social no Brasil e em São José do Rio Preto, documento este que foi elaborado em supervisão realizada pelo assistente social Rodrigo Diniz no primeiro trimestre de 2020. Foram realizadas discussões com os trabalhadores do SUAS, os quais representavam CRAS, CREAS, Centros de Convivência, Centro POP e gestão, portanto, uma construção coletiva que apresenta um resgate histórico e contextualização dos atravessamentos da conjuntura político-econômica e social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial atualizou o documento em abril de 2022 e complementou com informações atuais.

Anteriormente à Constituição Federal de 1988, as práticas de assistência eram realizadas por entidades de caridade, principalmente as ligadas à igreja católica, e realizadas por meio de ações filantrópicas e de cunho caritativo.

A partir de 1988, com a Constituição Federal, a Assistência Social passa a compor a seguridade social no tripé com a saúde e previdência social. Em 1993, é regulamentada a Lei 8.742, de 07/12/1993 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que dispõe sobre os princípios, diretrizes, organização e gestão, prestações e financiamento dos serviços socioassistenciais.

Entre 1996 e 1997 foram realizadas conferências municipais, estaduais e federal de assistência social, respeitando e pautando o controle social. Em 2004 é aprovada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), com vistas à efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado.

Em 2005, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) organiza o modelo de proteção social, e em 2006 a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB RH) estabelece as equipes de referência, atribuições e eixos a serem considerados pela gestão do trabalho e educação permanente.

A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução Nº 109, de 11/11/2009) regulamenta/tipifica os serviços por níveis de complexidade. Em 2011 ocorre a ratificação da LOAS, alinhando-a com a PNAS, o que se concretiza por meio da Lei n°. 12.435 de 06/07/2011, a qual efetiva o SUAS.

Os movimentos sociais fizeram parte da história de lutas e conquistas desta política social, destacam-se:

- Mobilização do Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua;
- Movimento de Defesa dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- Coletivo de Gestores da Política de Assistência Social (COEGEMAS E CONGEMAS);
- Participação de entidades de classe como os Conselhos Federais de Serviço Social (CFESS) e de Psicologia (CFP).

A trajetória da Assistência Social é marcada pela publicação de várias resoluções, manuais e guias para nortear e orientar o trabalho dos municípios. Cabe ressaltar que outras normatizações e marcos legais contribuíram para assegurar o campo da proteção social e defesa de direitos, como as legislações sobre os direitos da criança e adolescente, da pessoa idosa, pessoas com deficiência e combate à violência contra a mulher.

A trajetória da Assistência Social no Brasil, e em São José do Rio Preto, é permeada por lutas, resistências e compromisso de trabalhadores, gestores, conselheiros e usuários.

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Conforme o Plano Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto: Diagnóstico Socioterritorial (2014-2017), a Assistência Social teve seu marco inicial em 13 de novembro de 1964, com a publicação da Lei nº 1.051/1964, por meio da criação do Departamento de Assistência Social, administrado por um Conselho Colegiado (Diretor), composto por 11 membros, representantes de instituições assistenciais do Município, Câmara Municipal e livre indicação do prefeito. A criação desse Departamento de Assistência Social convergia com os conceitos históricos da assistência social, identificada à época como caridade, solidariedade, benemerência aos menos favorecidos e apoio ao próximo, como forma de dominação e controle de segmentos segregados pela conjuntura econômica, e considerados “disfuncionais” perante a sociedade, culpabilizando-se pela própria condição de vida.

Ao mesmo tempo, era instituída a Fundação Rio-pretense de Assistência Social (FRAS) pela Lei Municipal n° 1.071, de 05 de janeiro de 1965, administrada por um Conselho Administrativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. Dentre suas fontes de receita destacavam-se recursos municipais, pois a FRAS integrava o Orçamento Municipal.

Com a Lei Municipal nº 2.104/1977, que alterou a estrutura administrativa da Prefeitura Municipal, a Assistência Social passou a integrar a Assessoria de Saúde, Esporte e Bem-Estar. Cabia à Assessoria a execução da Política Municipal de Saúde, Esporte e Promoção Social, em especial as funções relativas ao Pronto Socorro Municipal, as medidas ligadas à melhoria da qualidade de vida da população e administração das funções de promoção e assistência social em qualquer nível dentro do Município, além das atividades esportivas de qualquer natureza promovida ou assistida pelo Poder Público Municipal.

A Lei Municipal nº 3.045, de 07 de junho de 1982, criou a Assessoria do Bem-Estar Social com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de promoção social, vinculando administrativamente a FRAS à sua estrutura e desvinculando as funções de promoção social da Assessoria de Saúde e Esportes. Nesse período foram organizadas as três primeiras Creches Municipais Públicas para crianças de três meses a seis anos de idade, nos bairros Jardim Fuscaldo, Jardim Soraya e São Jorge. O Decreto nº 2.883/1982 constituiu a Assessoria de Bem-Estar Social como: Assessoria do Bem-Estar - Gabinete do Assessor e Departamento de Promoção Social, subdividida em Divisão de Serviços Gerais, Seção de Apoio à Implantação e Dinamização de Recursos Sociais e Fundação Rio-pretense de Assistência Social.

Com a Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982 a Assessoria de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Bem-Estar Social como órgão encarregado de programar, coordenar, executar e supervisionar os serviços de Assistência Social e Promoção Humana do município em qualquer nível, sempre com o objetivo de promover a melhoria da qualidade de vida da população (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 1982).

Atualizada em 17 de janeiro de 1983, pela Lei nº 3.262, também passou a ter a incumbência de coordenar e fiscalizar os trabalhos das entidades que recebiam auxílio da Prefeitura Municipal, com o objetivo de “promover o homem e melhorar suas condições de vida”. Na década de 80, a Administração Municipal, por meio do Projeto Unidade de Subprojeto/Cidades de Médio Porte (UAS/COM), com recursos do Banco

Mundial a fundo perdido, elaborou o diagnóstico da cidade, indicando por região da cidade a necessidade de equipamentos sociais e/ ou serviços de infraestrutura. Neste sentido, mantinha uma equipe de profissionais que constituía quatro gerências: Modernização Administrativa, Infraestrutura Urbana, Infraestrutura Comunitária e Infraestrutura Econômica.

O diagnóstico da cidade e a operacionalização das diretrizes e metas do projeto marcaram a década, pois equipamentos sociais como Creches e Centros Comunitários eram de responsabilidade da Assistência Social. Por volta de 1985, no Governo José Sarney, o foco era a elaboração de planos de desenvolvimento econômico e social. Destacou-se então o Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, que propunha um desenvolvimento baseado em critérios sociais. Nesse período, instalou-se um complexo processo de mobilizações sociais, debates e articulações, repercutindo em grande pressão social para a elaboração de novas concepções de assistência social, o que culminou na garantia da Assistência Social como política pública com a Constituição Federal de 1988.

Para regular e institucionalizar os avanços alcançados, foi fundamental a aprovação de leis orgânicas, como a LOAS, que introduziu um novo significado à Assistência Social, dando início, enfim, ao processo de regulamentação da Política de Assistência Social no país.

São José do Rio Preto acompanhou todo o percurso de transformação da Assistência Social, da perspectiva da caridade para política pública na ótica dos direitos, com ações para constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Lei Municipal n° 4.956, de 15 de maio de 1992) e do Conselho Municipal de Assistência Social (Lei Municipal n° 6.110, de 14 de dezembro de 1995), com intensa articulação com a sociedade civil organizada.

Durante o período de 1982 a 1990, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social ampliava e adequava sua estrutura administrativa para a oferta de serviços com vistas a atender as novas demandas: criação da Casa de Meninos e Meninas em Situação de Rua; programa com famílias; jornada ampliada para crianças e adolescentes; ampliação do número de creches com capacitação de funcionários; formação de equipe multiprofissional com assistente social, psicólogo, terapeuta ocupacional e médico, para acompanhamento e supervisão; celebração de convênios com entidades de assistência social para a administração das creches e Programa de

Desfavelamento transferido à Empresa Municipal de Construções Populares (EMCOP) no início dos anos 90.

Na metade dos anos 90, as ações da Secretaria Municipal do Bem-Estar Social passaram a ser realizadas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e entidades de assistência social parceiras com a Secretaria com o objetivo de descentralizar o atendimento social e articular esse atendimento com as demais políticas. Foram criadas 15 unidades e distritos de Seguridade Social, buscando integrar os serviços em rede, por segmento e área geográfica.

No final dos anos 90 ocorreu a transição das creches para a Educação, atendendo às novas normativas legais, historicamente um dos campos prioritários de atuação da assistência social.

Em 2002, acompanhando o cenário nacional, a Secretaria Municipal de Bem-Estar Social passa a denominar-se Secretaria Municipal de Assistência Social, do Trabalho e dos Direitos da Cidadania (SMAS), com mudanças na estrutura e atuação. Foram criados o Departamento de Ação Comunitária e da Família, Departamento da Criança e do Adolescente e Departamento de Geração de Trabalho e Renda, posteriormente alterados para Departamento de Economia Solidária.

A IV Conferência Nacional de Assistência Social, em 2003, deliberou sobre a implantação do SUAS, modelo de gestão definido para todo o território nacional, objetivando consolidar um sistema descentralizado e participativo, conforme já instituído pela LOAS. A Proteção Social passa a ser organizada em Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de média e alta complexidade.

Com a aprovação da PNAS, em meados de 2004, a Assistência Social avança como política pública no cenário nacional e o SUAS, por sua vez, veio reforçar e aprimorar a LOAS. No ano de 2004 houve ainda a criação da Casa dos Conselhos buscando fortalecer a atuação dos Conselhos Municipais no processo de controle social. Em dezembro de 2005, em consonância com o SUAS, o Núcleo de Assistência Social Parque da Cidadania foi transformado em CRAS.

De 2005 a 2008 as demandas da Assistência Social eram atendidas em 14 Núcleos de Assistência Social (NAS), distribuídos em áreas com índices de vulnerabilidade social expressivos, desenvolvendo programas para idosos, famílias, adolescentes, entre outros.

A Lei complementar 279, de 10 de março de 2009, cria a Secretaria Municipal do Trabalho e do Emprego, e então a Secretaria de Assistência passa a chamar

Secretaria Municipal de Assistência Social e dos Direitos de Cidadania. Por fim, com a Lei complementar 346, de 18 de agosto de 2011, a Secretaria passa a ser Secretaria Municipal de Assistência Social.

De 2008 a 2010 ocorre uma reorganização para 04 CRAS, 09 NAS e 01 CREAS. Esse período de transição ocorreu até 2010, quando todos os NAS se transformaram em CRAS, atendendo à adequação proposta pela PNAS, SUAS e NOB.

Em 2010 e 2011 houve a necessidade de ampliação do atendimento criando-se mais um CREAS e um Centro Pop. Os equipamentos foram identificados como CREAS Família, Idoso e Deficiente, CREAS Família, Criança e Adolescente e CREAS POP, com objetivo de contribuir para o fortalecimento da família no desempenho de sua função protetiva, restaurar e preservar a integridade e as condições de autonomia das famílias e indivíduos. No mesmo período houve a implantação do Centro de Convivência do Idoso (CCI).

Entre 2012 e 2013 a Secretaria Municipal de Assistência Social contava com os seguintes equipamentos: 14 CRAS, 01 Centro de Atendimento de Assistência Social (CAAS), 01 CCI, 02 Centros de Inclusão Solidária Nasce a Esperança (CISNE), Norte e Centro, 02 CREAS, sendo CREAS Criança/Adolescente e CREAS Idoso e 01 CREAS População de Rua. Considerando as orientações da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os cursos profissionalizantes passam a ser executados pela Pasta do Trabalho, transformando o CISNE Norte em Centro de Convivência da Família (CCF) e o CISNE Centro em Centro de Convivência da Juventude (CCJ), unidades com oferta exclusiva do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

Em 2014 ocorreu um avanço importante que foi a criação dos Departamentos de Gestão do Trabalho e de Vigilância Socioassistencial.

Em 2015 foi instituído o Fórum Municipal dos Trabalhadores do SUAS de São José do Rio Preto (FMTSUAS - SJRP). De caráter permanente, representa os trabalhadores em suas diversas formas de organização, entidades de trabalhadores ligados à assistência social com personalidade jurídica ou pessoas físicas trabalhadoras do SUAS. É um fórum de articulação e deliberação política em defesa do SUAS, democrático, participativo, com financiamento específico e controle social.

Em 2018 ocorreu o reordenamento dos serviços de média complexidade, com transição da execução feita pela rede parceira para as unidades de CREAS, que

passaram a contar com equipes compostas por trabalhadores estatutários, aprovados em concurso. Neste momento, seguindo orientações da Tipificação, houve alteração nas denominações dos CREAS temáticos, que passaram a ser denominados de CREAS I e CREAS II, unificando o atendimento das violações de direitos tipificadas.

Entre 2016 e 2017 em uma ação intersetorial, após estudos entre as Secretarias de Assistência Social, Saúde e Educação, coordenadas pela Secretaria de Planejamento foi feita a unificação dos territórios de abrangência das respectivas secretarias. A ação foi oficializada pelo Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018, que institui a divisão geográfica do município de São José do Rio Preto em 10 (dez) Regiões: Bosque, CEU, Central, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Talhado, Vila Toninho e Schmitt. Por conseguinte, houve a reorganização das áreas de abrangência dos CRAS e CREAS.

Em 2022, São José do Rio Preto conta com 13 CRAS, 03 Centros de Convivência (CCF, CCI e CCJ), 02 CREAS e 01 Centro Pop. O apêndice 1 nos apresenta a rede de execução direta, a rede parceira e a rede com execução de projetos e Serviços que estão cadastradas no Conselho Municipal de Assistência Social e CMDCA.

O CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO TEMPO PRESENTE

No contexto federal podemos sinalizar a conjuntura de retrocessos dos direitos da população, que se expressa com a Emenda Constitucional nº 95/2016 do congelamento dos gastos em políticas sociais como saúde, educação e assistência social, e no mesmo contexto se concretiza no país a reforma trabalhista e previdenciária. A Assistência Social, como área integrante da seguridade social, sofre grandes ataques no que tange ao seu financiamento e formas de execução, a exemplo, de julho de 2019 até dezembro de 2021 praticamente não houve liberações de novos benefícios do Programa Bolsa Família[1].

Há também demora para avaliação do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o acesso ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) de forma remota, somente por telefone e via sítio eletrônico, o que inviabiliza e dificulta o atendimento

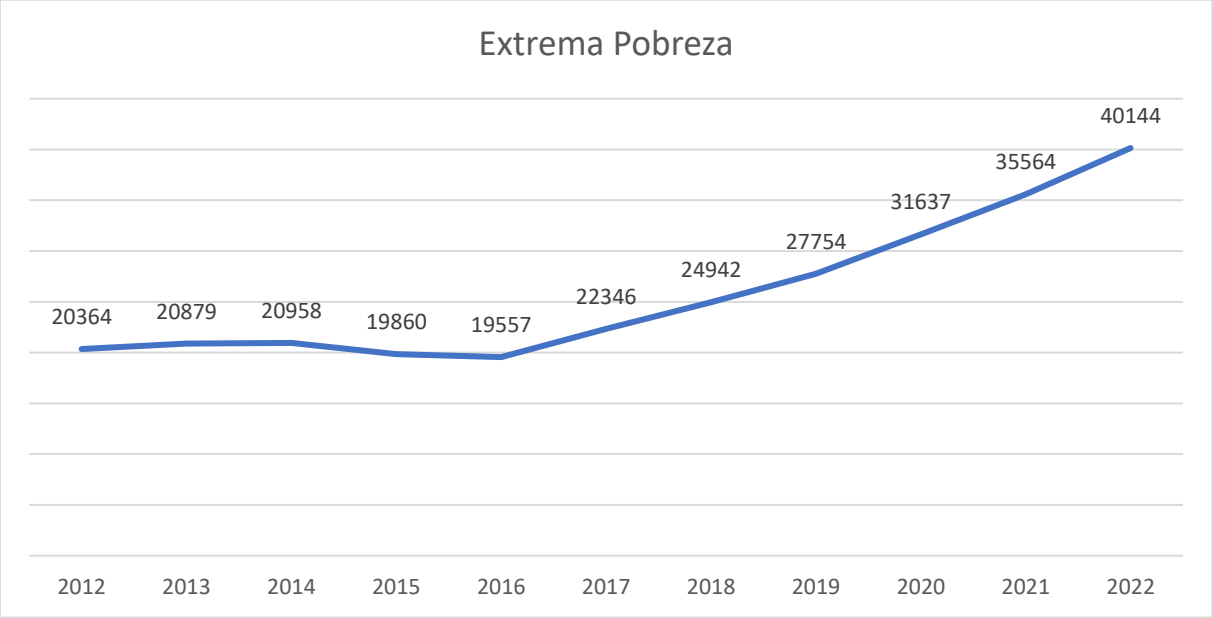
[1] O Programa Bolsa Família foi substituído pelo Decreto n° 10.852, de 8 de novembro de 2021 que regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Medida Provisória n° 1.061, de 9 de agosto de 2021.

da população e revela grande lacuna na Política Pública de Previdência Social com reflexos diretos à Assistência Social.

No contexto do Estado de São Paulo ocorre o encerramento de inclusões em benefícios dos programas de transferência de renda, o programa Ação Jovem terminou em outubro de 2021 e o Renda Cidadã em fevereiro de 2022. No município ocorreu o rebatimento da agudização das expressões da questão social que se mostra forte e intenso, como maior capilarização da pobreza pelos diversos territórios da cidade, que incide no aumento da demanda por cesta básica e por programas de transferência de renda.

Os estudos do Departamento da Vigilância Socioassistencial do município e dos profissionais do território, que efetivam também a função Vigilância no cotidiano de trabalho, apontam o aumento da extrema pobreza. Para se ter uma ideia, em 2013 havia no município 6.000 famílias em situação de extrema pobreza, em 2019 esse número passou para 11.000 famílias e em janeiro de 2022, 16.498 famílias[2].

Gráfico 1 — Evolução no número de pessoas em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único no município, 2012 a 2022.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do CECAD-CadÚnico/ Ministério da Cidadania, referência mês de maio de cada ano, exceto 2022, que utilizou janeiro.

[2] Para os levantamentos de dados que utilizam a lista Cecad, foi utilizada a base disponibilizada pelo Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, que faz um filtro inicial retirando os cadastros inválidos. Assim, os dados apresentados serão diferentes dos dados disponibilizados no site do Ministério da Cidadania, que considera cadastros inválidos.

É importante ressaltar, no entanto, que em 2022 foi alterada a renda per capita da extrema pobreza. Anteriormente, eram consideradas em extrema pobreza as famílias cuja renda per capita não ultrapassasse R$ 89,00. Atualmente, esse limite é de R$105,00. Essa alteração foi um dos fatores que influenciou no aumento expressivo entre maio de 2021 e janeiro de 2022.

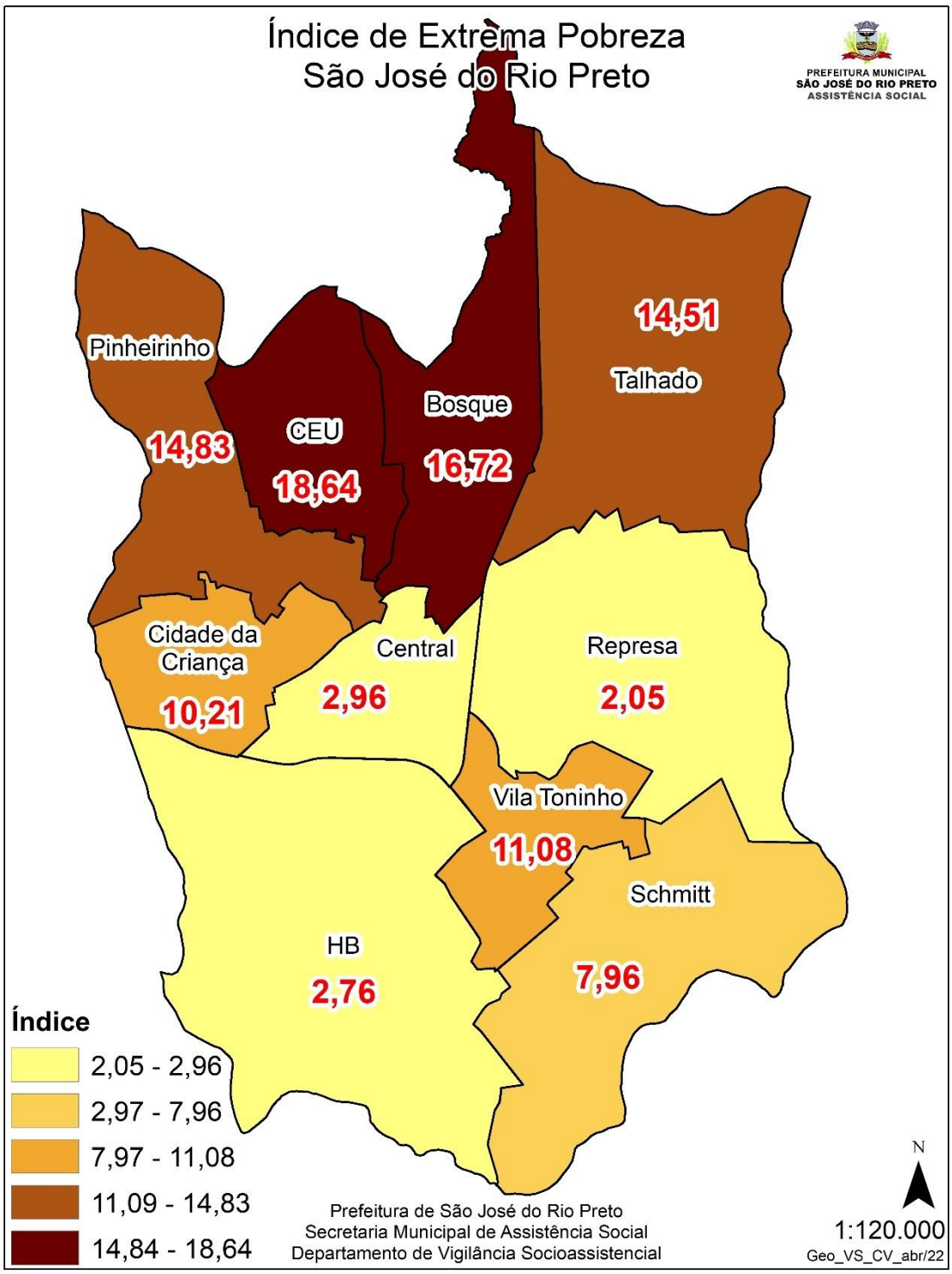
Ainda no âmbito da extrema pobreza, foi criado um índice que nos permite avaliar sua incidência em cada Região, conforme tabela 1 e mapa. O índice é calculado dividindo a população em extrema pobreza, inscrita no Cadastro Único, pelo número total de habitantes daquela região e, por fim, multiplicando por 100.

Tabela 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.

Região	Pessoas em extrema pobreza	População estimada por Região	Índice
CEU	7.490	40.192	18,64
Bosque	5.519	33.003	16,72
Pinheirinho	7.832	52.812	14,83
Talhado	3.021	20.817	14,51
Vila Toninho	2.921	26.357	11,08
Cidade da Criança	5.582	54.677	10,21
Schmitt	1.213	15.239	7,96
Central	3.059	103.196	2,96
HB	1.941	70.279	2,76
Represa	992	48.411	2,05
São José do Rio Preto	**39.570**	**464.983**	**8,51**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Mapa 1 — Índice de extrema pobreza de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados da Conjuntura Econômica de São José do Rio Preto, 2021; CECAD-CadÚnico jan./22 Ministério da Cidadania.

Observa-se que a Região com menor índice é a Represa, com 2,05, enquanto o CEU, Região com maior índice, se apresenta com 18,64. A Região CEU possui índice 9 vezes maior que a Represa, o que evidencia a grande desigualdade entre as

Regiões. O município como um todo apresenta um índice de 8,51, o que significa que a cada 100 pessoas no município, 8 estão em extrema pobreza. Importante pontuar que não foram contabilizadas as 574 pessoas em situação de rua que estão em extrema pobreza inscritas no Cadastro Único, pois não é possível definir com exatidão em qual Região estão.

Neste sentido, o cenário político, econômico e cultural do tempo presente demonstra a regressão no campo da cidadania. A diminuição dos espaços institucionais e legais associados aos direitos da população e o impacto desse denso e restritivo processo será sentido a médio e longo prazo pela sociedade.

A NECESSIDADE DE RESISTIR E LUTAR PELA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Entende-se que a necessidade de resistir e lutar pela Política de Assistência Social deve se fundamentar pela sua própria construção histórica, seus avanços e conquistas, pela participação e protagonismo coletivo e aguerrido de trabalhadores, gestores, conselheiros, usuários, e também de entidades da sociedade civil. A trajetória desta política é sustentada pela busca da garantia de direitos socioassistenciais, na compreensão e busca dos direitos humanos, pela autonomia dos sujeitos sociais, visto que a Assistência Social historicamente tem acolhido o público que se encontra à margem de todas as outras políticas e contextos de inserção econômica, fatores estes que ocorrem devido ao sistema capitalista.

As possíveis formas de resistência devem se dar no cotidiano, por meio da atuação profissional do conjunto de trabalhadores, como também no fortalecimento da participação dos usuários, destacando-se mais do que nunca algumas forças propulsoras como o compromisso ético-político, o fortalecimento do controle social, a importância do SUAS e da necessidade de mobilização, a proximidade com o território, a necessidade de fomentar reflexões, espaços coletivos de discussões e trocas, pesquisas e seminários que possam refletir e propor ações dentro da conjuntura atual valorizando a PNAS e o SUAS, insistência na garantia de recursos humanos qualificados e efetivação via concursos públicos.

Resistir à onda conservadora e à barbárie econômica que retira os direitos e negligencia a cidadania está pautada na defesa intransigente da estrutura e arquitetura desta política. Para tanto, são necessários o contínuo processo de

educação permanente, a garantia da continuidade de serviços e a normatização de alíquota financeira para a Assistência Social.

Há que se ressaltar que é de suma importância o estímulo à participação social dos usuários como forma de fortalecimento do controle social, tendo em vista a garantia dos direitos já conquistados, bem como a sua ampliação.

OS DESAFIOS DE RIO PRETO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

No município de São José do Rio Preto, a Política de Assistência Social tem alguns desafios no campo da participação social e do controle social por parte dos usuários, no sentido de efetivar esse instrumento e fazer valer esse mecanismo.

Mesmo com as dificuldades e retrocessos observados no âmbito nacional, São José do Rio Preto, município com gestão plena na Assistência Social, consegue manter as ofertas existentes, traço de resistência do conjunto de atores que movimentam essa política social.

O orçamento municipal da pasta permite, além da manutenção dos serviços, ampliar algumas ofertas, embora ainda não a totalidade necessária e buscada. Os recursos federais não obedecem a constância nos repasses, impossibilitando planejar ações permanentes e exigindo constantes revisões no direcionamento financeiro, pois é comum parcelas serem transferidas de maneira cumulativa e com prazos reduzidos para liquidação, obrigatória para os próximos recebimentos. O fato de não se ter um percentual de repasse mínimo para a Assistência Social dificulta o planejamento e execução de investimento em serviços, benefícios, programas e projetos.

RECURSOS HUMANOS DA SEMAS

Com relação à participação democrática dos trabalhadores, a Secretaria de Assistência Social vem proporcionando espaços de debate, reflexão e propostas acerca do cotidiano vivido pelas equipes da secretaria.

Em julho de 2018 foi apreciado e aprovado, pelo CMAS, o Plano Municipal de Educação Permanente (PMEP) e, na sequência, deu-se início à sua execução, o que trouxe a possibilidade de encontros, oficinas e capacitação com renomados

professores/pesquisadores de forma continuada, envolvendo as proteções sociais, departamentos e gestão. Vale ressaltar que o plano está em fase de atualização.

A gestão do trabalho, no contexto do Sistema Único de Assistência Social, tem buscado criar espaços de acolhida e escuta dos trabalhadores para as suas demandas, propondo melhores condições técnicas e éticas de trabalho, por meio de processos que ofereçam uma formação continuada, a fim de se materializar um planejamento estratégico que dê respaldo às ações que viabilizem a gestão participativa e o controle social, por meio da articulação com os diversos sistemas de informação neste âmbito, conforme preceitua o documento Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta (BRASIL, 2014).

Apresentaremos o quadro com os Recursos Humanos da Rede Pública, divididos entre servidores e terceirizados.

Quadro 1 — Trabalhadores do SUAS - Rede Pública.

Profissionais	Servidor	Terceirizado	Total
Assistente Social	72	39	111
Educador Social	46	40	86
Psicólogo	19	31	50
Agente Administrativo	33	16	49
Motorista	6	29	35
Auxiliar de limpeza	0	25	25
Estagiários	20	0	20
Pedagogo	15	0	15
Vigia	6	8	14
Especialista em Desenvolvimento Social	8	0	8
Serviços Gerais	6	2	8
Cargos em Comissão	6	0	6
Supervisor Técnico	3	0	3
Professor de Artes	2	0	2
Auxiliar de Contabilidade	1	0	1
Almoxarife	1	0	1
Eletricista	0	1	1
Coordenador Administrativo	1	0	1

Fonte: Departamento de Gestão do Trabalho, referência Julho/2022.

O próximo quadro apresenta os Recursos Humanos da rede parceira com a Secretaria Municipal de Assistência Social, composta pelas seguintes Organizações da Sociedade Civil: Associação Espírita A Caminho da Luz (AELUZ), Albergue

Noturno, Associação Mamãe Idalina (AMAI) - SCFV e Acolhimento, Associação dos Amigos da Criança com Câncer (AMICC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Associação Madre Teresa de Calcutá, Associação Paraíso - SCFV, Associação Renascer, Comunidade Só Por Hoje - Acolhimento Institucional e Acolhimento Compartilhado, Centro Regional de Atenção Aos Maus Tratos na Infância (CRAMI), Damas de Caridade - Unidades (I,II, III,IV), Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores, Lar Esperança - Centro Dia e ILPI, Lar São Francisco de Assis - Acolhimento Pessoas em Situação de Rua e ILPI, Lar São Vicente de Paulo - Centro Dia, Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD), Serviço Social São Judas Tadeu, Rancho de Luz e Maquininha do Futuro.

Quadro 2 — Trabalhadores do SUAS - Rede Parceira.

Recursos Humanos	Quantidade
Educador/Monitor	74
Cuidador	62
Auxiliar de Limpeza	59
Cozinheiro	28
Assistente Administrativo	28
Assistente Social	25
Psicólogo	24
Auxiliar Cozinha	18
Coordenador	10
Educadora Social (Mãe Social)	10
Terapeuta	8
Encarregado administrativo	7
Motorista	6
Manutenção	5
Recepcionista	3
Oficineiros	2
Pedagogo	1
Supervisor	0
Vigia	0
Jardineiro	0
Total	**370**

Fonte: Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos, referência Julho/2022.

O CONTEXTO DE PANDEMIA

Cenários

Cenário – avanço da Pandemia

Em dezembro de 2019, foi registrado o primeiro caso de Covid-19 na China. O vírus se espalhou pelos diversos países do mundo levando a Organização Mundial da Saúde (OMS) a declarar a doença como Pandemia em 11 de março de 2020. O município de São José do Rio Preto reconheceu estado de calamidade pública e estabeleceu medidas de enfrentamento em 24 de março de 2020, por meio do decreto N° 18.571.

Ao longo dos meses, diversas normativas, notas técnicas e orientações foram expedidas pelos órgãos responsáveis em todas as esferas, necessitando de constante acompanhamento para aplicação e direcionamento das ações. Neste contexto, a Assistência Social foi reconhecida como política responsável por serviço essencial, trazendo a necessidade da manutenção das atividades e atendimentos em suas unidades, resguardadas as normas sanitárias e orientações de prevenção, como forma de garantia da proteção social à população em meio à pandemia, traduzida pela crescente demanda pelos serviços e benefícios socioassistenciais no período.

O cenário da Covid-19 e a interface com as desproteções sociais

A Frente Nacional do SUAS[3] contextualizou que a Covid-19 representa o agravamento da desigualdade social em nosso país e as implicações para pessoas com menor renda, sem habitação ou em condições insalubres e precárias de moradia, pessoas com comorbidades, população em situação de rua e a precarização das condições de vida em função do desemprego e ausência de renda.

---

[3] Organização plural de OSCs, instituições não governamentais, trabalhadores, usuários, gestores, professores, pesquisadores e pessoas interessadas em defender a Assistência Social e a Seguridade Social brasileira. Disponível em: https://maissuas.files.wordpress.com/2016/06/circular01e02-frenteseguridadesuas.pdf.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no quarto trimestre de 2021 o país apresentava taxa de desocupação de 11,1% com 12 milhões de desempregados, 4,8 milhões de desalentados e taxa de subutilização de 24,3% (IBGE, 2021).

Diante desse contexto, a renda emergencial instituída pela Lei n° 13.979 pode ser apontada como conquista da sociedade brasileira, e os dados de que 51% da população brasileira solicitou a renda, demonstra a gravidade de uma das facetas da desproteção vivenciada pela população (FRENTE NACIONAL, 2020).

De acordo com o Portal Transparência (2021), no município de São José do Rio Preto, o pagamento do valor global aos beneficiários do Auxílio Emergencial foi de R$ 95.095.555,00 no período de janeiro a dezembro de 2021, com exceção do mês de novembro, em que a informação não foi disponibilizada. Em dezembro, na última folha de pagamento disponível no site do ano de 2021, havia 7 pessoas recebendo este auxílio no município.

PANORAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO

Considerando a crise de saúde instalada em diversos países e que chegou ao Brasil desencadeando uma série de ações, sejam elas por meio de legislações e normativas, desde março de 2020, a Secretaria Municipal de Assistência Social implementou as ações destacadas:

- Publicação de portarias regulando formas de trabalho, fluxos e orientações com relação à Pandemia;
- Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), produtos de higiene e limpeza, orientações quanto às indicações de saúde sobre a limpeza dos ambientes e higiene pessoal;
- Instalação de placas verticais de acrílico nos balcões e mesas de atendimento ao público;
- Organização dos atendimentos à população com criação de Central de Orientações, via telefone, e Formulário de Atendimento, na página da SEMAS, no site da Prefeitura Municipal;
- Aquisição de aparelhos celulares para utilização nas unidades públicas, priorizando o atendimento remoto e, excepcionalmente, presencial

em situações especiais e necessárias, mediante agendamento quando possível;

- Instalação de roteadores *wi-fi* nas unidades públicas para acesso à internet, facilitando o uso de aplicativos de videoconferência e comunicação (WhatsApp) com usuários da Assistência Social;
- Uso de mensagens curtas de texto (SMS) para envio de informações e orientações aos usuários;
- Descentralização do atendimento presencial nas unidades, utilizando escolas e equipamentos próximos, para evitar aglomeração;
- Ampliação dos horários de atendimento do Centro POP, permitindo à população em situação de rua acessar diariamente os serviços ofertados;
- Disponibilização ampliada do Serviço de Acolhimento em Abrigo para pessoas em situação de rua;
- Adequação das parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs), a fim de contemplar o impacto da Pandemia;
- Ampliação da comunicação social interna e externa, com divulgação contínua de informes, *e-mails*, cartazes sobre a Pandemia, formas de prevenção, funcionamento das unidades CRAS, CREAS, Centro POP e Centros de Convivência;
- Ação integrada com a Secretaria de Saúde para orientações aos trabalhadores e testagem para Covid-19 nas unidades da SEMAS, assim como ação conjunta de mitigação nos acolhimentos para idosos nas ILPIs, parceiras e acolhimentos de crianças e adolescentes e de pessoas em situação de rua, dentre outras.

Os reflexos percebidos não são apenas na saúde, mas também na economia e nas condições socioeconômicas da população. A Política de Assistência Social tem um papel importante na busca de garantia da Proteção Social para a população em situação de vulnerabilidade. Cerca de 18,4% das pessoas do município estão inseridas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), o que sinaliza um perfil de vulnerabilidade e indica a necessidade de cobertura e ações para atendimento dessa população.

Em abril de 2020 foram iniciados atendimentos realizados de forma remota, como uma das estratégias de reorganização dos atendimentos e acompanhamentos

dos Serviços, de acordo com as normas sanitárias, assim como no início de 2022, após outro rebatimento da pandemia devido à variante Ômicron. No fechamento deste Diagnóstico (maio/2022), os serviços passam pelo processo de retomada de atividades coletivas e grupais.

A pandemia trouxe grandes desafios no que se refere à reorganização dos Serviços e demandas da população. Destaca-se que em meio às dificuldades enfrentadas durante o contexto pandêmico ocorreu, em dezembro de 2021, o IV Seminário dos Trabalhadores do SUAS - Luta e Resistência Contra o Desmonte do SUAS em Tempos de Pandemia, momento em que foi assumido o compromisso da SEMAS em realizar uma Mesa de Negociação com os trabalhadores do SUAS.

TERRITÓRIO E DEMOGRAFIA

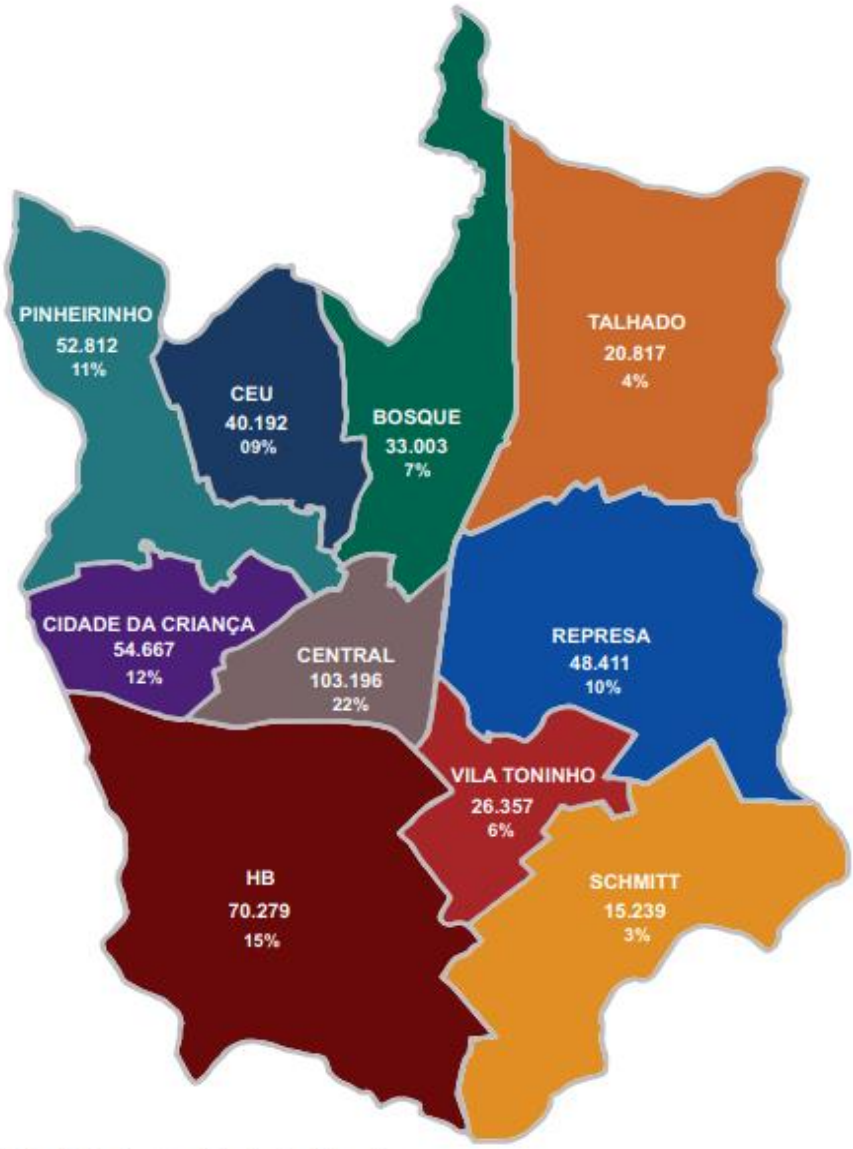
Apresentaremos a contextualização de alguns dados gerais do município e rede socioassistencial.

São José do Rio Preto possui uma população estimada em 464.983 habitantes (dados Conjuntura Econômica do município, a qual se baseia na projeção do Censo IBGE para 2020) e possui dois distritos, Schmitt e Talhado, com população de 20.678 e 5.419, respectivamente. A área urbana contempla 94% da população e 6% residem em área rural. Esta tem como característica a presença de loteamentos irregulares e por este motivo, as informações acerca das famílias não são computadas nos dados oficiais no município, o que demanda ações para que a Proteção Social alcance a população considerada invisível.

Segundo o IBGE Cidades, base de dados 2010, a densidade demográfica é de 945,12 hab./km². De acordo com a Conjuntura Econômica 2020, a população está dividida nas Regiões seguindo as porcentagens: Central 22%; HB 15%, Cidade da Criança 12%, Pinheirinho 11%, Represa 10%, CEU 9%, Bosque 7%, Vila Toninho 6%, Talhado 4% e Schmitt 3%.

Mapa 2 — Estimativa populacional por região de São José do Rio Preto.

Regiões: População residente por Região - Estimativa 2020



Fonte: Estimativa Populacional calculada conforme:
* Nota metodológica disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101662.pdf
* SINASC - Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (ano 2019)
* SINAM - Sistema de Informação sobre Mortalidade (ano 2019)

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

Quadro 3 — Estimativa populacional por Região de São José do Rio Preto.

Região	População
Central	103.196
HB	70.279
Cidade da Criança	54.677
Pinheirinho	52.812
Represa	48.411
CEU	40.192
Bosque	33.003
Vila Toninho	26.357
Talhado	20.817
Schmitt	15.239

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Nota metodológica IBGE, SINASC 2019 e SINAN 2019.

O banco de informações da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) aponta que a RA de São José do Rio Preto possui taxa anual de crescimento para 2010/2020 de 0,7 % e para 2020/2030 0,3%, demonstrando envelhecimento populacional.

Segue quadro com dados referentes à extensão territorial, os quais foram informados pela Secretaria Municipal de Obras, que se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em 10 Regiões.

Quadro 4 — Extensão territorial das Regiões de São José do Rio Preto.

Região	Área/Km²
HB	85.706,06
Talhado	66.333,43
Represa	58.878,42
Schmitt	53.424,05
Pinheirinho	42.074,58
Bosque	39.667,31
CEU	26.704,99
Cidade da Criança	22.001,78
Central	21.368,05
Vila Toninho	21.283,86

Fonte: Secretaria Municipal de Obras/PMSJRP.

O município possui um total de 94.730 crianças e adolescentes (0 a 17 anos), o que representa 20,37% da população total e 86.348 idosos, que retrata 18,57% da população.

Fazendo a correlação dos ciclos de vida de 0 a 17 anos de idade do município com a mesma faixa etária dos territórios de CRAS, apresentamos em ordem decrescente a distribuição das crianças e adolescentes no município.

Quadro 5 — Distribuição das crianças e adolescentes (0 a 17 anos) do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	14.264	15
Novo Mundo	12.452	13
São Deocleciano	10.450	11
Jardim Belo Horizonte	8.301	9
Santo Antônio	8.043	8
João Paulo II	7.824	8
Antunes	7.090	7
Solo Sagrado	5.708	6
Vila Toninho	5.687	6
Eldorado	3.874	4
Lealdade e Amizade	3.709	4
Schmitt	3.687	4
Parque da Cidadania	3.641	4
Total	94.730	100

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

Com relação aos idosos, a distribuição de idosos nos territórios dos CRAS, fazendo a correlação do ciclo de vida do município/território de CRAS, ocorre da seguinte forma.

Quadro 6 — Distribuição dos idosos do município nos territórios de CRAS.

CRAS	n	%
Centro	30.801	35,7
Novo Mundo	13.418	15,5
São Deocleciano	6.561	7,6
João Paulo II	5.238	6,1
Jardim Belo Horizonte	4.589	5,3
Vila Toninho	4.527	5,2
Antunes	4.119	4,8
Eldorado	3.749	4,3
Solo Sagrado	3.494	4
Lealdade e Amizade	3.009	3,5
Schmitt	3.003	3,5
Santo Antônio	2.993	3,5
Parque da Cidadania	847	1
Total	86.348	**100**

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/SEMAS.

EVOLUÇÃO DA REDE

As seguranças afiançadas pelo SUAS são de garantias do direito social realizada pela proteção social. A rede de execução dos Serviços encontra-se no apêndice e demonstramos um painel de atendidos, considerando a média anual de atendimentos de 2021, conforme quadros 7, 8 e 9. Os dados apresentados são coletados pelos equipamentos da rede socioassistencial e compilados pelo Departamento de Vigilância Socioassistencial por meio do monitoramento mensal. Tal procedimento visa acompanhar o número de indivíduos/famílias atendidos pelas Proteções Sociais Básica e Especial de Média e Alta Complexidade nos serviços prestados.

Quadro 7 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Básica, 2021.

Proteção Social Básica		
Serviço	**Equipamento**	**Média anual**
PAIF	CRAS	5.573
Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio	CRAS	48
SCFV - 0 a 5 anos e 11 meses	CRAS	19
SCFV - 6 a 14 anos e 11 meses	CRAS, CCJ, OSCs Parceiras	868
SCFV - 15 a 17 anos e 11 meses	CCJ, CRAS, OSCs Parceiras	89
SCFV - 18 a 29 anos e 11 meses	CCJ, CCF, OSCs Parceiras	82
SCFV - 30 a 59 anos e 11 meses	CCJ, CCF	81
SCFV - 60 anos ou mais	CCI, CCF e CRAS	726
Total		**7.486**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Básica e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 8 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Média Complexidade, 2021.

Proteção Social Especial Média Complexidade		
Serviço	**Equipamento**	**Média Anual**
PAEFI	CREAS	411
Serviço de Medida Socioeducativa - Liberdade Assistida	CREAS	68
Serviço de Medida Socioeducativa - Prestação de Serviços à Comunidade	CREAS	28
Serviço de Medida Socioeducativa - LA e PSC (medida acumulada)	CREAS	13
Serviço Especializado em Abordagem Social	Centro Pop e OSC Só por Hoje	197
Serviço Especializado para pessoas em situação de rua	Centro Pop	552
Serviço Proteção Social Especial para pessoas com deficiência e suas famílias	APAE, Renascer, Instituto Cegos	283
Serviço Proteção Social Especial para pessoas idosas e suas famílias	Lar Esperança e Lar São Vicente de Paulo	43
Total		**1593**

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Quadro 9 — Rede Socioassistencial: Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Proteção Social Especial Alta Complexidade			
Serviço	**Equipamento**	**Unidade/Ofertas**	**Média anual**
Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes	Associação Mamãe Idalina - AMAI	Casa-lar	27
		Reintegração Familiar	49
Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo familiar	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Abrigo	5
		Reintegração Familiar	3
Acolhimento Institucional compartilhado entre as Secretarias Municipais de Assistência Social e Saúde para Atendimento a crianças e adolescentes	Comunidade Terapêutica Só Por Hoje	Casa-lar	3
		Reintegração Familiar	1
Acolhimento Institucional para Idosos em Instituição de Longa Permanência – ILPI	Associação e Oficina de Caridade Santa Rita de Cássia, Associação Evangélica Lar de Betânia, Lar São Vicente de Paulo e Instituto Lar Esperança	-	153
Acolhimento Institucional em Casa de Passagem para Pessoas Adultas e famílias em situação de rua - casa de passagem	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Pessoas diferentes atendidas	513
		Pernoite e jantar (média diária)	30
		Casa de Passagem (mensalmente)	19
		Jantar (média diária)	94
Acolhimento Institucional Provisório	Associação Amigos das Crianças com Câncer e Cardiopatias - AMICC	-	30
Acolhimento em Família Acolhedora	CRAMI	Famílias atendidas	12
		Crianças em família acolhedora	3
Programa Guarda Subsidiada	CRAMI	Famílias guardiãs atendidas	20
		Crianças em Famílias Guardiãs	38
Serviço de Acolhimento Institucional	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	76

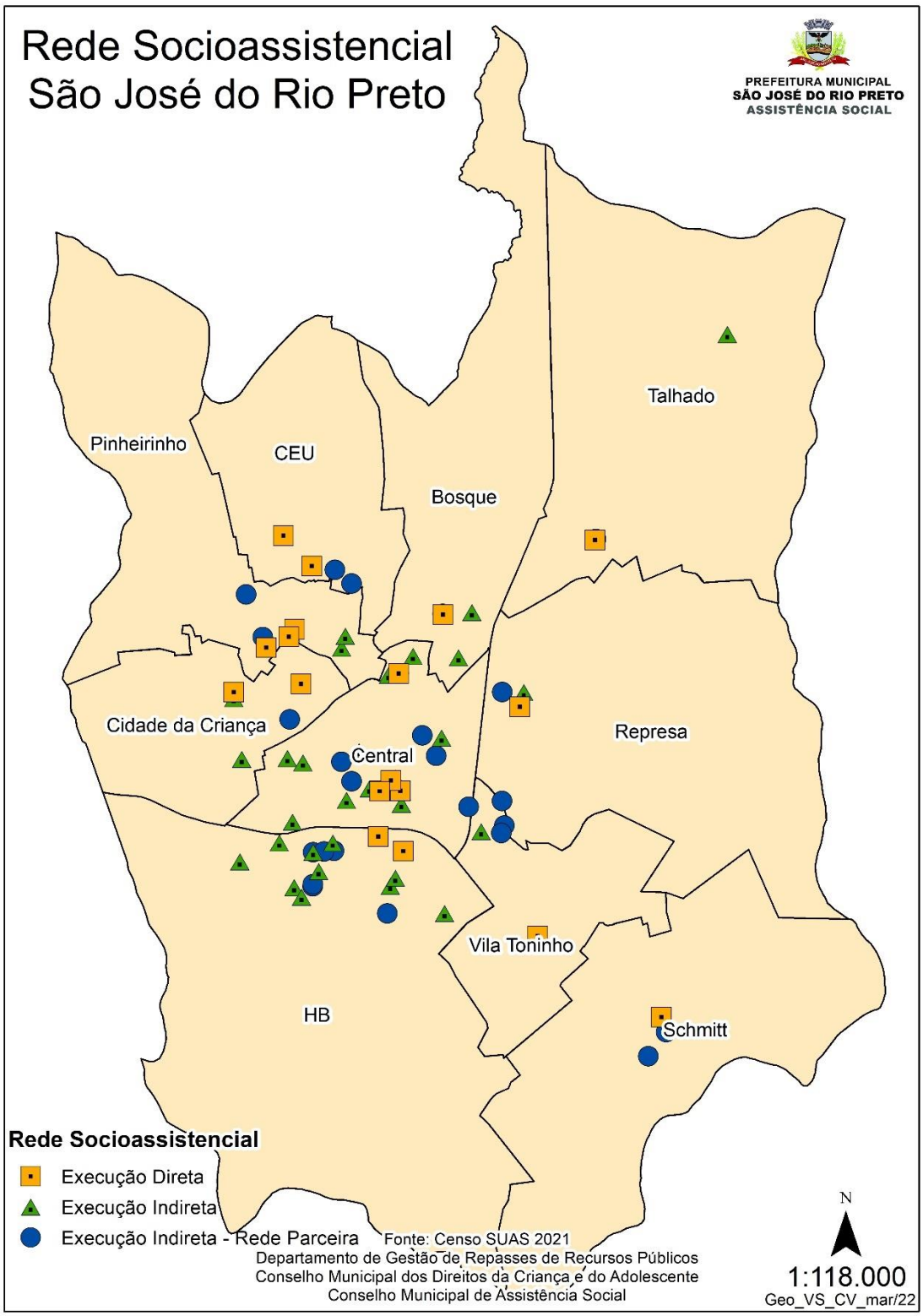
Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas com Deficiência em Residência Inclusiva	AELUZ	-	7
Serviço de Proteção em situação de calamidades públicas e de emergências	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa do Cireneu)	-	74
TOTAL GERAL			1080

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social - Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Departamento de Proteção Social Especial e Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Considerando os beneficiários de BPC, segundo o Departamento de Gestão de Cadastro Único, Benefícios e Transferência de Renda, o município contava com 6.234 BPC Idoso e 3.406 BPC Deficiente em janeiro de 2022. Os CRAS com maior número de BPC idoso são: CRAS Centro (1.471), CRAS Novo Mundo (795), CRAS João Paulo II (698), CRAS Santo Antônio (515) e CRAS Eldorado (514). Já a maior incidência de BPC Deficiente está, respectivamente, no CRAS Centro (594), CRAS Solo Sagrado (384), CRAS João Paulo II (355), CRAS Santo Antônio (353) e CRAS Novo Mundo (316).

O mapa apresenta a rede socioassistencial do município, composta por 13 CRAS, 2 CREAS, 1 Centro Pop, 3 Centros de Convivência e demais Serviços executados pela rede parceira.

Mapa 3 — Rede Socioassistencial de São José do Rio Preto.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial, com dados do Censo SUAS 2021, Departamento de Gestão de Repasses de Recursos Públicos, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal de Assistência Social.

POPULAÇÃO E VULNERABILIDADE

A crise agravada pelo contexto de pandemia demostra um cenário de 40.144 pessoas em extrema pobreza em São José do Rio Preto, considerando a base do CECAD de janeiro de 2022. As cinco regiões com maior concentração são, respectivamente, CEU, Bosque, Pinheirinho, Talhado e Vila Toninho.

Considerando o Cadastro Único, com base CECAD de janeiro de 2022, o município possui 36.758 famílias cadastradas e 16.498 famílias em extrema pobreza (renda per capita até R$105,00).

O Diagnóstico Socioterritorial 2017 apontou o surgimento de ocupação de áreas públicas e particulares por meio de barracos, e identificou como causa a crise econômica dos anos de 2015 e 2016, que agravou a situação socioeconômica de inúmeras famílias surgindo as referidas áreas de ocupações que se encontram atualmente no território do CRAS Jardim Belo Horizonte.

Durante o ano de 2021, os 13 CRAS do município atenderam 24.968 famílias no serviço PAIF, enquanto, no PAEFI, os CREAS atenderam 882 famílias/indivíduos e o Centro POP atendeu 3.091 pessoas no serviço especializado para pessoa em situação de rua e/ou e abordagem social, e considerando as pessoas que foram categorizadas como pessoas em situação de rua, foram atendidas 2.268.

Em se tratando da escolaridade, a rede municipal de educação atendeu 21.695 alunos do Ensino fundamental no ano de 2020, e 756 jovens e adultos pelo EJA, dados da Conjuntura Econômica São José do Rio Preto. A consulta ao banco de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), considerando a rede pública de ensino, mostra que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2019, do 5° ano do Ensino Fundamental, foi de 6,7 para uma meta projetada de 6.8; já para o 9º ano, o IDEB foi de 5.3 para uma meta de 6.0, e 3º ano do Ensino Médio, meta atingida de 4.6 (a meta era de 4.3).

De acordo com o Novo Cadastro Geral dos Empregados e Desempregados (CAGED), de janeiro a dezembro de 2021, o município somou 71.651 admissões e 63.909 desligamentos. Ressaltamos que se trata de recorte de emprego formal. A discussão com as equipes das 10 Regiões, para a construção deste diagnóstico Socioterritorial, constatou o aumento nos atendimentos de famílias em contexto de desemprego e das que exerciam trabalho informal. Considerando a base de dados do

CECAD de agosto de 2021, temos 28.203 que declararam desemprego e 6.781 que declararam trabalho informal. Neste sentido, as equipes de atendimento dos CRAS e CREAS apontam, sobretudo, o aumento de solicitação de cestas básicas e inclusão em programas de transferência de renda.

A análise das Informações do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), com dados de vigilância de violência interpessoal e autoprovocada em São José do Rio Preto de 2021, demonstra total de 2.922 notificações. As especificações por tipo de violência são: física 964; autoprovocada 758; psicológica/moral 803; negligência/abandono 162; sexual 174; financeira/econômica 17; trabalho infantil 40; intervenção legal 05 e tortura 04.

Na coleta de informações do Sistema de Registro Mensal de Atendimentos (RMA) identifica-se 483 famílias ou indivíduos vítimas de violência ou violações de direitos que ingressaram no PAEFI em 2021, sendo 266 famílias/indivíduos no CREAS 1 e 217 no CREAS II.

Com relação à Pessoa em Situação de Rua (PSR) no município, no ano de 2021 foram atendidas 2.366 pessoas pelos seguintes serviços: Serviço especializado para Pessoa em Situação de Rua, Serviço de Abordagem Social e pela OSC Albergue Noturno, que executa a Casa de Passagem e Acolhimento Institucional.

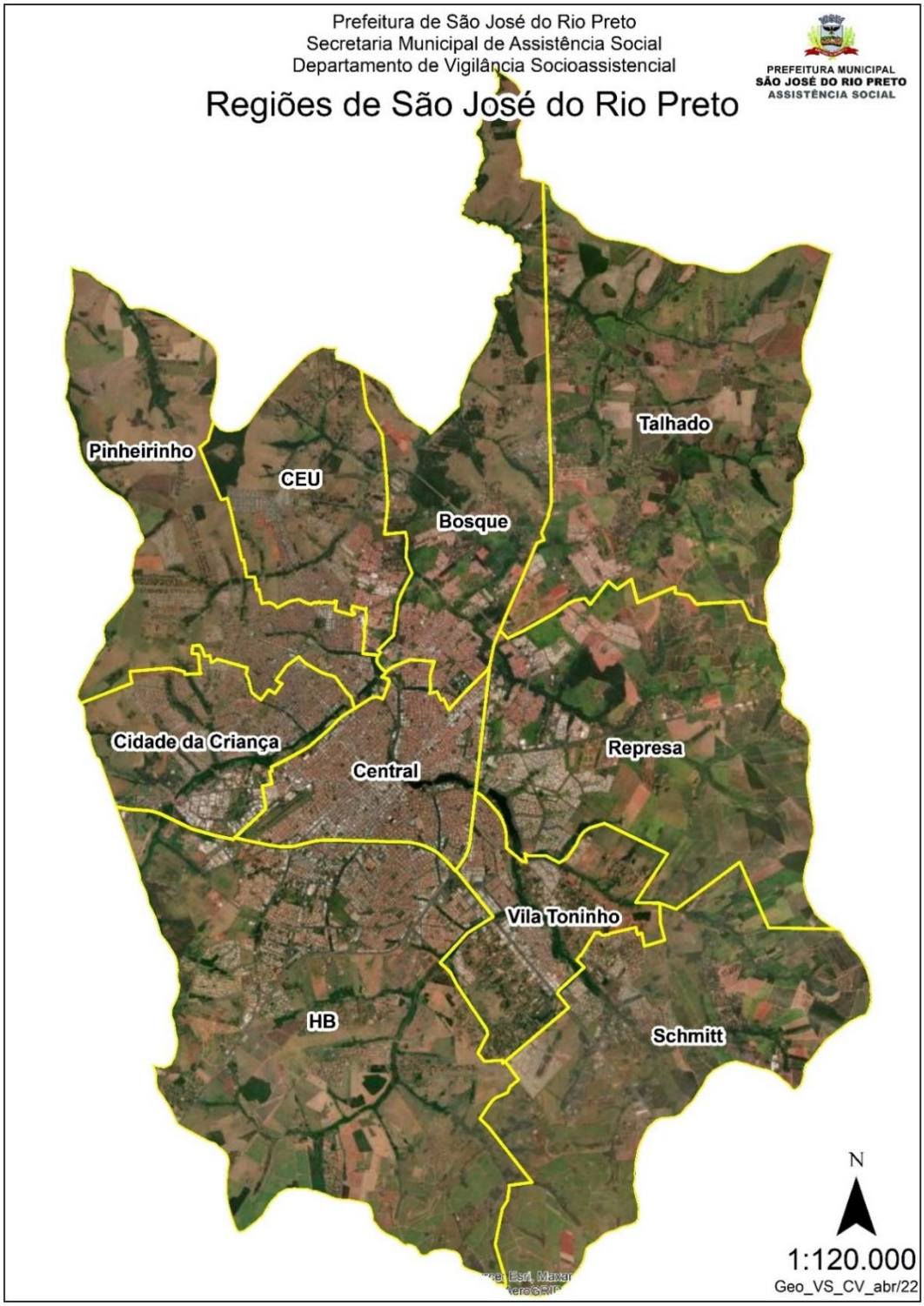
No trimestre de abril a junho de 2022, foram atendidas uma média mensal de 855 pessoas no Centro POP e 480 no Albergue Noturno Protetor dos Pobres. Das pessoas atendidas e que foram categorizadas, tivemos uma média de 797 pessoas, sendo 448 (56,3%) Moradores de Rua, 297 (37,2%) Flutuantes, 52 (6,5%) Munícipes Não Moradores de Rua.

Quase a totalidade das PSR (Flutuante e Morador de Rua) encontram-se nas faixas etárias acima de 18 anos, sendo que a faixa etária de 30 a 59 anos corresponde a 75,7% em média das pessoas atendidas. Quanto ao sexo biológico, em média 89% são pessoas do sexo masculino e 11% são do sexo feminino. No caso dos Munícipes não Moradores de Rua, 67,7% estão na faixa etária de 30 a 59 anos. Quanto ao sexo biológico, 80% são do sexo masculino e 20% do sexo feminino.

TERRITÓRIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

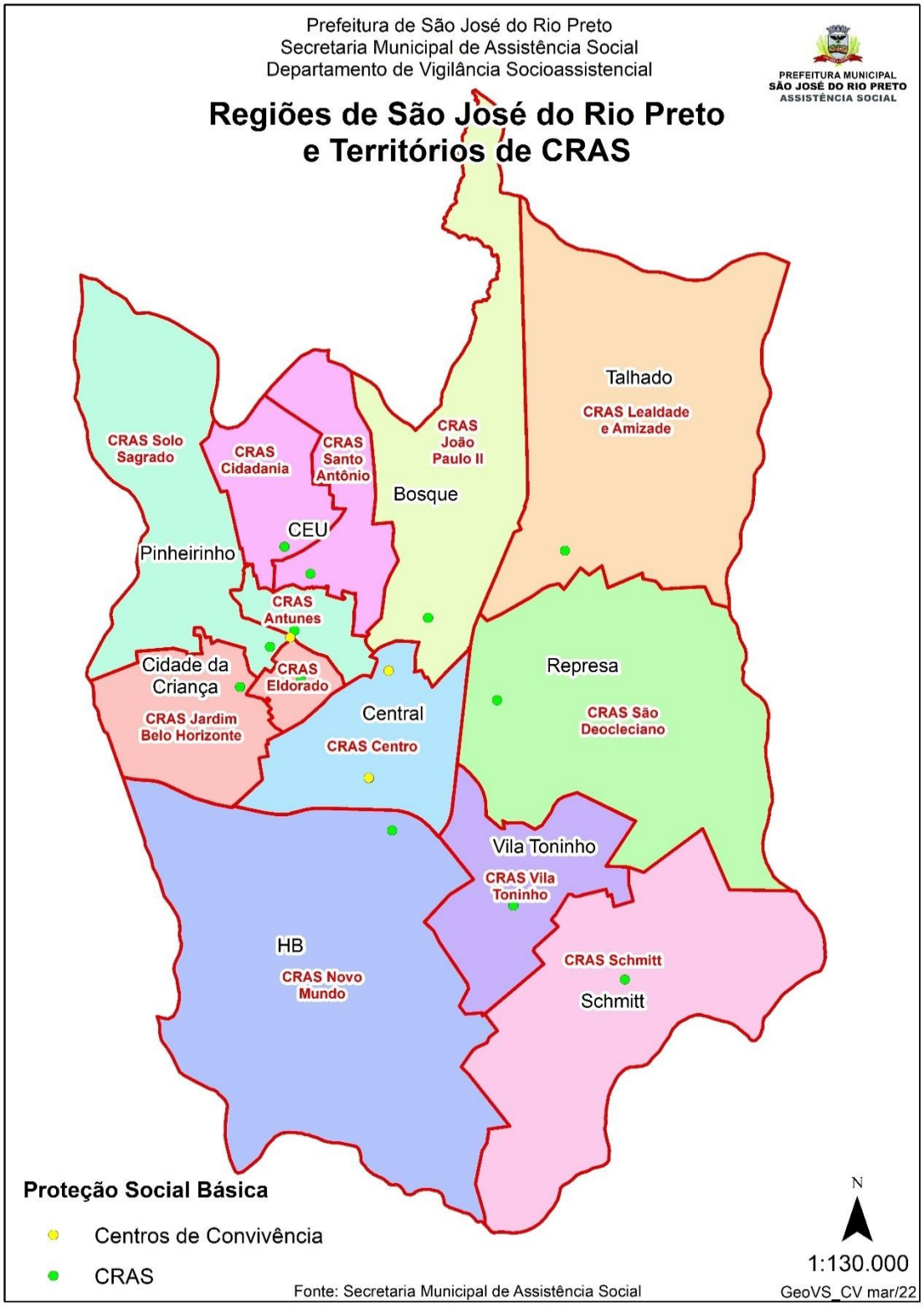
Apresentam-se os seguintes mapas: Regiões de São José do Rio Preto, abrangência dos CRAS, divisão territorial dos CREAS e Rede Socioassistencial, bem como imagens das fachadas dos CREAS e Centro POP.

Mapa 4 — Regiões de São José do Rio Preto.



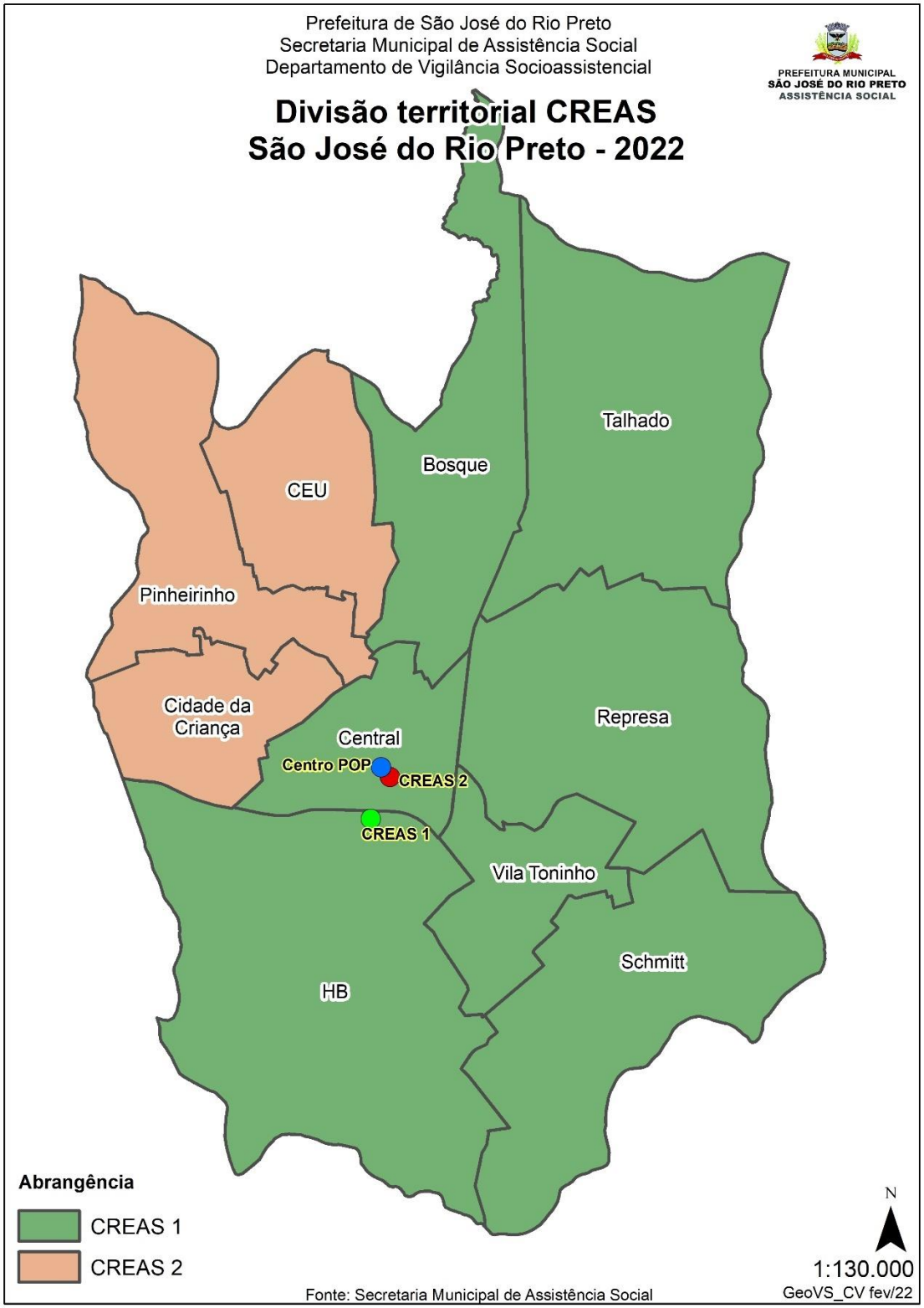
Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Mapa 5 — Territórios dos CRAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial /Secretaria de Assistência Social.

Mapa 6 — Territórios dos CREAS.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial/Secretaria de Assistência Social.

Figura 1 — Fachada CREAS I.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 2 — Fachada CREAS II.

Fonte: Arquivo SEMAS.

Figura 3 — Fachada Centro POP.

Fonte: Arquivo SEMAS.

MAPA FALADO COM CONSELHOS DE DIREITOS

No dia 13 de junho de 2022 realizou-se, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, a atividade do Mapa Falado, contando com a participação de 27 pessoas, representantes do Departamento de Vigilância Socioassistencial, CMAS, CMDI, CMDCA e COMAD.

Iniciou-se com a proposta metodológica a ser utilizada e explanando como se daria a participação dos presentes. Fora esclarecido o objetivo do Mapa Falado, com a finalidade de somar informações ao Diagnóstico Socioterritorial (2022), norteando as ações a serem contempladas no PMAS (2022/2025). Foi enfatizada a importância do processo de construção coletiva com a metodologia do diálogo e reflexão como proposta de finalização do documento para, posteriormente, realizar a devolutiva e socialização das informações através da publicação deste Diagnóstico.

Sendo assim, realizou-se o processo de discussão em torno dos mapas expostos e a identificação com marcadores de acordo com cada cor, representando as respectivas legendas, com as temáticas: vermelho (para elencar situações de

risco), prata (ausências nos territórios), verde (espaços de convivência e lazer), azul (experiências coletivas do território) e laranja (marcas e características de identidade do território).

- **VERMELHO –** Locais e situações de riscos:

    1. Transporte público em loteamentos e chácaras;
    2. Infraestrutura e acessibilidade;
    3. Acessibilidade no comércio;
    4. Tráfico de drogas;
    5. Uso abusivo de Substância Psicoativa (SPA);
    6. Exploração Sexual.

De acordo com a análise do grupo, as vulnerabilidades perpassam as políticas públicas e enfrentá-las é uma tarefa que exige integração e ações intersetoriais.

Foi levantada a questão da falta de mobilidade nas estâncias e chácaras distantes dos territórios e os riscos a ela relacionados. O transporte público ineficiente acarreta, segundo o grupo, na falta de segurança, já que as pessoas ficam muito tempo nos pontos de ônibus, que muitas vezes não são iluminados nem sinalizados, além de não possuírem acessibilidade para deficientes físicos.

Além disso, foi citada como consequência desse fator, a evasão escolar, pois as crianças/adolescentes residentes nesses locais enfrentam uma série de dificuldades para acessar a escola. Referente à mobilidade, existe a falta de infraestrutura e acessibilidade, não somente nas estâncias, mas em todo o município, o que gera uma série de transtornos e dificuldades para pessoas idosas e deficientes, sendo um fator dificultador para suas vidas cotidianas e o acesso à educação, cultura, esporte e lazer.

Outro fator discutido foi o tráfico de drogas, apontado pelo grupo como mais visível nas Regiões Bosque, CEU, Pinheirinho, Vila Toninho, Schmitt (Vila Ramos) e Central. Sobre o uso abusivo de substâncias psicoativas, explanou-se que está em todas as Regiões, com foco para a região do centro da cidade, que abriga o que os representantes presentes no Mapa Falado nomearam de “cracolândia”. Foi mencionado o fato de que, dentro dos condomínios, existe o uso e, até mesmo, tráfico velado e que não entram nas estatísticas. Relatou-se o fato de os traficantes aliciarem

adolescentes para o tráfico. Atreladas ao uso e tráfico de SPA, o grupo mencionou a prostituição e exploração sexual como escancaradas nas Regiões Central, Pinheirinho e CEU, com foco para as Regiões Pinheirinho e CEU onde ocorre, também, a exploração sexual de crianças e adolescentes.

- **PRATA –** Ausências nos territórios:
    1. Saneamento básico em loteamentos e chácaras;
    2. Centro Dia;
    3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCFV) para Crianças e adolescentes no contraturno escolar;
    4. Mobilidade urbana;
    5. Inserção de jovens no mercado de trabalho e/ou capacitação para inclusão;
    6. Segurança Pública;
    7. Remoção (saúde);
    8. Outra unidade do “Bom Prato”;
    9. Política de Habitação;
    10. Critérios para concessão de benefícios;
    11. Implementação de mais Centros de Convivência Familiar (CCF);
    12. Articulação entre Políticas Públicas para a promoção de cultura;

A legenda das ausências foi, sem dúvida, a mais utilizada. Dentre as ausências enumeradas acima, destacou-se, durante a discussão, a falta de comunicação em locais distantes (loteamentos e chácaras irregulares) como fator impeditivo de acesso à segurança e saúde “não é possível chamar a polícia nem uma ambulância, se necessário, porque os celulares não têm sinal” (sic). Foi mencionada também a ausência de orelhões, vistos como ultrapassados na “geração dos celulares”, mas muito necessários nesses locais.

Uma ausência que implicou em problematizações, por parte do grupo, foi a inexistência de unidades de Centro Dia para os idosos nas Regiões Cidade da Criança, Pinheirinho e Schmitt, com ênfase para a necessidade de ser disponibilizado transporte para os usuários do serviço. Ainda, nessa direção, foi mencionado o fato de os serviços estarem, em sua maioria, concentrados na Região Central, não sendo ofertados ou, quando ofertados, ineficientes, nas demais Regiões do município.

O grupo expôs a ausência de políticas públicas para inserção de jovens no mercado de trabalho, enfatizando o fato de haver discriminação quanto aos jovens que não se enquadram no “padrão estabelecido”. Observam-se preconceitos relacionados a adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidades sociais, além da estigmatização dos jovens que moram nas regiões mais periféricas da cidade, principalmente em estâncias e chácaras.

Com relação à falta de segurança pública, o grupo mencionou que os condomínios não enfrentam as consequências dessa ausência. Contudo, essa não é a realidade da maioria da população, pois são muitas as situações (violência, tráfico, insegurança etc.) vivenciadas em decorrência das fragilidades da segurança pública.

Outro fator destacado refere-se à dificuldade enfrentada pelos usuários ao tentar utilizar os serviços de remoção da saúde (locomoção de pacientes para consultas/tratamentos). O serviço foi apontado como “muito burocrático e ineficiente”, já que, quando disponibilizado, não chega no horário, o que, muitas vezes, faz com que o paciente perca a consulta. Enfatizou-se, nesse caso, as Regiões Vila Toninho, CEU, Pinheirinho e Schmitt, com a observação de que isso também ocorre nas demais.

A dificuldade de acolhimento para dependentes químicos que desejam se tratar foi mencionada por um dos participantes, que citou o fato de os trâmites serem muito burocráticos. Aproveitou-se o momento para divulgar os fluxos para acolhimento, que devem passar inicialmente pelo CAPS, e a importância desses fluxos.

Quanto à fome e insegurança alimentar, foi mencionada a ausência de outras unidades do Bom Prato na região norte, com foco no Pinheirinho, CEU e Bosque, sendo enfatizada sua necessidade por todo o grupo. Ainda neste âmbito, mencionaram-se as ausências provocadas pelos critérios de concessão de benefícios às famílias, que, segundo uma participante, desconsideram os novos arranjos familiares formados em decorrência da crise econômica que o país enfrenta, com a formação, inclusive, de cortiços. Ao citar a situação dos cortiços e rearranjos familiares, foi levantada a falta de políticas habitacionais, principalmente na Região Pinheirinho.

Referente aos serviços e locais de convivência sugeriu-se a implementação de mais Centros de Convivência da Família. Quanto à situação do atual CCF, foi mencionando que a piscina aquecida gera a maior parte da demanda reprimida do local, já que a demanda é maior do que a oferta.

Por fim, mas não menos importante, foi trazida à discussão a falta de articulação entre as políticas públicas. Concluiu-se, a esse respeito, que há muitos espaços que podem servir para realização de eventos e atividades referentes aos serviços, mas esses espaços estão subaproveitados, uma vez que falta estrutura mínima como bancos e tomadas em praças. Segundo o grupo, se as políticas articulassem entre si, os espaços seriam melhor aproveitados. A ênfase, neste tópico, foi a realização de grupos e atividades culturais, que poderiam chegar às demais Regiões, mas, pelas questões já mencionadas, ficam concentradas na Região Central.

- **VERDE –** espaços de convivência e lazer:

1. Centro de Convivência Familiar (CCF).

- **AZUL –** experiências coletivas do território (solidariedade, mobilização).
    1. Associações;
    2. Grupos Narcóticos anônimos (NA)/Alcoólicos Anônimos (AA);
    3. Intervenções culturais descentralizadas.

Neste tópico foram destacadas as associações de moradores de bairros que, segundo relatos, se fortaleceram durante a pandemia (com ênfase às Regiões Pinheirinho, Cidade da Criança, Central, Schmitt e HB). De modo que os grupos formados por “vizinhança solidária” existentes, dentre outras, na região Central, promovem a solidariedade e segurança entre os moradores.

Outros pontos citados como positivos foram os grupos de ajuda (NA e AA) presentes nas Regiões Vila Toninho e Central e as intervenções culturais descentralizadas que ocorrem nas Regiões Talhado, Represa e Schmitt.

- **LARANJA –** marcas e características de identidade do território
    1. Polo turístico (Schmitt);
    2. Complexo (Cidade da Criança);
    3. Shopping (HB);
    4. Saúde (HB);
    5. Represa/Swift (Represa);
    6. Rodoviária (Central);
    7. Basílica (Central);

8. Calçadão (Central);
9. Biblioteca (Central);
10. Zoológico (Bosque);
11. Cristo (Central);
12. UNESP (Bosque);
13. FAMERP (HB);
14. Pinheirinho (Pinheirinho);
15. Campo de futebol São Francisco (HB);
16. Centro Esportivo Eldorado (Cidade da Criança);
17. Praça de Esporte e Cultura (Schmitt);

Destaca-se, nesse tópico, que de forma geral os participantes apresentaram a oferta de serviços públicos, bem como os espaços de convivência, esporte e cultura como importantes marcas e características de identidade dos territórios do município. Ressaltou-se a importância desses espaços e serviços como referências para a população e usuários dos serviços ofertados.

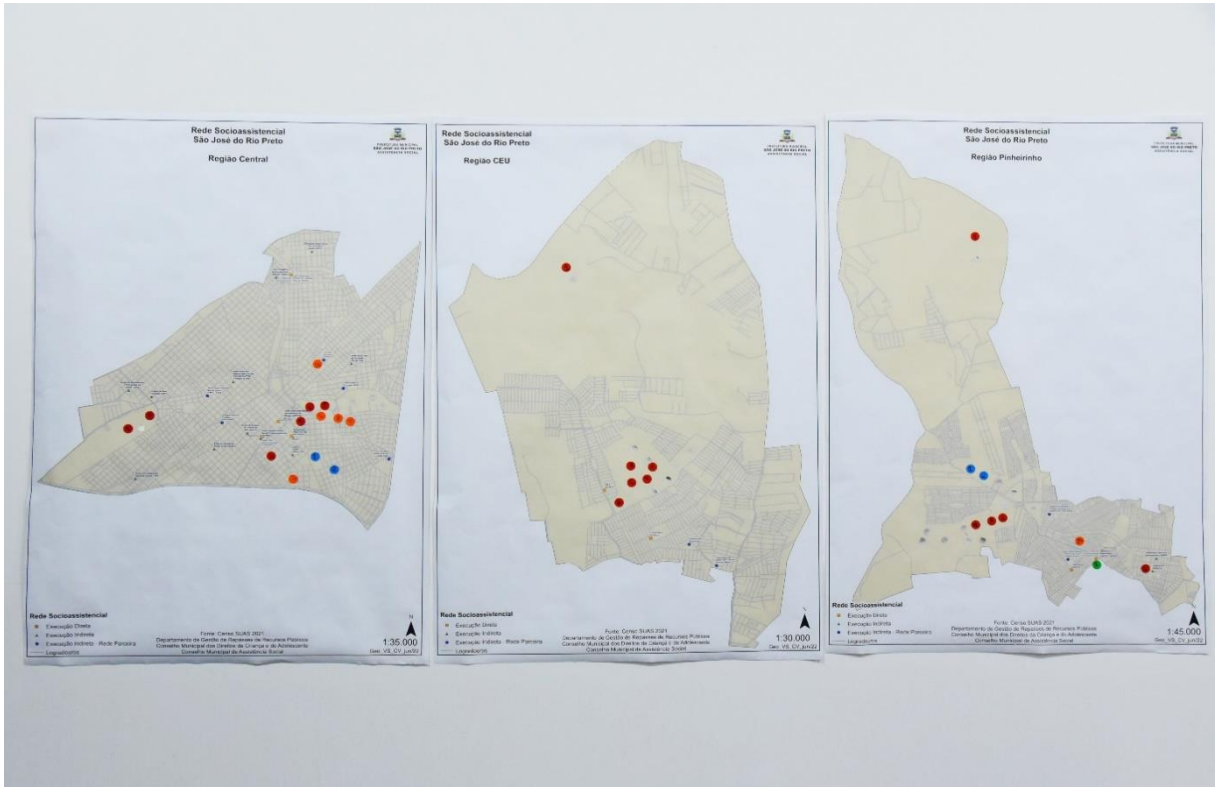
Apontamentos finais

Na finalização das discussões foi dada a oportunidade ao grupo de analisar a atividade e expor seus pontos de vista. Foi mencionado, como ponto positivo, que o Diagnóstico tem sido um processo “bacana”, participativo e democrático. Como ponto negativo citou-se o fato de Rio Preto, apesar de ser uma metrópole, possuir muitos pontos a serem melhorados em diversas políticas públicas, como as políticas para pessoas idosas, já que a cidade está “envelhecendo” e, segundo o grupo, as políticas não têm acompanhado esse indicador social. Também foi explicitado o fato de as políticas públicas não chegarem até os espaços que poderiam ser utilizados para oferta de seus serviços. Observou-se que muitos espaços possuem potencial para o desenvolvimento de ações e atividades, mas são subutilizados ou não são devidamente utilizados por falta de divulgação e da integração entre as políticas.

Por fim, o grupo refletiu sobre a importância da função vigilância, ressaltando que essa não é só de competência da Política de Assistência Social, mas de todas as políticas públicas sociais e seus equipamentos. Nessa direção, avaliou-se a relevância da atividade do Mapa Falado, como exemplo da sistematização das demandas, já que

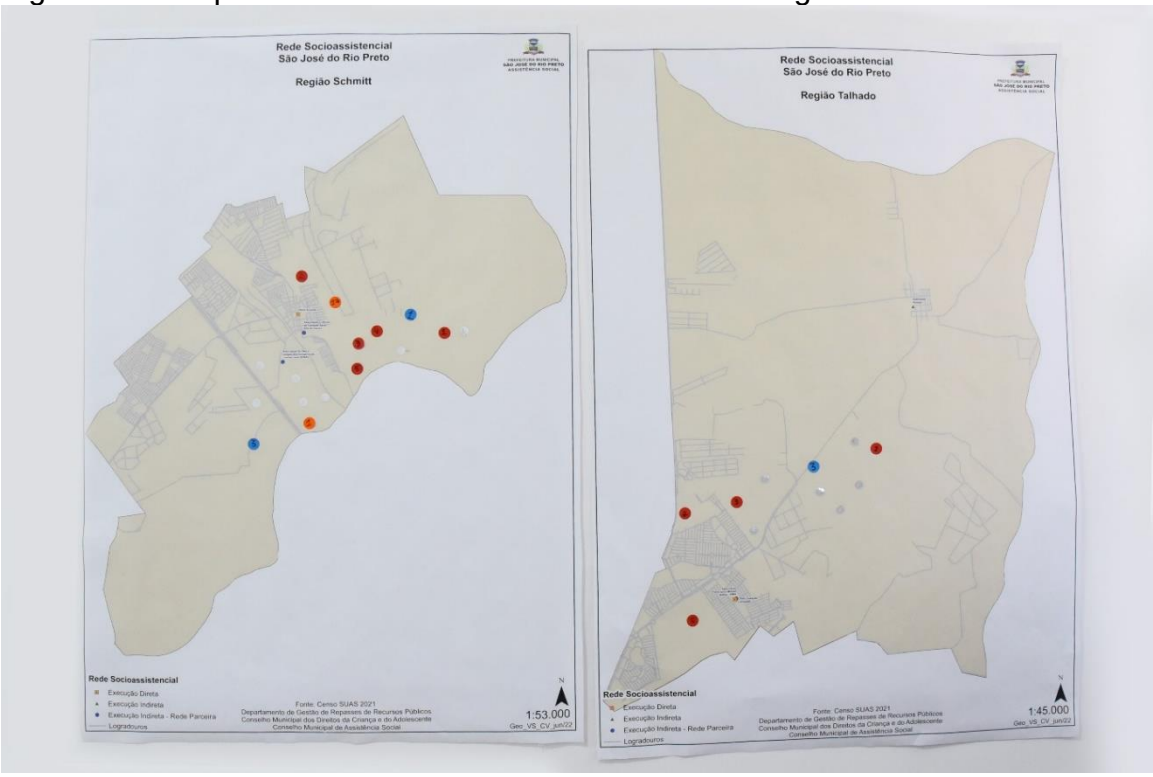
muitas não chegam aos Conselhos de Direitos por não terem sido sistematizadas e reduzidas a termo, impedindo que as instâncias competentes atuem, de forma direta e objetiva, para saná-las.

Figura 4 — Mapa falado realizado com conselhos de direitos. Regiões Central, CEU e Pinheirinho.



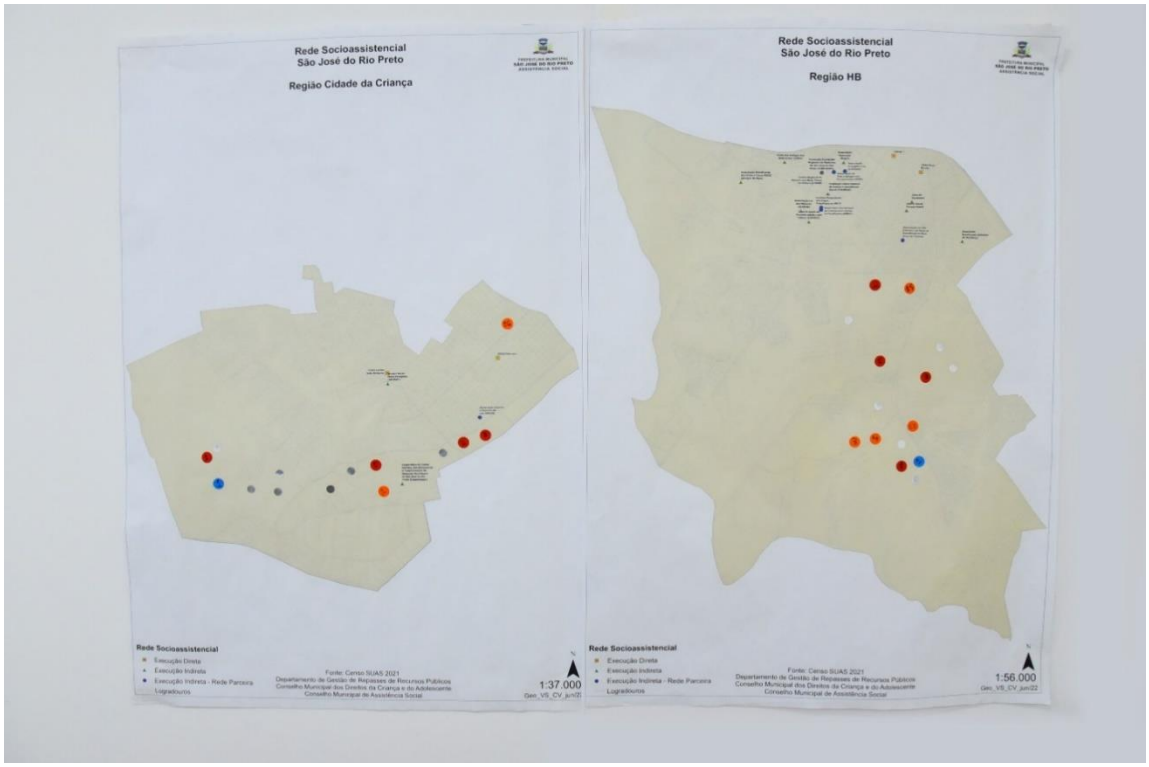
Fonte: SEMAS – Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 5 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Schmitt e Talhado.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 6 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Cidade da Criança e HB.



Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

Figura 7 — Mapa falado com conselhos de direitos - Regiões Vila Toninho, Bosque e Represa.

Fonte: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social.

RELATOS DE CASOS ALTA COMPLEXIDADE

Referente à alta complexidade, o Departamento de Proteção Social Especial, em conjunto com o Departamento de Vigilância Socioassistencial, traz o relato de casos de jovens que estão no Serviço de Acolhimento Institucional para adolescentes em abrigo da OSC Comunidade Terapêutica Só Por Hoje, com um quadro descritivo de seus contextos de vida, enumerados de A até D, e uma análise fazendo a correlação com o importante papel das políticas públicas.

Quadro 10 — Breve histórico dos adolescentes do Serviço de Acolhimento em Abrigo Institucional para adolescentes – OSC Só Por Hoje – Casa 1.

Nomes fictícios	Descrição
"A" **17 anos** Acolhido neste Serviço desde: 23/11/20	- Acolhimento por negligência e abandono; - Acolhimento em outro serviço desde criança; - Baixa tolerância à frustração; - Envolvimento com o uso e tráfico de drogas; - Internação no CIAPS - 15 dias devido a uso de substâncias; - Dificuldade com figuras de autoridade; - Dificuldade com normas e regras escolares; - Comportamento de agressividade devido às adversidades; -Acompanhamento no CAPS AD III - Schmitt, realizou acompanhamento ambulatorial em torno de 06 meses, prescrita medicação controlada, mas nega fazer uso; - Mudança de período escolar para o noturno na tentativa de busca de emprego, atingirá sua maioridade em outubro/2022; - O serviço de acolhimento, através da Vara da Infância e Juventude conheceu uma empresa no ramo de peças automotivas para caminhão, na qual o proprietário teve a sensibilização com a história dos adolescentes acolhidos, e outros dois adolescentes que passaram por acolhimento tiveram uma oportunidade nesta empresa; - No início de fevereiro /2022 – foi realizado um teste na empresa descrita, na área de separação de itens para venda, o adolescente apresentou interesse de aprendizagem, foi realizada junto à equipe e empresa a importância de continuar estudando, para a possibilidade de crescimento dentro da empresa; - **"A"** começou a frequentar a escola com assiduidade, iniciou um relacionamento com uma adolescente da sala que o estimula com as questões escolares e de trabalho; - Não vem apresentando, até o momento, nenhuma situação de risco e uso de substâncias; - Com o primeiro salário, comprou uma bicicleta e um celular e relatou ser a *"primeira vez que teve dinheiro do seu suor"* ; (sic) - Apresenta interesse de buscar uma vida autônoma, e constituir sua própria família.
"B" **18 Anos**	- Órfão de mãe; - Negligenciado pelo genitor; - Situação de rua e uso de substâncias; - Evasão escolar; - Dificuldade de aprendizagem; - Tratamento ambulatorial CAPS I CENTRO; - Permaneceu no acolhimento cerca de 14 meses, no período retomou a rede de ensino; - Realizou curso de Jovem Aprendiz na ARPROM, foi contratado como estagiário por uma rede de supermercados, apresentou bom desempenho, foi demitido devido à extensão do período de pandemia; - O serviço de acolhimento entrou em contato com uma empresa e relatou que o adolescente precisaria de um trabalho, pois teria que trabalhar sua autonomia para o a saída do acolhimento; - O serviço o ajudou na locação de um local próximo ao trabalho, para a economia do transporte; - O adolescente precisou de todo um aparato do acolhimento e da empresa, para a construção de sua autonomia, como auxílio da gestão financeira, compras de itens domésticos etc. - O jovem está há dois anos empregado e residindo sozinho.

"C" **17 Anos** Acolhido neste Serviço desde: 18/01/22	- Acolhido por motivo de negligência; - Sem contato familiar; - Evadido da escola; - Atualmente concluiu o ensino fundamental no sistema EJA, aguardando liberação para a inclusão no ensino médio do ensino regular; - Iniciou há cerca de 20 dias o estágio em uma empresa e ainda está em período de teste.
"D" **17 ANOS** Acolhido neste Serviço desde: 14/09/21	- Acolhido por motivo de negligência; - Cumprindo medida de Liberdade Assistida por motivo de agressão; - Cursando o 2º ano do ensino médio; - Durante a seleção de estagiários uma empresa ficou sensibilizada pelo fato de o adolescente estar em contexto de acolhimento e decidiu, juntamente com a equipe, dar uma oportunidade de trabalho para o adolescente; - Estagiando na empresa há cerca de 2 meses.

Fonte: OSC Só Por Hoje e Departamento de Proteção Social Especial.

Análise e Discussão

Os adolescentes acolhidos apresentam em comum nas suas trajetórias de vida, situações de vulnerabilidade social, rompimento de vínculos familiares e comunitários e violação de direitos em diversos âmbitos. Alguns destes adolescentes, na busca pela sobrevivência, se envolveram no tráfico de drogas, considerada a pior forma de trabalho infantil e pela sociedade, um caminho sem volta.

Os relatos apresentados apontam retorno à escola, inserção no trabalho, resgate dos vínculos familiares, superação da dependência química e o alcance da autonomia. É instigante pensarmos: quais os elementos que propiciaram a mudança da trajetória de vida dos adolescentes? Inclusive um dos relatos testemunha que mesmo com a maioridade tal mudança permaneceu. Porque permaneceu? Para respondermos estas questões é necessário compreender o serviço de acolhimento.

O acolhimento institucional tem como objetivo a proteção integral do adolescente, devendo ser desenvolvido com o adolescente e sua família trabalho social que oportunize espaço para reflexão, atividades socioeducativas, retorno à escola, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e cuidado integral à saúde.

O adolescente acolhido tem garantido no acolhimento institucional condição habitacional digna, alimentação, material de higiene, vestuário, rede de internet, vaga em escola próxima à residência ou do trabalho, cursos de capacitação e vale transporte para o desenvolvimento de atividades. O acolhimento institucional, ainda,

por intervenção do juiz da infância e juventude, conta com parceiros que priorizam os adolescentes na oferta de vagas de estágio e emprego. Temos ainda equipe técnica, formada por psicóloga e assistente social, que em conjunto com os educadores, terá a missão de supervisionar/orientar os acolhidos, além de realizar atendimentos particularizados com os adolescentes e seus familiares. A finalidade é o resgate do vínculo familiar e apoio na construção de estratégias para a superação das dificuldades a serem enfrentadas no cotidiano, sempre sob a égide do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990).

Pela descrição do serviço de acolhimento institucional visualizamos que o adolescente tem acesso aos direitos apregoados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, o que nos leva a pensar que mesmo o adolescente que já vivenciava diversas desproteções e situações de risco podem ter uma mudança de trajetória. Infelizmente, a realidade experimentada pelos adolescentes e suas famílias antes do acolhimento institucional era de muitas desproteções (renda, habitação, alimentar, escolar e etc.).

Fleury (2010) em texto sobre os modelos de proteção social elabora o conceito de cidadania invertida “[...] na qual o indivíduo tem que provar que fracassou no mercado para ser objeto da proteção social”.

O acolhimento institucional é uma medida judicial aplicada em casos graves, quando se reconhece a impossibilidade de proteção por parte da família e o esgotamento das ações do estado em atuar junto à família para a proteção de seus membros, portanto, falamos de fracasso. Todavia, é este fracasso que permite ao adolescente e sua família ascender à condição de cidadania universal, pois “Os benefícios passam a ser concedidos a partir das necessidades, com fundamentos nos princípios da justiça social [...]” (FLEURY, 2010).

Concluímos que o acesso à cidadania universal viabiliza a segurança de autonomia, é promotora de sonhos, assegura aos adolescentes escolhas, tornando-os protagonistas de sua própria história. Assim, também questionamos as teses meritocráticas que responsabilizam os sujeitos por seus sucessos ou fracassos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. IBGE. **Desemprego.** [Internet]. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95 de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Portal da Transparência**. [Internet]. Disponível em: http://www.portaltransparencia.gov.br/beneficios/consulta?tipoBeneficio=6&ordenarPor=municipio&direcao=asc. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Painel de Informações do Novo CAGED**. [Internet]. Disponível em: https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNWI5NWI0ODEtYmZiYy00Mjg3LTkzNWUtY2UyYjIwMDE1YWI2IiwidCI6IjNlYzkyOTY5LTVhNTEtNGYxOC04YWM5LWVmOThmYmFmYTk3OCJ9&pageName=ReportSectionb52b07ec3b5f3ac6c749. Acesso em: 7 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Gestão do Trabalho e Educação Permanente do SUAS em Pauta**. Brasília, 2014.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009c. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. IPEA. **Carta de Conjuntura**. [Internet]. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/200702_cc_48_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

BRASIL. **Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos** do Sistema Único de Assistência Social – **NOB**-**RH**/SUAS, **2006**. Política Nacional de Educação Permanente do SUAS (PNEP/SUAS). Portaria nº 115, de 20 de março de 2017.

BRASIL. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS **NOB** - RH/**SUAS**. Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome - MDS. **2005**. BRASIL, Política Nacional da Assistência Social - PNAS - Versão Original.

BRASIL. **Resolução nº 109 de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 07 abr. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.435 de 6 de julho de 2011. Altera a **Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993,** que dispõe sobre a organização da Assistência Social. *Diário Oficial da União* 2011; 7 set.

FLEURY, S. Políticas sociais. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: https://gestrado.net.br/verbetes/politicas-sociais/. Acesso em 10 jun. 2022.

FRENTE NACIONAL EM DEFESA DO SUAS E DA SEGURIDADE SOCIAL. **Informe 4 A Vigilância Socioassistencial em tempos de calamidade emergência: estratégias para Proteção Social.** [Internet]. Disponível em: https://conferenciadeassistenciasocialhome.files.wordpress.com/2020/06/informe4_vigilanciasocioassistencial-1.pdf. Acesso em: 14 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto N° 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da Pandemia do Covid-19 (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. São José do Rio Preto, 2020ª. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/DECRETO_N_18571.pdf. Acesso em: 14 jul 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Covid-19 (COVID-19).** São José do Rio Preto, 2020. [Internet]. Disponível em: https://www.riopreto.sp.gov.br/coronavirus/#notas. Acesso em: 21 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 1.071 de 5 de janeiro de 1965**. Institui a Fundação Riopretense de Assistência Social. São José do Rio Preto, SP, 1965.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 2.104 de 2 de maio de 1977**. Dispõe sobre a estrutura administrativa da prefeitura municipal de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Leo nº 3.045 de 7 de junho de 1982. Constitui a assessoria do bem-estar social. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto Municipal nº 2.883 de 14 de junho de 1982**. Define a constituição da Assessoria de Bem-Estar Social. São José do Rio Preto, SP, 1977.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 3.162 de 14 de setembro de 1982**. Estrutura administrativa constituída pelos órgãos da administração direta, constante no ítem I do art. 10 da Lei nº 2.104/77. São José do Rio Preto, SP, 1982.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Lei nº 4.956 de 15 de maio de 1992**. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. São José do Rio Preto, SP, 1992.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.073 de 29 de junho de 2018**. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 01 de julho de 2018. Ano XV - nº 4396. Disponível em: <file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-decreto_18073.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. **Decreto nº 18.571 de 24 de março de 2020**. Reconhece estado de calamidade pública no Município de São José do Rio Preto decorrente da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e estabelece medidas de enfrentamento. Diário Oficial do Município, São José do Rio Preto, SP, 25 de março de 2020. Ano XVII - nº 4922. Disponível em: < file:///C:/Users/cvissechi/Downloads/pgm-Decreto_18571.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2022.

APÊNDICE 1 – REDE SOCIOASSISTENCIAL NO MUNICÍPIO

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
1	Bosque	Associação Anjo da Guarda	Rua Antônio Munia, 1086 - Jd. Nazareth (17) 3363-4589	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	130			CMDCA; Censo SUAS 2021
2	Bosque	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 441- João Paulo II (17) 3224-5384	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	120	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
3	Bosque	CRAS¹ João Paulo II	Rua Rosa Generosa Pinheiro, 401 João Paulo II - (17) 3223-8550 (17) 99779-0611 (17) 3221-5183	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
4	Bosque	Lar Maria José de Jesus	Rua Valdomiro Cornachione, 209 Bosque da Felicidade (17) 3224-8050	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Jovens a partir de 18 anos a idosos	30			Censo SUAS 2021
5	Central	Casa Evangélica de Recuperação Adonai (CERAI)	Rua Alexandre Tambury, 243 - Jd. Conceição (17) 3223-6468	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional em República	Homens adultos de 18 a 59 anos	12			Censo SUAS 2021
6	Central	Albergue Noturno Protetor dos Pobres	Rua Independência, 2611 - Centro (17) 3232-8260	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional e Casa de Passagem	Pessoas adultas ou famílias em situação de rua, desabrigo por abandono, migração, ausência de residência e pessoas em trânsito	Pernoite e Jantar (média diária): 40; Casa de Passagem (mensal): 10; Jantar (média diária):100	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
7	Central	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Sede: Rua Rubião Jr, 2056 - Boa Vista (sede da equipe) (17) 3222-5121	Especial de Alta Complexidade	Serviço de acolhimento Institucional 4 Casas-lares e crianças e adolescentes em reintegração familiar obs. O serviço atende todas as regiões do município.	Crianças e adolescentes	10 vagas para cada casa lar	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
8	Central	Associação Rio-pretense de promoção do Menor (ARPROM)	Rua Prudente de Moraes, 3308 - Centro (17) 3214-6830	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos	700		X	CMDCA; CMAS
9	Central	Associação Casa de Caridade Pão da Vida	Rua Borba Gato, 149 - Jd. Paulista (17) 3305-3028	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	15			Censo SUAS 2021
10	Central	Associação Madre Teresa de Calcutá	Rua Maximiano Mendes, 157 - Santa Cruz (17) 3235-4645	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	18 a 29 anos, 30 a 59 anos e idosos	30			Censo SUAS 2021
11	Central	Centro Pop³	Rua Antônio de Godoy, 2839 - Centro (17) 3237-3000 (17) 3231-6939 (17) 99709-0301	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	-			Censo SUAS 20211
					Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência				
12	Central	CRAS Centro	Rua João Teixeira, 260 - Vila Santa Cruz (17) 3212-7670	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 99779-1276 (17) 3215-3300		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
13	Central	CREAS² II	Rua Maximiano Mendes, 154 - Santa Cruz (17) 3227-2520 (17) 3212-8217 (17) 99734-8969	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
14	Central	Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)	Rua Dr. Presciliano Pinto, 3300 - Boa Vista (17) 3211-2953	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	-		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
15	Central	Centro Social Santa Cruz	Rua Silva Jardim, 3925 - Santa Cruz (17) 3232-2678	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	55		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
16	Central	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vila Novaes	Av. Philadelpho M. Gouveia Neto, 785 - Vila Novaes (17) 32222-1614	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	110	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu-jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
17	Central	Grupo de Atendimento e Prevenção do Câncer (GAPC)	Av. Dr. Cenobelino de Barros Serra, 3003 Pq. Industrial (17) 3500-2100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	30			Censo SUAS 2021
18	Central	Lar São Vicente de Paulo de São José do Rio Preto	Rua Fernão Dias Paes Leme, 414 - Vila Maceno (17) 3224-6435	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	38	X		Censo SUAS 2021 Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa	Idosos	Até 50	X		

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Permanência para Idosos - ILPI)					
19	Central	Legião da Boa Vontade (LBV)	Rua Dom Pedro I, 2776 - Jd. Canaã - (17) 3235-1811	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	150		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
20	Central	Instituto Comboniano São Judas Tadeu	Rua José Bonifácio, 1598 - Jd. Roseiral (17) 3215-9200	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	300	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
21	Central	Associação dos Ostomizados de São José do Rio Preto e Região (AORP)	Rua Floriano Peixoto - nº 926, bairro: Boa Vista (17) 30225636	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	20			Censo SUAS 2021
22	Central	Rede de Assistência Social Cristã (RASC)	Rua Cila, 2866 - Vila Imperial	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes e jovens de 14 a 24 anos	125		X	CMDCA; CMAS
23	CEU	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Planalto	Rua Amélia Ferreira Del Campo, 125 - Jd. Planalto (17) 3236-8887	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200	X	X	Censo SUAS 2021; CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Lar de Fátima "In Fight" Início 01/04/2021	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos,			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
				Término 31/01/2023 22 meses		ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.				Recursos Públicos
24	CEU	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (sede) (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado Atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
25	CEU	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
26	CEU	CRAS Cidadania	Rua Zacarias Selime Alex André, 200 - Pq. da Cidadania (17) 3212-9195 (17) 3219-5220 (17) 99729-0423	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
27	CEU	CRAS Santo Antônio	Rua Josefina Reis Assunção, 385 - Santo Antônio (17) 3217-8024 (17) 3219-7104 (17) 99645-4742	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
28	CEU	Instituto Lar Esperança	Rua Edson Pupin, 651 - Jd. Santo Antônio (17) 3219-9720	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Idosos e suas Famílias - Centro Dia para Idosos	Idosos	20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	IDOSOS	Até 20	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
29	Cidade da Criança	Associação Espírita a Caminho da Luz (AELUZ)	Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3236-6098	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	30		X	Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Rua Theodoro Sanches, 2300 - São Jorge (17) 3219-8325	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Residência Inclusiva	Jovens e adultos com deficiência de 18 a 59 anos	Até 16	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos; CMDCA
30	Cidade da Criança	Serviço Social Maria Peregrina (SESMAP)	Rua Francisco Rodrigues de Freitas, 184 Jardim Belo Horizonte (17) 3219-9970	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	130		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
31	Cidade da Criança	Comunidade Só Por Hoje	Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Média Complexidade	Serviço Especializado em Abordagem Social	Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência	70	X	X	CMDCA; CMAS; gestão de parcerias
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa Lar - Casa Compartilhada[4] obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Crianças e adolescentes do município, de 10 a 17 anos, de ambos os sexos, com transtornos mentais, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			Sede: Av. Das Hortênsias, 660 - Jardim dos Seixas (17) 3236-3696	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional obs: O Serviço atende todas as Regiões do Município	Adolescentes homens, de 12 a 17 anos, em situação de risco pessoal e social, sob medida de proteção	ATÉ 10	X	X	CMDCA; CMAS; Gestão de Parcerias
32	Cidade da Criança	CRAS Eldorado	Rua Brás Repizo Nabas, 262 - Vila Romana (17) 99733-4507 (17) 3219-0186	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
33	Cidade da Criança	CRAS Jardim Belo Horizonte	Rua Rogério Cozzi, 657 - Jd. Anielli (17) 3222-4256 (17) 3219-0078 (17) 99718-2169	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com	Pessoas com deficiência e/ou idosas que vivenciam situação				

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
					Deficiência e Idosas	de vulnerabilidade social				
34	HB	Associação Beneficente dos Vinte e Cinco - ABVIC (Amigos da Hipo)	Rua Joaquim Fernandes Diniz, 100 - Tarraf II (17) 3216-4160 (17) 99644-3678	Básica	Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de Sua Integração à Vida Comunitária	Crianças e adolescente de um ano e cinco meses a 12 anos	100			CMAS
35	HB	Associação Lar dos Menores (ALARME)	Av. Anisio Haddad 6580 - Jardim Aclimação (17) 3226-4100	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	200		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
36	HB	Associação dos Amigos da Criança com Câncer ou Cardiopatia (AMICC)	Rua Dr. Lino Braile, 355 - Jd. Francisco Fernandes (17) 2137-0777	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Casa de Passagem	Crianças, adolescentes e famílias	46	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
37	HB	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)	Rua Dr. Raul Silva, 1863 - Nova Redentora (17) 3227-1200 /2136-1200	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
38	HB	Centro Social Parque Estoril	Rua Olavo Guimaraes Correa, 815 - Jardim Ouro Verde (17) 3201-1550	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	80		X	CMDCA; Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
39	HB	Clube dos Amigos dos Deficientes (CADE)	Rua Rosa Gregório Gomes, 495 - Jd. Maracanã (17) 3231-7463	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e Ações de Habilitação e Reabilitação da Pessoa com Deficiência e a Promoção de sua integração à vida comunitária	Todos os ciclos de vida - todas as faixas etárias	180			Censo SUAS 2021; CMAS
40	HB	Casa de Apoio ao Paciente Adulto com Câncer (CAPACC)	Rua Saad k. Saad Aboujaoude, 161 - Jd. Michel Jacob (17) 3216-1593 / (17)3227-2676	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional	Adultos e idosos	54			Censo SUAS 20211
41	HB	Casa de Eurípedes	Rua Olavo Guimarães Correa, 600 - Jd. Urano (17) 3227-4733	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescente de 07 a 14 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
42	HB	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância (CRAMI)	Av. Brigadeiro Faria Lima, 5544 - Vila São Pedro - 3º andar (17) 3227-3484	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Família Acolhedora e Programa Guarda Subsidiada	Crianças e adolescentes com medida de proteção	Até 15 famílias acolhedoras até 25 famílias subsidiadas	X	X	CMDCA; gestão de parcerias
43	HB	CRAS Novo Mundo	Rua Centenário, 1299 - Jd. Novo mundo (17) 3226-3131	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3227-0169 (17) 99779-2480		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
44	HB	CREAS I	Rua José Polachini Sobrinho, 575 - Jd. Sinibaldi (17) 3216-2226 (17) 3216-3155	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Famílias e indivíduos que vivenciam violação de direitos	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)	Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)				
45	HB	Fundação Líbero Badaró de Ensino e Assistência Social (FULBEAS)	Av. Francisco das Chagas Oliveira, 1175 Chácara Municipal (17) 3201-4900	Básica	Ações de promoção da integração ao mercado de trabalho	Adolescentes mulheres a partir de 15 anos e 08 meses a 17 anos	90		X	CMDCA; CMAS

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
46	HB	Instituto Riopretense dos Cegos Trabalhadores (IRCT)	Rua Cleo Oliveiro Roma, 200 - Jd. Morumbi (17) 3355-5001	Especial de Média Complexidade	Ações de habilitação e reabilitação da pessoa com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária	Pessoas com deficiência visual	48	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
47	HB	Associação Evangélica Lar de Betânia	Rua Roberto Simonsen, 430 - vila São José (17) 3227-2200	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)	Idosos	Até 43	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
48	HB	Associação Operação Alegria	Rua Doutor Raul Silva, 1523 - Nova Redentora (17) 3305-6127	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional - Abrigo Institucional	Adultos	26		X	CMDCA, Censo SUAS 2021
49	HB	Associação Beneficente Jerônimo de Mendonça	Av. Faiez Nametalh Tarraf, 1.180 - São Marcos (17)32273311	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adultos de 30 a 59 anos	40			Censo SUAS 2021
50	HB	Associação Lar São Francisco de Assis na Providência de Deus (Casa de Cireneu)	Av. Benedito Rodrigues Lisboa, 400 - São Francisco (17) 3229-3769	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Proteção em Situação de Calamidades Públicas e de Emergências	Pessoas adultas de ambos os sexos que se encontram em situação de rua e desabrigo	Até 50	X		Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
51	Pinheirinho	CRAS Antunes	Rua Nagib Abissamira, 1801 - Jd. Antunes (17) 3236-5611	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3219-0060 (17) 99717-9120		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
52	Pinheirinho	CRAS Solo Sagrado	Rua Beatriz da Conceição, 241 - Solo Sagrado (17) 3217-3200 (17) 3237-3333 (17) 99772-7435	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
53	Pinheirinho	Instituto Educacional Casa da Criança	Rua Nagib Abissamra, 1665 - Ana Célia (17) 3236-1960	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos	140		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
54	Pinheirinho	Associação Espírita Rancho de Luz “Paulino Garcia”	Rua Maria da Encarnação Ferreira, 365 Solo Sagrado (17) 3236-1013	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças, adolescentes e jovens de 07 a 29 anos	40	X		Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
55	Pinheirinho	Instituto As Valquírias	Rua Paschoal Decrescenzo, 599 - Jd. Itapema (17) 99151-2686	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Todas os ciclos de vida, a partir dos 7 anos	60		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
56	Pinheirinho	Projeto Educacional Profissionalizante do Adolescente (PROEPAD)	Rua Alcina Medeiros Pinto César, 99 Residencial Califórnia (17) 3219-1467	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 06 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
57	Pinheirinho	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
58	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos	120		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
59	Represa	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)				Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
60	Represa	CRAS São Deocleciano	Rua Olinda Loria Khauan, 151 - pq. São Miguel	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3223-1238 (17) 99706-9526		Integral à Família (PAIF)					
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
61	Represa	Projeto Maquininha do Futuro	Av. Benedito Sufredini, 655 - São Deocleciano (17) 3221-6251	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 17 anos; jovens de 18 a 29 anos e adultas (os) de 30 a 59 anos	200	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021
62	Schmitt	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - núcleo rural (APAE)	Rural - Engº Schmitt (17) 3227-1201	Especial de Média Complexidade	Serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência e suas famílias - centro dia	Pessoas com deficiência	160 (sede e Schmitt)	X	X	Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto Equoterapia	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/10/2022 17 meses	Inovar e ampliar o serviço clínico de saúde, nas instalações da APAE Rural de São José do Rio Preto. APAE SEDE - Central APAE Rural - Schmitt			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
63	Schmitt	Associação e Oficina de	Rua Voluntários da Pátria 44 -	Especial de Alta Complexidade	Serviço de Acolhimento Institucional -	Idosos	Até 84	X		Censo SUAS 2021; Departamento

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
		Caridade Santa Rita de Cássia	Schmitt (17) 3808-1527		Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI)					de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
64	Schmitt	CRAS - Engenheiro Schmitt	Rua Voluntários da Pátria, 460 - Engº Schmitt (17) 3808-1412 (17) 3808-1010 (17) 99657-9597	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
65	Talhado	Associação de Assistência São Deocleciano (AASD)	Av. Virgílio Dias de Castro, 388 - São Deocleciano (sede) (17) 3224-5616	Projeto Entre Laços	Projeto de Fomento Início: 07/06/2021 Término: 06/06/2022 12 meses	Atender um total de 90 crianças e adolescentes por mês, com idade de 06 a 17 anos e 11 meses de ambos os sexos região de abrangência CRAS São Deocleciano (paróquia) CEU das Artes Nova Esperança CRAS Lealdade e Amizade (Escola Estadual João Deoclecio da Silva)			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
66	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	30		X	CMDCA; Censo SUAS 2021
67	Talhado	Associação Paraíso	Rua da Liberdade, s/n - Talhado (17) 997164691	Projeto de Fomento Arte de Rua	Projeto de Fomento	Abrange as regiões CEU, Pinheirinho e Talhado atender 200 crianças e adolescentes			X	Departamento de Gestão de Repasse de

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
						e suas famílias, respeitando o ciclo de vida e faixa etária, propiciando espaços de proteção acolhedor				Recursos Públicos
68	Talhado	Associação Filantrópica Mamãe Idalina - AMAI	Rua Geraldo de Paiva Ferreira (projetada 15), s/n Lealdade e Amizade ao lado do CRAS Lealdade e Amizade	Projeto Vem Ser o Futuro	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 31/05/2022 12 meses	Atender até 150 crianças e adolescentes de 06 a 17 anos e 11 meses, de forma virtual.		X	X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
69	Talhado	CRAS Lealdade e Amizade	Rua Geraldo de Paiva Ferreira, s/n - Residencial Lealdade e Amizade (17) 3229-7566 (17) 99761-4234 (17) 3214-0592	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021
					Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
70	Vila Toninho	Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
71	Vila Toninho	Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia (17) 3213-9595	Especial de Média Complexidade	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência e suas Famílias - Centro Dia	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA CMAS Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Projeto de Fomento Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 13 meses	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		
72	Vila Toninho	Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
				Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 22 meses	Projeto de Fomento	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
73	Vila Toninho	CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439	Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-			Censo SUAS 2021

Nº	Região	Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Serviço/ Modalidade	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
			(17) 3218-1430 (17) 3238-1012		Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos				
					Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas	Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social				
74	Vila Toninho	Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Ações de Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

PARTE II

Região Vila Toninho

Facilitadoras: Geis de Oliveira Benevides
Caroline da Silva Vissechi Maia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....81
2. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO.....83
3. PERFIL DA REGIÃO.....83
4. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO.....87
4.1 Migração.....89
4.2 Adolescentes e jovens.....91
4.3 Idosos e envelhecimento populacional.....92
5. PECULIARIDADES DO TERRITÓRIO.....93
5.1 Chácaras e estâncias.....93
6. O CRAS VILA TONINHO.....99
6.1 Caracterização dos serviços e atendimentos do CRAS.....99
6.2 Acompanhamento PAIF.....100
6.3 Atendimento PAIF.....100
6.4 Insegurança alimentar no território.....102
6.5 Grupo PAIF.....103
6.6 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de execução direta no CRAS.....104
6.6.1 SCFV 0 a 6 anos.....104
6.6.2 SCFV 15 a 17 anos.....105
6.6.3 SCFV Idosos.....105
6.7 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....107
7. REDE SOCIOASSISTENCIAL.....107
8. OFERTA E DEMANDA DOS SERVIÇOS NO TERRITÓRIO.....109
8.1 Ciclo de vida: 0 a 6 anos.....109
8.2 Ciclo de vida: 07 a 14 anos.....109
8.3 Ciclo de vida: 15 a 17 anos.....111
8.4 Ciclo de vida: 18 a 24 anos.....111
8.5 Ciclo de vida: Idosos.....112
9. REDE INTERSETORIAL.....112
9.1 Articulação com a rede e outras políticas públicas.....115

10. CREAS I.....116
10.1 Violências, violações e PAEFI.....116
10.2 Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA).....118
11. PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA.....123
12. FRAGILIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO TRABALHO SOCIAL NO TERRITÓRIO.....124
13. COLETA DE DADOS COM OS USUÁRIOS E REDE.....127
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....137
REFERÊNCIAS.....139
APÊNDICE 1 – Instrumental de coleta de dados com usuários.....140
APÊNDICE 2 – Instrumental de coleta de dados com a rede socioassistencial e intersetorial.....141

1. INTRODUÇÃO

Construir um diagnóstico é sempre um desafio, pois se trata de uma análise interpretativa de uma determinada realidade. E, nesse processo de construção, é necessário submeter essa realidade a um olhar intencional, organizado, direcionado e sistemático.

Em se tratando do SUAS, entende-se que uma das realidades a ser submetida à análise, pensando em um plano de intervenção local, é o território. Contudo, para compreensão, leitura e interpretação dessa realidade específica, é preciso considerar que território não se limita à mera divisão política ou espaço estrito. O território é um espaço vivido e incorpora as relações sociais, no qual se materializam desigualdades, relações de poder, riscos, vulnerabilidades e potencialidades. Assim, é um espaço dinâmico e contraditório, constitui-se como espaço de fragilidades e potencialidades, de proteção e desproteção.

O Diagnóstico Socioterritorial é um instrumento relevante para subsidiar as ações da Política de Assistência Social nos seus diferentes níveis de gestão, visto que contribui para processos de planejamento e implantação de serviços socioassistenciais na perspectiva regional, ou seja, a partir da realidade local, em consonância com as demandas e requisições da população usuária do SUAS no território.

Sob essa perspectiva, ressalta-se a importância do Diagnóstico Socioterritorial ser construído pelos atores sociais locais para, desse modo, apreender as particularidades da Região Vila Toninho e dos diferentes territórios e subterritórios que a compõe, captando as vulnerabilidades, potencialidades e propostas levantadas por quem de fato vivencia as relações e impactos locais.

A construção coletiva deste Diagnóstico ocorreu através de reuniões realizadas de forma presencial e remota, em função da pandemia de COVID-19, nos dias 24/09/2021, 16/11/2021, 15/12/2021, 04/03/2022 e 01/04/2022. Os momentos de reflexão e discussão, de forma geral, contaram com a presença e participação das equipes do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Vila Toninho, CREAS II – com o Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), Centro Pop, Abordagem Social e Departamentos de Vigilância Socioassistencial e Gestão do Trabalho.

A equipe do Departamento de Vigilância atuou como facilitadora, esteve presente fomentando e impulsionando as discussões a partir da apresentação de dados quantitativos e auxiliou na escrita do documento. As equipes de referência, com base na vivência do cotidiano de trabalho no território, contribuíram com a qualificação das informações, realização da coleta e análise dos dados apreendidos com os usuários e rede de atendimento local, bem como, com o desenvolvimento e sistematização do texto do Diagnóstico Socioterritorial. Nesse processo, foram levantados o histórico e perfil da Região, as particularidades e singularidades dos diversos territórios que a compõem (bairro Vila Toninho, bairros adjacentes, estâncias e chácaras), impactos da Pandemia de COVID- 19 no cotidiano da população usuária dos serviços do SUAS, as fragilidades e potencialidades, as demandas e requisições locais, e, ainda, a articulação e relação do CRAS com os serviços socioassistenciais e intersetoriais ofertados no território e em São José do Rio Preto.

Os resultados desta construção coletiva são apresentados em duas etapas. A primeira é direcionada à apresentação do histórico, perfil da Região, caracterização do território, serviços ofertados pela Política de Assistência Social (Proteção Social Básica e Especial), atendimentos realizados junto às famílias, demandas e necessidades da população local. A segunda traz os resultados da sistematização e análise da pesquisa empírica, realizada com os usuários dos serviços do SUAS e profissionais da rede de atendimento local, na qual se buscou levantar potencialidades e dificuldades, situação de emprego, renda e subsistência familiar, demandas e ofertas de serviços por segmentos (crianças, adolescentes, jovens e idosos) e oferta de serviços públicos das diferentes políticas setoriais na Região.

Em suma, este documento apresenta a leitura do território e análise das particularidades locais, a fim de contribuir para com a construção de políticas públicas efetivas que vão ao encontro das demandas e requisições locais. Especialmente as que devem ser atendidas no âmbito da Política de Assistência Social, com vistas a assegurar o acesso a direitos, viabilizando melhorias na qualidade de vida da população usuária dos serviços socioassistenciais.

2. HISTÓRICO DO TERRITÓRIO

O bairro denominado Vila Toninho está localizado nas terras anteriormente pertencentes a Antônio Lopes dos Santos, popularmente conhecido como “Seo Toninho”[4].

Seu Toninho, vindo de Portugal, transformou-se em um dos homens mais influentes da vida pública rio-pretense entre as décadas de 1920 e 1960, investindo, principalmente, em terras e loteamentos imobiliários. Em 1956, lançou o primeiro loteamento de chácaras de recreio da região: a Estância Jockey Club, na margem direita do córrego dos Macacos. Tempos depois, em 1963, após comprar um grande terreno, lançou as "Chácaras Vila Jockey Club", ao lado da estância. Dois anos depois, ele lançava um grande loteamento popular, com exatos mil lotes (espaço equivalentes a 1.000 campos de futebol), entre o Rio Preto e a rodovia Washington Luís. Não tendo nome oficial a princípio, o bairro, pouco a pouco, na boca do povo, começou a ser chamado de "Vila do Seo Toninho" até cair definitivamente no gosto popular e se tornar a Vila Toninho.

Quando foi lançado em 1965, o bairro era apenas um loteamento suburbano, sem infraestrutura, distante do centro da cidade e sem nome. As terras da Vila Toninho eram na verdade uma imensa fazenda de café, cujo casarão permaneceu em pé até meados de 2005. O casarão acabou dando lugar aos galpões do distrito industrial da Vila Toninho, hoje considerado uma das características do bairro.

Em sua história, o território teve marcada a presença de altos índices de violência e criminalidade, o que contrasta com os demais territórios do espaço da Zona Leste do município. Atualmente, agrega-se a estas situações de vulnerabilidades a questão do tráfico de drogas.

3. PERFIL DA REGIÃO

A Região Vila Toninho foi instituída pelo Decreto Municipal 18.073/2018, dispositivo legal que instituiu a divisão Geográfica da Área do Município de São José do Rio Preto em Regiões, tornando-se “referência obrigatória para a Administração Pública Direta e Indireta”. A reorganização da área do município em dez Regiões

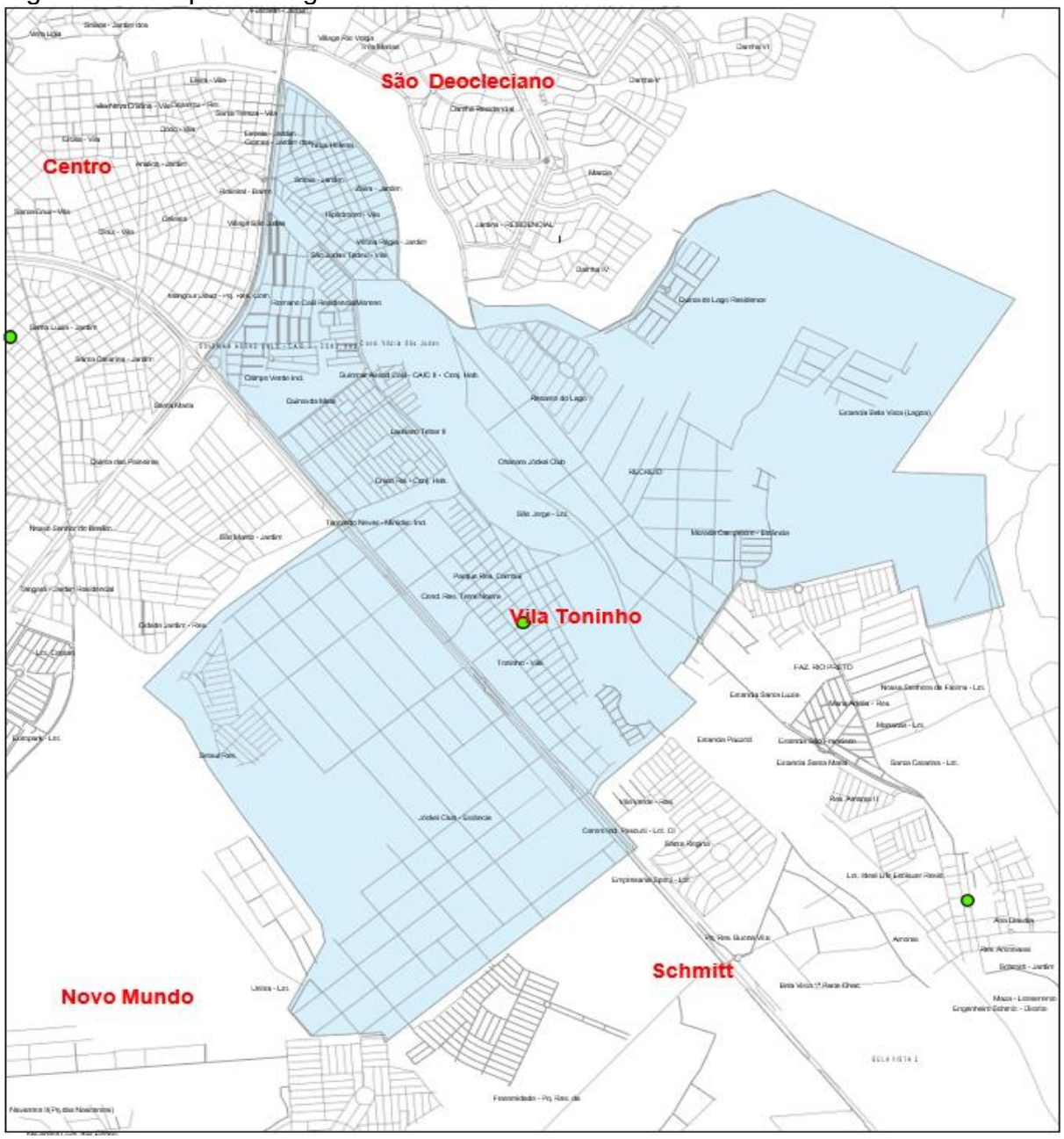
[4] O histórico apresentado nessa etapa do Diagnóstico Socioterritorial tem como referência informações provenientes da revista eletrônica Cafeicultura, artigo “História do Café: Vila Toninho, a pequena Rio Preto”.

partiu da necessidade de definir uma única divisão geográfica e territorial para atuação das políticas públicas, objetivando, assim, integrar as ações e atendimentos dos serviços públicos municipais, de forma a potencializar o trabalho da Gestão Pública municipal.

Com a reorganização territorial do município, o CRAS Vila Toninho tornou-se referência para as antigas Regiões Administrativas (RAs): 09 - Jardim Soraia, 10 - CAIC Romano Calil, 11 - Cristo Rei e Vila Toninho. Atualmente o território é composto por aproximadamente 25 bairros, sendo estes: Jardim dos Gomes, Jardim Soraia, Jardim Vitória Régia, Vila Hipódromo, Vila São Judas Tadeu, Conjunto Habitacional CAIC, Parque Industrial Campo Verde, Parque Residencial Romano Calil, Conjunto Habitacional Cristo Rei, Parque Industrial Tancredo Neves, Parque Residencial Lauriano Tebar II, Parque Residencial Cambuí, Vila Toninho, Chácara Jockey Club (Zona Rural), Estância Bela Vista III (Zona Rural), Estância Jockei Club, Estância Recreio (Zona Rural), Pazzotti, Morada Campestre, Setsul, Brejo Alegre, Centro Industrial Pascutti, Jardim Zaira, Residencial Quinta da Mata e Vila Verde.

Destaca-se que os bairros Estância Recreio, Estância Bela Vista III e Pazzotti são considerados loteamentos irregulares, conforme informações da Secretaria Municipal de Habitação/2022.

Figura 1 — Mapa da Região Vila Toninho.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial - 2018.

O território do CRAS caracteriza-se por ser extenso e seus bairros possuem particularidades diversas, dentre elas, condomínios residenciais populares, condomínios residenciais de alto padrão e loteamentos irregulares com características rurais. O território ainda é marcado pela significativa presença do tráfico de drogas e violência, mas possui também, entre moradores mais antigos, uma rede de solidariedade e amizade e um sentimento de pertencimento, o que estimula a permanência no local e retorno de outros.

Quanto ao comércio, existe uma rede local, situada principalmente na Avenida de Maio, contando com farmácias, mercados, bares, pequenas mercearias e lojas diversas, que são acessadas principalmente pela população que tem dificuldade de se locomover até o centro da cidade. Já os principais serviços de Educação, Saúde e Assistência Social concentram-se nos bairros urbanos da Região, especialmente no bairro Vila Toninho. Para os moradores de bairros rurais que fazem parte do território do CRAS, como Estância Jockey Club, Brejo Alegre e Bela Vista III, é necessário percorrer longa distância e percurso em ruas sem pavimentação para acessar esses serviços públicos básicos. Ainda, nessa direção, observa-se que os espaços públicos de lazer se localizam, em sua maioria, nos bairros urbanos, sendo mais restritos nos bairros rurais e em outros bairros são inexistentes.

Na Figura 2, constituída por 4 fotos, observa-se, na primeira, a Rua João Urias Gomes (uma das principais e mais movimentas da Vila Toninho) e, nas demais, o bairro Romano Calil.

Figura 2 — Montagem com fotos da Vila Toninho e Romano Calil.

Fonte: equipe de referência do CRAS Vila Toninho.

Segundo dados da Conjuntura Econômica 2021 de São José do Rio Preto/Secretaria Municipal de Planejamento, a Região Vila Toninho compreende uma população de 26.357 habitantes, o que corresponde a 6% da população total do município. Possui 21.283,86 Km², o que corresponde a 5% da extensão territorial do município, de acordo com dados informados pela Secretaria Municipal de Obras, a qual se baseou no decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018, que institui a Divisão Geográfica da área do município de São José do Rio Preto em Regiões.

De acordo com dados de projeção da Secretaria de Saúde do ano 2020, a Região Vila Toninho possui 4.037 crianças, com idade até 11 anos e 11 meses, e 1.650 adolescentes, com idade entre 12 e 17 anos e 11 meses. Fazendo a proporção da faixa etária de crianças e adolescentes em relação ao total de pessoas do território, temos aproximadamente 22% de população neste ciclo. Já a estimativa de idosos é de 17%.

Possui aproximadamente 20% de sua população inscrita no Cadastro Único, sendo 5.347 pessoas e 2.431 famílias, de acordo com dados CECAD de agosto/2021. Apresenta 9,81 como índice de desigualdade de extrema pobreza, o que aponta que a cada 100 pessoas, aproximadamente 10 estão em contexto de extrema pobreza, tendo como base o CECAD de maio/2021. Referente aos dados de desemprego e trabalho informal, em agosto de 2021 havia, no CECAD, 1.995 pessoas desempregadas e 327 pessoas em trabalho informal.

4. CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS DA REGIÃO

Será apresentada uma breve caracterização das famílias residentes no território que têm acessado o CRAS Vila Toninho, especialmente a partir da conjuntura forjada pela Pandemia de COVID-19 nos anos de 2020, 2021 e início de 2022. As informações foram sistematizadas com base nas reuniões realizadas para construção do Diagnóstico Socioterritorial e nos apontamentos da equipe de referência durante os momentos de reflexão e redação do texto do diagnóstico.

Há, no território, forte incidência de agrupamentos familiares formados por famílias que convivem em um mesmo espaço devido à dificuldade de acesso à renda e habitação. Os aluguéis possuem alto valor se comparados a outros bairros do município, o que acaba comprometendo a maior parte da renda das famílias e acarretando a rotatividade delas dentro do território. Em casos mais extremos,

observa-se que a insuficiência ou até mesmo ausência de renda acarreta despejos, o que contribui para essa rotatividade.

A recomposição e os rearranjos familiares são característicos do território. A mudança de companheiros (as) corrobora com alterações de residência e, consequentemente, ocorrem solicitações de atualizações e inclusões no Cadastro Único e nos prontuários do CRAS. Os novos arranjos familiares são, ainda, utilizados como estratégia para custeio das despesas, como os agrupamentos familiares retro citados.

Houve a mudança de perfil das pessoas que buscam atendimento no CRAS devido ao contexto de desemprego agravado pelos desdobramentos da pandemia de COVID-19, e à inflação e alta dos preços de produtos básicos, que resultaram na perda do poder aquisitivo e alteração do perfil socioeconômico de muitas famílias.

Famílias que antes não acessavam o equipamento por possuírem renda fixa ou, quando acessavam, buscavam apenas vagas em Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças, passaram a buscar outros tipos de atendimentos, sendo os principais: solicitações de cestas básicas e inclusão em serviços e benefícios socioassistenciais. Nesse sentido, destacam-se famílias residentes em bairros como Romano Calil e Jardim Soraia, que são considerados de padrão mais elevado e com poder aquisitivo maior. Ressalta-se que muitas dessas famílias têm fonte de renda fixa, contudo, em função da alteração do perfil socioeconômico, não têm conseguido arcar com necessidade básicas de subsistência.

Em relação ao Cadastro Único, percebe-se que muitas pessoas têm receio de solicitar a inclusão por se sentirem constrangidas ou desconfiadas, já que, devido à alteração de perfil das pessoas que procuram o cadastro, estas muitas vezes desconhecem ou têm preconceito ante a situação. Algumas pessoas por possuírem renda fixa e mesmo assim estarem precisando de auxílio financeiro, apresentam resistência em informar o valor da renda familiar durante o atendimento. Durante a fase mais restrita da pandemia, verificou-se que muitos usuários não compareceram à entrevista para efetivarem a inclusão/atualização por não ter com quem deixar seus filhos, que estavam fora da escola. Diante dessa situação, a equipe do CRAS sugeria visita domiciliar sempre que possível, contudo, as famílias não aceitavam e continuavam reagendando o atendimento, sem comparecer.

Outra alteração de perfil observada foi no sexo biológico das pessoas que buscam atendimento. Observou-se o aumento nos atendimentos diários de usuários homens, tanto solteiros quanto casados, de variadas faixas etárias, com um único denominador comum: perderam o emprego devido à pandemia e se encontram em situação de insegurança de renda.

Outro reflexo da pandemia e da crise econômica que o país tem enfrentado foi a alta do preço do gás, item de necessidade básica e que tem se tornado inacessível para muitas famílias do território. Esse fato faz com que algumas famílias procurem alternativas para cozinhar sem gás e suprir suas necessidades. Uma das alternativas é utilizar etanol para cozinhar em fogões à lenha improvisados, o que já ocasionou acidentes graves, como queimaduras e até mesmo incêndios.

Com a precarização das políticas sociais e por vezes, as famílias não entenderem os critérios estabelecidos para acesso a programas de transferência de renda (PTR), têm demonstrado irritabilidade exacerbada durante os atendimentos.

4.1 Migração

O território tem número significativo de pessoas advindas do Maranhão, com destaque para o município de Penalva. Nota-se que essas pessoas não vêm para o município com empregos ou planos pré-definidos. A maior parte desses migrantes não tem estabelecida estrutura adequada para sobrevivência, o que acarreta em famílias vivendo em condições precárias, várias famílias dividindo o mesmo imóvel - na maioria das vezes sem estrutura para acomodá-las. Ao serem questionadas sobre os motivos que as trouxeram para o município, verifica-se que muitas dessas pessoas vieram com expectativa de melhoria de condições de vida em relação ao local anteriormente habitado, bem como de encontrar empregos e condições melhores de subsistência, o que nem sempre acontece.

Algumas dessas pessoas tentam se estabelecer na Região e, ao verificar a quebra da expectativa de melhoria de vida, retornam para suas cidades. No entanto, é comum que retornem novamente para o município para a mesma região da Vila Toninho e tentem novamente se estabelecer no local.

Observou-se esse movimento de migração no período da favela do Brejo Alegre, visto que as pessoas vieram do Maranhão e, como não foi possível acesso à

renda e trabalho, passaram a ocupar a área de favela na expectativa de serem beneficiados em programas habitacionais.

No que tange à inclusão e atualização de Cadastro Único, grande parte desses usuários não apresenta a certidão de nascimento, pois não se importam com a documentação civil, o que implica, por parte do CRAS, em solicitação de documentação para a cidade de origem. Algumas famílias possuem dois Cadastros Únicos - um para cada membro (responsável familiar) - resultando em recebimento irregular de benefícios, o que exige ação de sensibilização para organização e fidedignidade das informações familiares, fato que muitas vezes não é aceito pela família. Geralmente os filhos permanecem no Maranhão, mas, mesmo assim, as famílias querem incluí-los no Cadastro Único com endereço daqui.

Ressalta-se que as informações do Cadastro Único são autodeclaratórias e, embora a equipe tenha conhecimento de algumas situações divergentes das declaradas, não é possível alinhar a realidade vivenciada com a realidade documentada sem a declaração expressa da família.

Nas imagens é possível visualizar, respectivamente, o acesso à Vicinal João Parise, à rua Salvatore Sant’angelo, onde se localizava a antiga ocupação e a rua oito do Brejo Alegre, local em que moram os imigrantes de Penalva até os dias atuais.

Figura 3 — Montagem com fotos do acesso para o Brejo Alegre e Rua do bairro.

Fonte: Equipe de referência do CRAS Vila Toninho.

4.2 Adolescentes e jovens

Há, na Região, forte presença de tráfico e uso de drogas entre adolescentes, o que ocasiona situações de disputa entre gangues de dentro e de fora do território. É comum que esses jovens se envolvam em homicídios, tentativas de homicídio, agressões, dentre outros, por conta dessas disputas, sendo que algumas são recentes. A presença constante das drogas entre os adolescentes influencia, também, no índice de evasão e defasagem escolar.

São frequentes os relatos dos adolescentes acerca de abordagens policiais violentas, principalmente nos Conjuntos Habitacionais da CDHU e Minha Casa Minha Vida. Alguns deles afirmam que as abordagens violentas estão relacionadas ao racismo e estigma por conta das vestimentas.

Outro aspecto apontado pela equipe de referência do CRAS é a ausência de projetos e/ou de cursos técnicos voltados para o público jovem, principalmente para adolescentes. Considerando que o serviço público deve trabalhar de forma articulada,

é necessário que haja o envolvimento de outras secretarias do município e parcerias com instituições como, por exemplo, o SEBRAE, a fim de propiciar ofertas de projetos/cursos mais atrativos para os jovens, já que a ausência desses serviços estimula os adolescentes a permanecerem nas ruas e em situação de risco.

4.3 Idosos e envelhecimento populacional

A partir dos atendimentos e acompanhamentos realizados pela equipe de referência, é possível identificar casos de negligência, abandono, violência física e patrimonial sofridas pelos idosos.

Além do processo de envelhecimento natural, esse grupo apresenta progressivo comprometimento das condições de saúde e necessita, muitas vezes, da rede de apoio familiar, no entanto, nem sempre existe vínculo com a família. Em alguns casos observa-se, inclusive, que a família pode significar fator de risco para o idoso, devido a conflitos familiares e intergeracionais. Apreende-se também que alguns idosos não possuem a rede de apoio familiar e demandam das políticas públicas, que nem sempre conseguem suprir suas necessidades (ex.: fraldas geriátricas e cuidadores).

No território existem, inclusive, casos de idosos acamados que precisam de cuidados contínuos, mas ficam sozinhos por não possuírem cuidadores - seja da família ou de serviço particular. Desse modo, ficam expostos a situações de risco até conseguirem acolhimento em Instituições de Longa Permanência (ILPIs) que atendam de forma adequada às suas necessidades. Em contrapartida, outros, apesar de debilitados devido à idade, se negam a receber apoio da família ou irem para instituições de acolhimento e, embora acompanhados pelos serviços públicos, permanecem em situação de risco.

É grande a procura por acolhimento institucional, mas na maioria dos casos o idoso possui rede de apoio familiar e não está sofrendo violação de direitos, o que dificulta a inclusão. Ocorre que as famílias, mesmo sendo presentes, relatam que trabalham fora para arcar com o sustento e não têm condições de cuidar desse idoso. Ao procurarem ajuda, como transporte para Centro Dia, a família se depara com a ausência estatal, que não oferece esse tipo de serviço. A equipe entende que essas situações não se caracterizam como violação de direitos, mas estratégia de sobrevivência desses filhos, já que precisam trabalhar para sustentar a família e, uma

vez denunciados, a situação se agravaria. Há, portanto, falha na proteção e na prevenção de situações de violação de direitos que podem vir a surgir destes contextos.

Também é comum identificar idosos que, apesar de possuírem renda fixa, como aposentadorias e Benefício de Prestação Continuada (BPC), realizam empréstimos que comprometem grande parte de suas rendas. Verifica-se que, muitas vezes, os idosos são, na verdade, vítimas de instituições financeiras ou de familiares (filhos e netos) que fazem empréstimos sem a autorização do idoso. Isso reflete diretamente nas condições de subsistência do idoso, visto que o restante do dinheiro, muitas vezes, não é suficiente para arcar com as necessidades básicas.

Ante o relatado, a equipe de referência do CRAS aponta que a implementação efetiva do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio (SPSBD) para Idosos e Pessoas com Deficiência é primordial para o atendimento dessas famílias. A equipe destaca que o SPSBD não é efetivamente realizado, haja vista que se faz necessária uma equipe específica para sua execução. Falta definição quanto à operacionalização no município. O serviço que é realizado atualmente é, na verdade, o PAIF, portanto, não atende às demandas apresentadas por este segmento, que requisitam atendimento e acompanhamento em consonância com suas especificidades.

É importante destacar que o atendimento de pessoas com deficiência e idosos não são de competência somente da Política de Assistência Social, pois muitas das demandas apresentadas estão relacionadas a questões de saúde. Assim, também exige articulação intersetorial e ações com a rede pública de saúde para atender às demandas que fogem do âmbito dos serviços socioassistenciais. A equipe de referência desenvolve articulações necessárias para atender esse público, contudo, as ações ainda não abrangem as particularidades e especificidades apresentadas por idosos e deficientes.

5. PECULIARIDADES DO TERRITÓRIO

5.1 Chácaras e estâncias

No território destaca-se a existência de chácaras e estâncias. Brevemente discorreremos sobre as principais.

Estância Bela Vista III

A Estância Bela Vista III, além de ser distante do território urbano, é de difícil acesso. As ruas são íngremes e esburacadas e o caminho a percorrer até chegar às casas é longo. A identificação das ruas e numeração das casas e chácaras são confusas, em alguns locais não existem placas ou qualquer outra forma que permita o reconhecimento do local, o que dificulta a realização de visitas domiciliares.

A maioria dos moradores é de baixa renda e, possivelmente, buscam o local atraídos pelo baixo valor do aluguel. Quanto à questão da mobilidade urbana e transporte público, há apenas três horários de linhas de ônibus disponíveis - um no período da manhã, outro ao meio-dia e outro no período da tarde - e, quando chove, não é possível acessar o local devido ao transbordamento da represa próxima à ponte.

Figura 4 — Montagem com fotos do acesso e rua da Estância Bela Vista III.

Fonte: equipe de referência do CRAS Vila Toninho.

Pazzoti

Ao final do bairro Brejo Alegre existe um loteamento irregular popularmente conhecido como Pazzoti. O bairro é composto por apenas sete residências identificadas, mas há a informação de que mais duas famílias unipessoais residem no local. Estas ainda não foram referenciadas ao CRAS, pois trabalham e não são encontradas durante o dia.

O bairro fica na lateral da linha férrea e só pode ser acessado por uma única entrada, que se localiza à rua Silvio Pelicer Filho. Para acessar as casas é preciso atravessar uma passagem estreita que possui uma espécie de “escoamento de água” ao lado. O local não tem saneamento básico, as casas se assemelham a construções improvisadas de uma favela e apresentam riscos de deslizamentos, em função do local de onde foram construídas.

Figura 5 — Montagem com fotos do Loteamento Pazzoti e seu acesso.

Fonte: equipe de referência do CRAS Vila Toninho.

Por se tratar de loteamento irregular, o Pazzoti apresenta diversas vulnerabilidades sociais e de infraestrutura que demandam intervenções das políticas públicas sociais. A partir dos atendimentos e acompanhamentos realizados pela equipe de referência do CRAS Vila Toninho, foi possível identificar diversos problemas e aspectos dificultadores enfrentados, cotidianamente, pelos moradores do bairro.

Os moradores relatam que o serviço de distribuição de correspondência não atende ao bairro e, para recebê-las, é necessário fornecer endereço de familiares e/ou terceiros residentes em outros bairros.

O serviço de transporte público coletivo não oferta linha e/ou itinerário específico para atender o loteamento. A linha que passa perto do Pazzoti é a São José do Rio Preto/Schmitt, cujo ponto de espera mais próximo fica a 1,5km do bairro, na Vicinal João Parise (Rio Preto - Schmitt). O transporte escolar também não contempla o local, o que obriga crianças e adolescentes a se deslocarem para unidades escolares, localizadas na Região Vila Toninho ou Região Schmitt, a pé ou por meio de transporte de tração animal (carroça). Os adolescentes que estudam no Distrito de Engenheiro Schmitt precisam atravessar a linha férrea ou percorrer uma longa distância pela vicinal para chegar à escola.

Não há rede de iluminação pública no bairro. A distribuição de energia elétrica é irregular e ocorre através de um único medidor instalado na casa de um dos residentes. O uso é coletivo e o pagamento da única fatura é rateado ao final do mês pelos moradores. O abastecimento de água é realizado, em sua maioria, por uma mina que foi canalizada para distribuição nas residências. Não há coleta regular de lixo, por isso, os resíduos são descartados em locais próximos às residências e posteriormente queimados pelos próprios moradores. Quanto à limpeza urbana, os moradores reclamam dos entulhos e lixo de construção, que com frequência são descartados irregularmente nas redondezas do bairro.

As famílias residentes no local caracterizam-se por serem de baixa renda, a maioria está referenciada ao CRAS e devidamente inscrita no Cadastro Único, sendo algumas beneficiárias de Programas de Transferência de Renda. Os moradores desse bairro não conseguem acessar os serviços públicos com rapidez devido às condições das ruas e à distância. Nota-se que, em alguns casos, os usuários contam com a ajuda de vizinhos como rede de apoio e para locomoção.

Figura 6 — Montagem com fotos do acesso ao loteamento Pazzoti.

Fonte: equipe de referência do CRAS Vila Toninho.

Nas imagens é possível visualizar o único e estreito acesso ao Loteamento Pazzoti. O muro observado nas duas últimas fotos foi construído pela empresa férrea RUMO, a fim de proteger e prevenir acidentes. A última foto mostra um poste, que é o último da rua, ficando o restante sem acesso à energia elétrica.

Estância Jockey Club

Na Estância Jockey Club existem várias comunidades terapêuticas que atraem, dentre outras, muitas pessoas em situação de rua encaminhadas por outros municípios para tratamento de dependência química. Entre as comunidades, destacam-se o Centro Terapêutico Raio de Luz, Centro Terapêutico Espírito Santo e Comunidade Terapêutica Sol. Assim que recebem “alta” da comunidade, esses “internos” ficam na chamada “casa do meio” (nome dado pela Comunidade Sol), local onde permanecem por alguns meses até estarem “prontos para seguirem suas vidas”. Contudo, observa-se que, ao final do tratamento, a grande maioria dos usuários não

consegue retornar às suas cidades e aqueles com histórico de vivência nas ruas permanecem no território ou se deslocam para o centro da cidade.

O CRAS oferece, aos “internos” dessas comunidades, atendimento técnico e inclusão/atualização de Cadastro Único. Isso requer a organização e articulação da equipe para suprir as demandas apresentadas por esses usuários como, por exemplo, ausência de documentação civil. A principal solicitação é a inserção desses “internos” no Cadastro Único, o que pode gerar acesso a benefícios de transferência de renda devido à condição de extrema pobreza apresentada nos atendimentos. No entanto, muitos usuários entram em averiguação cadastral, pois as informações apresentadas divergem de outras bases de dados do governo, o que gera ainda mais demanda de trabalho para o CRAS. As comunidades terapêuticas que recebem recursos públicos estão referenciadas ao CRAS e seguem o fluxo de dos usuários acolhidos definido pela SEMAS.

Figura 7 — Acesso à estância Jockey Club.

Fotos: Reprodução Google Maps e equipe de referência do CRAS Vila Toninho.

Além das comunidades terapêuticas, o bairro é conhecido por abrigar um tradicional hotel da cidade. As chácaras da Estância Jockey Club evidenciam

diferenças sociais gritantes. O bairro possui desde chácaras grandes e bem estruturadas, pertencentes a pessoas de classes sociais elevadas, até casebres. As ruas que dão acesso ao bairro são de terra e cascalho e muito esburacadas. O bairro possui pontos de ônibus em algumas ruas.

6. O CRAS VILA TONINHO

6.1 Caracterização dos serviços e atendimentos do CRAS

Com base nos dados da Gerência de Informações de Vigilância em Saúde/SMS (2021), estima-se que o território possui 8.798 famílias. Destas, 4.941 encontram-se cadastradas na Proteção Social Básica, conforme Relatório Circunstanciado do CRAS Vila Toninho de fevereiro de 2022.

Das 2.570 famílias do território inseridas no Cadastro Único em dezembro de 2021, de acordo com a lista Cecad, cerca de 1.279 recebem o benefício Auxílio Brasil (folha de pagamento de fevereiro/2022).

Quadro 1 — Benefícios socioassistenciais recebidos por famílias/indivíduos da Região Vila Toninho.

Auxílio Brasil	Viva Leite	Renda Cidadã	Ação Jovem	BPC PCD	BPC idoso
1279	97	0	0	185	412

Fonte: Relatório Circunstanciado do CRAS Vila Toninho - fevereiro de 2022.

O CRAS executa os serviços de Proteção Social Básica, sendo eles:

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no Domicilio para Idosos e Pessoas com Deficiência.

Por meio de solicitação, demanda espontânea ou encaminhamento da rede, a acolhida ofertada pelo CRAS às famílias se desdobra em estudo técnico para identificação de situações de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, do precário ou nulo acesso aos serviços públicos, da fragilização de vínculos de pertencimento e sociabilidade e/ou qualquer outra situação de vulnerabilidade e risco

social. Diante das informações, a família referenciada passa a ser atendida ou acompanhada dentro dos objetivos dos três serviços ofertados.

6.2 Acompanhamento PAIF

Em fevereiro de 2022, estavam inseridas no acompanhamento PAIF 154 famílias. A equipe de referência pontua que as principais situações de risco e vulnerabilidade social no território do CRAS Vila Toninho, que implicam em acompanhamento PAIF são: evasão escolar, negligência/abandono, uso abusivo de drogas na presença de crianças, violência doméstica, abuso sexual infantil, ausência de renda, insegurança alimentar, saúde mental, ausência de vaga em ILPIs, ausência de vaga/transporte para os Centros dia.

Alguns dos principais desafios para a realização do acompanhamento PAIF e o trabalho social são: dificuldade de encontrar o usuário devido à distância ou mudança de telefone, tempo restrito para execução dos acompanhamentos, priorização de alguns acompanhamentos, dificuldade de vinculação de alguns usuários no acompanhamento, dificuldade de articulação com a rede (ausência de retorno dos contatos, comunicação de vulnerabilidades identificadas, ausência de entendimento dos serviços executados pelo CRAS, confusão de atribuições dos agentes da rede, negligência na ausência de notificações das violações identificadas).

Ressalta-se ainda que as demandas apresentadas nos atendimentos extrapolam as barreiras da Política de Assistência Social, requerendo articulação com outras políticas e serviços. A ausência ou insuficiência de oferta de vagas nos serviços de saúde, unidades educacionais, Centros Dia, ILPIs, trabalho e emprego, cursos de qualificação profissional (vagas que garantam também o acesso) somam-se aos problemas de infraestrutura e deslocamento, inviabilizando o pleno exercício de direitos dos usuários dos serviços socioassistenciais.

6.3 Atendimento PAIF

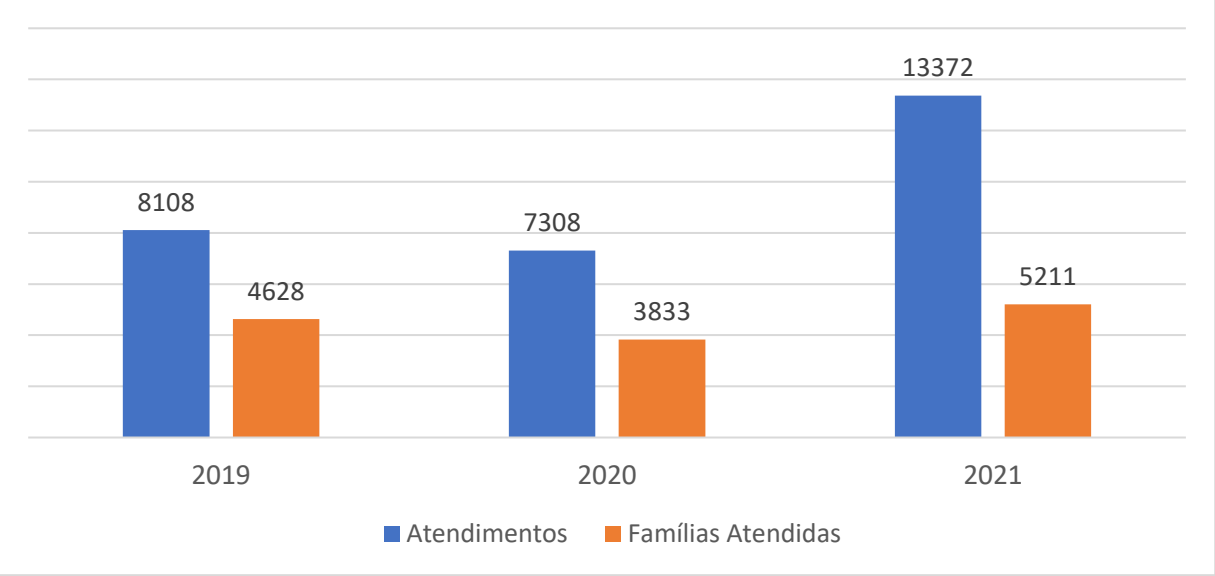
As famílias classificadas como Atendimento PAIF recebem orientações e atendimento segundo a demanda trazida. O serviço está organizado para o atendimento de demanda espontânea e encaminhamentos da rede, embora tenha como base organizacional os agendamentos prévios. Com aumento significativo da procura pelos serviços de Proteção Social Básica, os agendamentos têm se alongado

mais do que o comum. Esse fator remete à necessidade de ampliação da equipe de referência, tendo em vista que as demandas apresentadas pelas famílias se relacionam à subsistência e garantia de acesso a direitos constitucionalmente postos.

No cotidiano de trabalho, observa-se a crescente busca por inclusão em Programas de Transferência de Renda, Tarifa Social de Energia e Água, Cesta de Legumes, Projeto Viva Leite e, principalmente, cesta básica. Além disso, são realizadas buscas ativas das famílias encaminhadas pela rede e, quando observada vivência de vulnerabilidades sociais, o CRAS realiza as ações necessárias para atender às demandas.

Atualmente, o grande aumento das demandas contribui para que as listas de espera para inclusão nos programas e serviços acima citados fiquem cada vez maiores, o que, somando-se aos processos burocráticos impostos, caracteriza fator de risco para o surgimento de novas vulnerabilidades e violações, uma vez que não é realizada a prevenção através do acesso aos direitos básicos de cidadania.

Gráfico 1 — Atendimentos PAIF nos anos de 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Relatórios Circunstanciados do CRAS Vila Toninho dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Destaca-se a relação direta do aumento dos atendimentos ao cenário pandêmico, que acarretou, junto às demandas de saúde curativa e preventiva, a agudização das vulnerabilidades, trazendo para a assistência social famílias que anteriormente desconheciam a referida política.

O ano de 2022 iniciou-se com alta procura de atendimentos, numa perspectiva crescente, em relação ao ano de 2021. A questão da insegurança alimentar,

ausência/insuficiência de renda e desemprego apresentam-se como principais situações que levam as famílias a acessarem o CRAS. Esse fato indica que o atual cenário econômico brasileiro tem rebatimento direto nas condições de vida das famílias da Região.

6.4 Insegurança alimentar no território

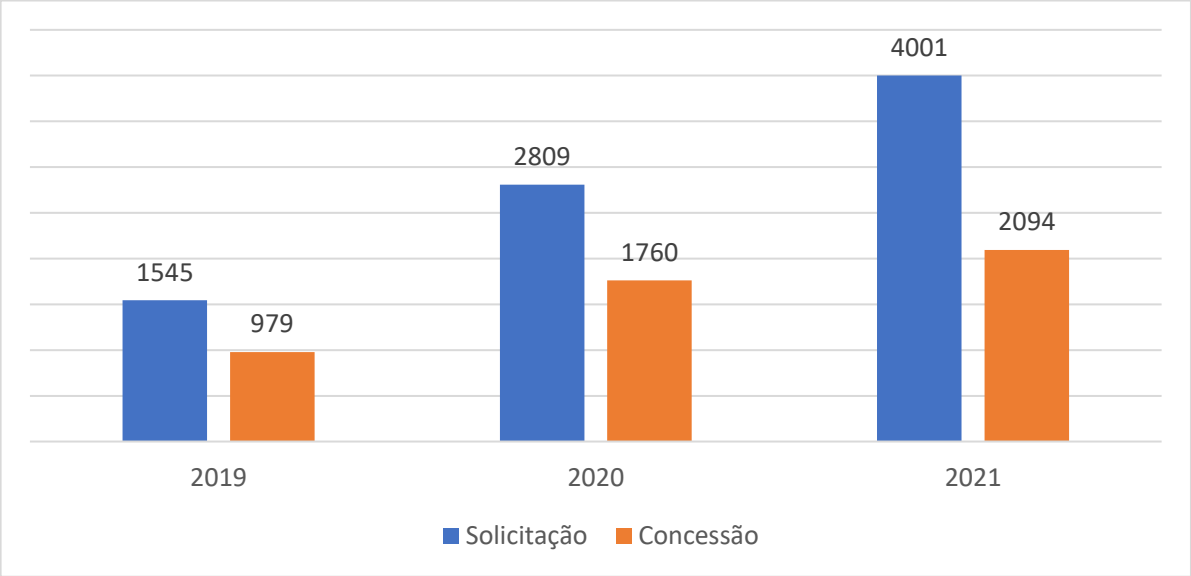
Faz-se necessário destacar a insegurança alimentar no território, ante o referido aumento pela procura dos serviços do CRAS, que traz como questão premente a oferta de cestas básicas. Este benefício eventual tem se configurado como complemento de renda para as famílias, que o têm solicitado mensalmente. Ao contrário da demanda, a oferta não se traduz em atendimento para situações eventuais/emergenciais de insegurança alimentar. Soma-se a isso o desconhecimento das famílias acerca das atribuições dos técnicos e do equipamento que são, muitas vezes, reduzidos à avaliação e fornecimento de cestas básicas. Esse fato coloca em evidência o desafio constante de resgatar os objetivos da atuação dos profissionais e da Política de Assistência Social para além do imediatismo e voltando-se para o trabalho social contínuo.

Quadro 2 — Solicitações, concessões e demanda reprimida de Cestas Básicas nos anos de 2019, 2020 e 2021.

2019	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Solicitações	138	113	104	133	144	135	137	137	118	142	102	142	1545
Concessões	73	92	92	88	69	70	71	75	62	75	77	135	979
Demanda Reprimida	29	20	28	32	69	57	60	45	36	50	10	7	443
2020	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Solicitações	116	101	235	159	416	297	186	210	217	257	300	315	2809
Concessões	105	101	181	79	285	181	110	116	88	148	165	201	1760
Demanda Reprimida	5	0	9	55	72	81	57	75	118	90	116	90	768
2021	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Solicitações	266	299	501	390	312	334	373	318	321	290	306	291	4001
Concessões	105	107	265	141	99	165	145	265	215	158	226	203	2094
Demanda Reprimida	151	184	219	241	208	149	121	51	106	132	80	13	1655

Fonte: Relatórios Circunstanciados do CRAS Vila Toninho, dados dos anos de 2019, 2020 e 2021.

Gráfico 2 — Progressão das solicitações de Cestas Básicas nos anos de 2019, 2020 e 2021.



Fonte: Relatórios Circunstanciados do CRAS Vila Toninho, dados dos anos de 2019, 2020 e 2021.

A oferta da cesta de legumes pelo Banco de Alimentos municipal trouxe um reforço ao combate à insegurança alimentar das famílias do território. Assim como descrito sobre a cesta básica, também apresenta um crescimento de demanda significativo nos últimos três anos. As famílias em situação de extrema pobreza devidamente cadastradas no Cadastro Único recebem, semanalmente, uma cesta com verduras, legumes e frutas, de acordo com a oferta dos itens da estação, que são adquiridos por meio de doações de empresas parceiras, sociedade civil, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e produção própria. O território possui dois pontos de distribuição, de forma a facilitar o acesso dos dois extremos da região, são eles o Projeto Aquário (Vila Toninho) e o Lar de Fátima.

6.5 Grupo PAIF

O grupo de famílias PAIF teve como inscritos, durante muitos anos, as famílias beneficiárias do Programa Renda Cidadã, devido à condicionalidade de frequência nos grupos do CRAS. A ausência de novos beneficiários acarretou a diminuição gradativa da quantidade de participantes, somando-se a isso os atravessamentos do período pandêmico. Atualmente o grupo é composto por usuárias dos serviços do CRAS, que apresentam frequência irregular. Embora tenha havido adesão às atividades remotas no período de restrições ao grupo presencial, a ausência/dificuldade de acesso aos meios remotos foi observada como entrave. Este

fato prejudicou o vínculo de alguns usuários ao serviço. O desafio que se coloca é garantir a participação dos usuários desatrelada de contrapartidas de Programas de Transferência de Renda. Para a execução do grupo, é necessário desenvolver as temáticas pertinentes aos objetivos do serviço de forma lúdica, horizontal, garantindo visitas, passeios, oficinas de interação, além de atividades que despertem para o protagonismo e emancipação como, por exemplo, oficinas de fomento à geração de renda.

6.6 Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de execução direta no CRAS

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é executado pelo CRAS nos segmentos 0 a 6 anos, 15 a 17 anos e idosos.

6.6.1. SCFV 0 a 6 anos

No cotidiano do trabalho com o público de 0 a 6 anos, identifica-se a ausência de oferta de atividades atrativas para que as famílias desenvolvam vínculo com o serviço. O grupo iniciou suas atividades em janeiro de 2020, e, antes mesmo que fosse finalizado o processo de divulgação e sensibilização no território, tivemos o período da pandemia que fez com que a consolidação do grupo fosse prejudicada, tendo em vista as medidas de restrição definidas pela Saúde. Embora tenha havido adesão às atividades remotas no período de restrições ao grupo presencial, a ausência/dificuldade de acesso aos meios remotos foi observada como entrave para o desenvolvimento das atividades.

Este serviço apresenta desafios com relação à oferta de atividades atrativas e diversificadas, o que vem sendo buscado atualmente com as possibilidades trazidas pelas novas orientações de saúde ante a diminuição do contágio pela COVID-19 e percentual de pessoas vacinadas. Outra questão que se coloca é a alta rotatividade dos inscritos, uma vez que as mães se inscrevem no grupo e participam enquanto aguardam vaga em tempo integral nas creches.

6.6.2. SCFV 15 a 17 anos

Assim como o Grupo PAIF, o SCFV para adolescentes de 15 a 17 anos teve como inscritos, durante muitos anos os adolescentes beneficiários do Programa Ação Jovem, devido à condicionalidade de frequência nos grupos do CRAS - atrelada ao benefício, à época, de R$80,00 mensais. A ausência de novos beneficiários acarretou a diminuição gradativa da quantidade de participantes até a saída do último beneficiário que ainda participava dos encontros. Os demais beneficiários do programa possuíam ausência justificada e foram desligados no início de 2021, em razão da conclusão do ensino médio. Somando-se a isso, tivemos os atravessamentos do período pandêmico e a dificuldade de interação com os adolescentes pelo formato remoto de atividades. Aqui, também, o desafio que se coloca é garantir a participação dos usuários desatrelada da vinculação PTRs.

Embora o território possua quantidade significativa de adolescentes nesta faixa etária, observa-se que esse público busca por atividades e oficinas que se configurem em possibilidades concretas de acesso ao mercado de trabalho, o que, consequentemente, se apresentaria como ação para prevenção ao tráfico de drogas - cada vez mais crescente entre este público. Somando-se às relações e trocas de experiências positivas promovidas pelo espaço de convivência, o SCFV, se realizado de forma efetiva, cumpriria em grande parte seu objetivo.

6.6.3. SCFV Idosos

O SCFV Idosos visa a promover um processo de envelhecimento ativo e saudável, além de assegurar um espaço de encontro, a fim de promover a convivência familiar e comunitária. Assim, as reuniões ocorrem semanalmente e propiciam vivências que valorizam as experiências e que estimulam a autonomia e o protagonismo social dos idosos, além de atividades que visam a atender às demandas e os interesses inerentes a essa faixa etária - acima de 60 anos.

Assim, se observa o cumprimento de seus objetivos satisfatoriamente, à medida em que se configura em espaço de convivência e troca de experiências positivas entre os participantes. Alguns dos usuários atualmente inscritos, em dado momento, foram identificados em situação de isolamento social e a busca ativa e inclusão no serviço possibilitaram a ampliação da interação e acesso à comunidade, além do acesso aos espaços públicos do município.

Interessante destacar que os idosos gostam tanto dos encontros que alguns chegam com uma hora de antecedência. Relatam que é a única “diversão” que eles têm. Isso demonstra a relevância do serviço de convivência na vida deles. Atualmente, o CRAS possui dois grupos em horários e dias distintos, o que possibilita que os moradores do território sejam atendidos o mais próximo de suas residências. As reuniões são realizadas no CRAS Vila Toninho, às quintas-feiras, e no Núcleo Esportivo CAIC, às terças-feiras. Ambas as reuniões ocorrem de 14h às 16h.

Faz-se necessário apontar a parceria estabelecida com a equipe do Projeto Trilhando a Longevidade como muito positiva, tendo em vista as atividades diversificadas e profissionais competentes e comprometidos disponibilizados para o trabalho com a população idosa.

No período de suspensão das atividades presenciais devido ao risco de contágio pelo Coronavírus, diferentemente dos demais grupos, as atividades remotas surtiram o efeito esperado, o que denota o vínculo fortalecido com os usuários inscritos. Em contrapartida, percentual significativo dos inscritos demonstraram dificuldades de acesso a tecnologias remotas, o que impossibilitou sua participação.

Apesar de alguns idosos ainda carregarem valores e visões de um mundo machista e patriarcal, sempre que possível esses temas são trazidos para discussão, promovendo debates de forma leve e descontraída, visando a uma sociedade mais justa, onde as mulheres sejam vistas e tratadas em condição de igualdade com os homens.

Entende-se que os momentos reflexivos e informativos são importantes, mas ao final de algumas reuniões são realizadas algumas atividades de jogos lúdicos. Há atividades externas, quando os idosos são levados (de ônibus ou outros transportes fretados) a equipamentos públicos e pontos conhecidos e importantes da cidade (Centro de Convivência do Idoso, Centro de Convivência da Juventude, CEU das Artes, Bosque Municipal, Represa, shoppings, viveiro de mudas, bailes, etc.), o que fomenta o sentimento de pertencimento e conhecimento do que existe na cidade.

Por fim, pode-se afirmar que, atualmente, o SCFV Idosos é o grupo de maior relevância no CRAS Vila Toninho, devido à assídua participação dos idosos ao longo dos anos, apesar de tantas mudanças e rotatividade das equipes.

Destaca-se que a contextualização acerca destes três ciclos do SCFV será retomada na seção 7 que aborda a rede socioassistencial do território.

6.7 Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Embora ainda não organizado nos moldes estabelecidos pelas Orientações Técnicas Sobre o Serviço da Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (BRASIL, 2017), o serviço vem sendo executado à medida em que os usuários apresentam impossibilidade/dificuldades de acessar o equipamento para suas demandas de atenção básica. As famílias são orientadas e encaminhadas para a rede socioassistencial e para outras políticas públicas, com o objetivo de promover o acesso aos direitos.

Sua finalidade é a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários, visando garantir os direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia (BRASIL, 2009). É importante destacar a relevância de seu desenvolvimento em articulação com a rede intersetorial, com destaque às ações a serem desenvolvidas também com a família no fortalecimento da função cuidadora e preventiva de violações.

Um desafio observado no cotidiano de trabalho com o referido público está nas vulnerabilidades diretamente relacionadas a outras políticas como saúde, habitação e previdência social.

7. REDE SOCIOASSISTENCIAL

Quadro 3 -Rede socioassistencial.

Unidade	Endereço/Telefone	Proteção Social	Público Atendido	Nº de Vagas Ofertadas	Parceria com a SEMAS	Cadastro no CMDCA	Fonte da Informação
Associação Filantrópica Mamãe Idalina (AMAI)	Rua Azaim Pinto Murta, 136 - Vitória Régia (17) 3238-1457	Básica	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	50	X	X	CMDCA; Censo SUAS 2021; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação Renascer	Av. Amélia Cury Gabriel, 4701 - Jd. Soraia	Especial de Média Complexidade	Pessoas com deficiência	82	X	X	CMDCA; CMAS; Departamento

	(17) 3213-9595	Projeto de Fomento Pediasuit e Snoezeien Início: 01/06/2021 Término: 30/06/2022 (13 meses)	Atendimento gratuito a 40 pessoas com deficiência intelectual e dificuldades físicas associadas ou não, e autismo, de 0 a 14 anos, em 02 métodos inovadores: sendo 30 vagas no Snoezelen e 10 vagas no Pediasuit, por 13 meses.		X		de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
Associação das Damas de Caridade (Lar de Fátima) - núcleo Vitória Régia	Rua Hermelinda Martins Vieira Rocha, 77 - Vitória Régia (17) 3238-5442	Básica	Crianças e adolescentes de 07 a 14 anos	115	X	X	CMDCA; Departamento de Gestão de Repasse de Recursos Públicos
		Projeto de fomento lar de Fátima "in Fight" Início 01/04/2021 Término 31/01/2023 (22 meses)	Atender até 160 crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 06 a 14 anos, excepcionalmente para adolescentes de 15 anos, ofertando o jiu jitsu em cinco núcleos: Planalto, João Paulo II, Novaes, Vitória Régia e Maceno.			X	
CRAS Vila Toninho	Rua Maria Onofre Lopes Santos, 1273 - Vila Toninho (17) 99772-7439 (17) 3218-1430 (17) 3238-1012	Básica	Famílias em situação de vulnerabilidade social	-	-	-	Censo SUAS 2021
			Crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis, adolescentes de 15 a 17 anos e idosos	-	-	-	
			Pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social	-	-	-	
Instituto Educacional Francisco de Assis (IEFA)	Rua Benedito Guagliardi, 291 - Romano Calil (17) 3218-3336	Básica	Adolescentes de 14 a 17 anos, e adultos de 18 a 59 anos	350		X	CMDCA; CMAS

Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial.

8. OFERTA E DEMANDA DOS SERVIÇOS NO TERRITÓRIO

8.1 Ciclo de vida: 0 a 6 anos

O SCVF para crianças de 0 a 6 anos e seus responsáveis é ofertado no território apenas pelo CRAS Vila Toninho. Desde sua implantação teve significativa diminuição dos inscritos. Observa-se que as expectativas que atraíram as famílias inicialmente não se conjuminaram com os objetivos do serviço. Principalmente no que se refere à periodicidade dos encontros. As famílias que buscam o serviço, em sua maioria, são mães e responsáveis por crianças que aguardam vagas nas creches e necessitam da oferta de um serviço continuado com periodicidade diária, devido às demandas por inserção ao mercado de trabalho.

8.2 Ciclo de vida: 07 a 14 anos

Apesar de o CRAS não ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para esse público, existe na região oferta satisfatória de vagas pela rede parceira. No entanto, a oferta satisfatória não significa acesso. Há grande incidência de crianças/adolescentes pertencentes a esse ciclo de vida que moram nas estâncias pertencentes ao território. Tais estâncias são territorialmente distantes, o que inviabiliza o acesso ao CRAS e aos serviços, já que o transporte público ofertado é escasso. Por exemplo, na estância Bela Vista III, os ônibus passam apenas duas vezes ao dia. A família, para acessar o CRAS ou algum serviço presente nos limites urbanos, tem que se ausentar de sua residência e retornar somente ao final do dia. Isso prejudica também o acesso a serviços ofertados para outros públicos.

Discorreremos brevemente sobre as entidades que ofertam o SCFV para esse ciclo de vida. Ressalta-se que a inclusão das crianças e adolescentes prioritárias tem se dado de maneira satisfatória, à medida que fora garantida análise para priorização, a partir do fluxo trazido pela Central de Vagas.

São realizados contatos, reuniões remotas e presenciais para atendimento articulado das demandas apresentadas nos equipamentos, o que garante assertividade no processo de prevenção da Proteção Social Básica.

- AMAI

A Associação Filantrópica Mamãe Idalina é parceira municipal e executa o SCFV para crianças de 7 a 14 anos no território. Atualmente atende a 50 crianças e adolescentes no período da tarde, com oficinas socioeducativas, oficinas esportivas, oficinas culturais e oficinas lúdicas. Um diferencial na oferta do serviço é que possui estrutura para transporte, o que facilita o deslocamento e acesso dos inscritos.

Observa-se, em alguns momentos, resistência por parte de usuários específicos em acessar a vaga disponibilizada devido a questões de preconceito religioso. É importante observar, no entanto, que a oferta do serviço é feita de acordo com o que preconiza o termo de convênio celebrado para a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo, no qual é vedado qualquer tipo de prática religiosa.

- São Judas Tadeu

Embora o Instituto Comboniano São Judas Tadeu esteja situado territorialmente na Região Centro, o SCFV para crianças de 7 a 14 anos executado pela entidade tem percentual significativo de inscritos residentes no território da Região Vila Toninho.

Anterior à nova divisão das Regiões, o local onde está situada a entidade pertencia à Região Vila Toninho e, por estar situado no limite entre os dois territórios, fica mais acessível aos moradores da Região Vila Toninho do que da Região Centro, em grande parte.

Atualmente atende a 300 crianças e adolescentes nos períodos da manhã e tarde, com oficinas socioeducativas, oficinas esportivas, oficinas culturais e oficinas lúdicas. Tem garantido o deslocamento e acesso dos inscritos por meio da confecção de Carteirinha de Estudantes, junto à Riopretrans.

- Lar de Fátima

A Associação das Damas de Caridade é parceira municipal e executa o SCFV para crianças de 7 a 14 anos no território. Atualmente atende a 110 crianças e adolescentes nos períodos da manhã e tarde, com oficinas socioeducativas, oficinas esportivas, oficinas culturais e oficinas lúdicas. A entidade também é parceira do município na distribuição de leites do Projeto Viva Leite e das cestas de legumes do Banco de Alimentos.

8.3 Ciclo de vida: 15 a 17 anos

O trabalho social com adolescentes de 15 a 17 anos se apresenta como um desafio à assistência social e à rede do território. Inclusive, alvo de discussão frequente nas reuniões intersetoriais, diante das vulnerabilidades e demandas identificadas pelos equipamentos que atendem a este segmento.

Ao observar os altos índices de violações e tráfico envolvendo adolescentes desta faixa etária, identifica-se a ausência de ofertas e possibilidades que possam se configurar em alternativas dentro do território.

A assistência social oferta ações para este seguimento na forma do SCFV executado no CRAS Vila Toninho, que atualmente não possui adolescentes inscritos e se encontra em fase de sensibilização. O referido serviço carregou durante alguns anos a marca trazida pelo Programa Ação Jovem, no qual os beneficiários tinham como condicionalidade a participação em grupo semanal no CRAS. Quase a totalidade dos inscritos eram beneficiários, que tinham como contrapartida o recebimento de valor mensal. E em meio à adversidade trazida com as atividades remotas, ante a pandemia, a sensibilização se faz primordial para a retomada das atividades. Junto a isso, o Centro de Convivência da Juventude, localizado na Região Centro, recebe os adolescentes do território, ofertando o SCFV de maneira a contemplar as demandas de todos os territórios.

O Instituto Educacional São Francisco de Assis oferta cursos profissionalizantes a adolescentes, jovens e adultos, nas áreas de administração e produção de alimentos.

8.4 Ciclo de vida: 18 a 24 anos

Os usuários residentes no território são encaminhados e atendidos pelo CCJ e CCF, com atividades organizadas dentro dos objetivos do SCFV. Eles são atendidos também pelo Instituto Educacional São Francisco de Assis, nos cursos profissionalizantes nas áreas de administração e produção de alimentos. O Projeto Aquário oferta atividades em parceria com a Secretaria de Esportes. São atendidos adolescentes, jovens e adultos com aulas de artes marciais e dança.

8.5 Ciclo de vida: Idosos

A oferta de serviços aos idosos do território se dá a partir do SCFV executado pelo CRAS Vila Toninho. Os idosos também participam das atividades desenvolvidas pelo CCI, onde são ofertadas atividades culturais e manuais.

A despeito da necessária suspensão das atividades coletivas, o trabalho desenvolvido com o público idoso no CRAS tem se mostrado de relevância, devido à assídua participação dos idosos ao longo dos anos, apesar de tantas mudanças e rotatividade da equipe. Através dele, possibilita-se aos idosos que saiam do isolamento social e tenham contato com a comunidade onde residem, fortalecendo laços de proteção e apoio. Além disso, o trabalho preventivo se consolida na oferta de discussões circulares e horizontais.

Entende-se, no entanto, que seja necessário implementar ações mais específicas aos idosos com perfis e demandas diferenciadas. O território apresenta alto índice de violações de direito a pessoas idosas, o que leva refletir sobre a qualificação do trabalho preventivo com o público, que necessita ser alcançado pela rede, para além das demandas espontâneas. Nesse sentido, destaca-se a necessária articulação com a saúde para execução do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

9. REDE INTERSETORIAL

Ao olhar para as demandas apresentadas no trabalho social com famílias realizado através da Proteção Social Básica no território, se faz essencial analisar como elas se convergem para a necessária articulação com a rede. Assim, é importante destacar que a intersetorialidade se apresenta como instrumento para a efetivação das políticas públicas e consequente consolidação dos direitos sociais.

O quadro apresentado refere-se à rede intersetorial e parceiros.

Quadro 4 — Rede Intersetorial da Região Vila Toninho.

EDUCAÇÃO	
NOME	**SERVIÇO OFERTADO**
“Beatriz de Carvalho Seixas”	Escola de Educação infantil. Ponto de distribuição do projeto Viva leite
“Márcia Affini Bagdasaryan”	Escola de Educação infantil
“Izaltina Maria”	Escola de Educação infantil
“Prof. Cleophas Beltran Silvente”	Ensino fundamental
“Profª Nayr Santos Cunha”	Ensino Fundamental e Médio
“Prof. Modesto Rodrigues Marques”	Escola de Educação infantil
“Norberto Buzzini”	Escola de Educação infantil, Ensino Fundamental
“João José Feris”	Ensino fundamental
“Agostinho Brandi”	Escola de Educação infantil
“Michel Pedro Sawaya”	Ensino fundamental
“Profª Amália Senir Lisboa Pontes Gestal”	Escola de Educação infantil
Renascer Centro Educacional	Habilitação e reabilitação. Centro Educacional (Ensino Fundamental e Educação Especial) projetos (Música, Artes, Teatro e Esportes) UNIDADE II - É voltada para a preparação, capacitação e inclusão no Mercado de Trabalho.
CULTURA	
Núcleo de Artes “Roberto Farath”	Violão, guitarra, contrabaixo, violino, viola, viola caipira, bateria, artes, piano, teclado, teoria e instrumento de sopro.
SAÚDE	
Centro de Controle de Zoonoses	Castração gratuita de cães e gatos; vacinação.
UBSF CAIC/Cristo Rei "Prof. Dr. José Liberato Ferreira Caboclo"	Diabetes e Hipertensão Arterial, Bebê Clínica, Escola da Coluna, Escola da Saúde, Lian Gong, Saúde Mental
UBSF Vila Toninho "Dr. Gilberto Lopes da Silva"	Tabagismo; Saúde do Homem; Grupo de Uso Racional de Medicamentos (GURA); Aleitamento materno; Gestantes; Educação Alimentar Infantil (GEAi); Educação Alimentar Adulto (GEAa)
UPA Vila Toninho	Urgência e Emergência 24 horas
ESPORTE	
Campo do Cristo Rei	Espaço de recreação, lazer e convivência
Campo de Futebol do Jardim Yolanda	Espaço de recreação, lazer e convivência
Campo de Futebol do Jockey Club	Espaço de recreação, lazer e convivência
Centro Esportivo da CAIC	Aulas de Karatê, ginástica e espaço de recreação, lazer e convivência

Centro Esportivo da Vila Toninho	Espaço de recreação, lazer e convivência
Praça Esportiva Jardim Vitória Regia	Espaço de recreação, lazer e convivência
Campo de Bocha do Cristo Rei	Espaço de recreação, lazer e convivência
Praça ao lado da EMEI Zumbi dos Palmares - Vila Hipódromo	Espaço de recreação, lazer e convivência
Praça Esportiva da Vila Toninho - Vila Toninho	Espaço de recreação, lazer e convivência
Centro Social da CAIC - CAIC	Espaço de recreação, lazer e convivência
Pista Caminhada Cristo Rei - Cristo Rei	Espaço de recreação, lazer e convivência
Área no Cristo Rei - Residencial Cristo Rei	Espaço de recreação, lazer e convivência
Praça Professor Luiz Jacob - Vila São Judas Tadeu	Espaço de recreação, lazer e convivência
Campo de Futebol Vila Toninho - Vila Toninho	Aulas de futebol infantil, espaço de recreação, lazer e convivência
Praça Prof. Oscar Salgado Bueno - Jardim dos Gomes	Espaço de recreação, lazer e convivência
Projeto Aquário	Aulas dança para adultos e de artes marciais (Karatê e jiu jitsu) para crianças e adolescentes, em parceria com a Secretaria de Esportes
Rede do território	
Projeto Aquário	Ponto de distribuição da cesta de legumes do Banco de Alimentos
Instituto Educacional “Franciso de Assis” - IEFA	Cursos técnicos; atendimento a famílias em suas necessidades
Comunidade Terapêutica Sol	Acolhimento de usuários abusivos de álcool e outras drogas

Fonte: equipe CRAS Vila Toninho.

9.1 Articulação com a rede e outras políticas públicas

O trabalho em rede possibilita maior clareza e assertividade na superação das vulnerabilidades e violações vivenciadas pelas famílias em suas complexas e diversas realidades sociais, tendo como foco superar ações fragmentadas.

A articulação com a rede intersetorial sempre se configurou como um desafio no território. Por esta razão, a reconfiguração das reuniões intersetoriais em 2019 apresentou-se como estratégia primordial para a garantia do exercício dos direitos e acesso da população do território às políticas públicas do município.

O CRAS, enquanto referência no território, busca constantemente apresentar as demandas trazidas pelos usuários atendidos que dizem respeito às políticas de saúde, educação, habitação, segurança pública e segurança alimentar, a fim de contribuir para os encaminhamentos necessários à superação dos entraves.

Observa-se, no entanto, que o trabalho articulado ainda não se consolidou, uma vez que alguns equipamentos públicos ao atender um usuário que apresente vulnerabilidades diversas, não incorporaram a prática de acionar as diversas políticas do território as quais precisam ser trabalhadas e acompanhadas pelos diversos atores da rede.

Outro ponto de entrave é a participação dos equipamentos existentes no território, que tem sido aquém do esperado, o que faz com que as discussões promovidas não abarquem os desafios e proposições condizentes com a amplitude do que se denominaria o termo intersetorial. Destaca-se a ausência das unidades da educação da rede estadual do território.

Nas interfaces cotidianas com a rede intersetorial, a equipe técnica do CRAS Vila Toninho pontua dificuldade na articulação com algumas escolas do território. Nota-se, nas referidas instituições, um não olhar para os alunos cidadãos de direitos. Assim, acabam vendo na Assistência Social um “escape” para não lidar com questões e problemas identificados no contato direto com crianças e adolescentes, se eximindo da responsabilidade protetiva compulsória ante a questões como abuso sexual, violência e negligência, por exemplo. Articulações para prevenção de situações de risco e violência também são precárias, tendo em vista a ausência de contatos diante da identificação de vulnerabilidades das famílias do aluno. Percebe-se que há receio

da divulgação dos casos de violação devido à exposição e, principalmente, represália por parte dos pais dos alunos.

Com a pandemia e toda a reformulação da oferta dos serviços à população (tendo em vista as recomendações sanitárias), esta vem apresentando muitas dificuldades de acesso às políticas públicas e os prejuízos têm sido imensuráveis. Grande parte do público atendido possui muita dificuldade em acessar a internet. Neste sentido, o CRAS tem buscado viabilizar acesso por meio dos canais remotos disponibilizados, por exemplo, pelo INSS e Defensoria Pública. Além disso, as alterações frequentes de legislação e fluxos para acesso têm acarretado na busca constante pela equipe, visando a assertividade nas orientações, o que se identifica como algo que extrapola às vezes a função do CRAS.

As articulações com o Conselho Tutelar têm se traduzido em um dos dificultadores mais significativos no atendimento às famílias. Além da dificuldade de acesso aos conselheiros e procedimentos divergentes, a população também tem trazido situações em que não consegue ser atendida.

10. CREAS I

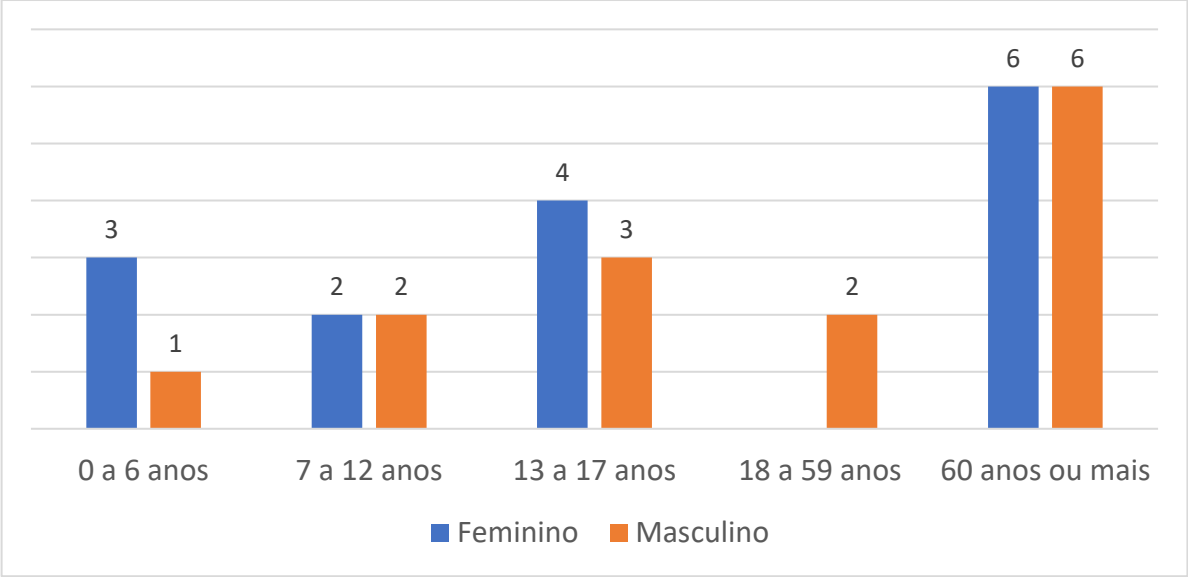
10.1 Violências, violações e PAEFI

No decorrer do ano de 2021 foram atendidas pelo PAEFI na região Vila Toninho 52 famílias, sendo que 29 casos são provenientes de novas inclusões em 2021 e 23 casos foram inseridos anteriormente e continuaram em acompanhamento. A qualificação dos dados que será apresentada refere-se apenas às 29 inclusões no PAEFI no decorrer de 2021.

O maior número de violações ocorre no que diz respeito à negligência e abandono, sendo um total de 21 das 29 novas inclusões ocorridas em 2021. As outras violações inseridas no acompanhamento no ano de 2021 foram: violência física, abuso sexual, exploração sexual, violência psicológica, situação de rua, trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação decorrentes de discriminações/submissões a situações que provoquem danos e agravos à sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem-estar.

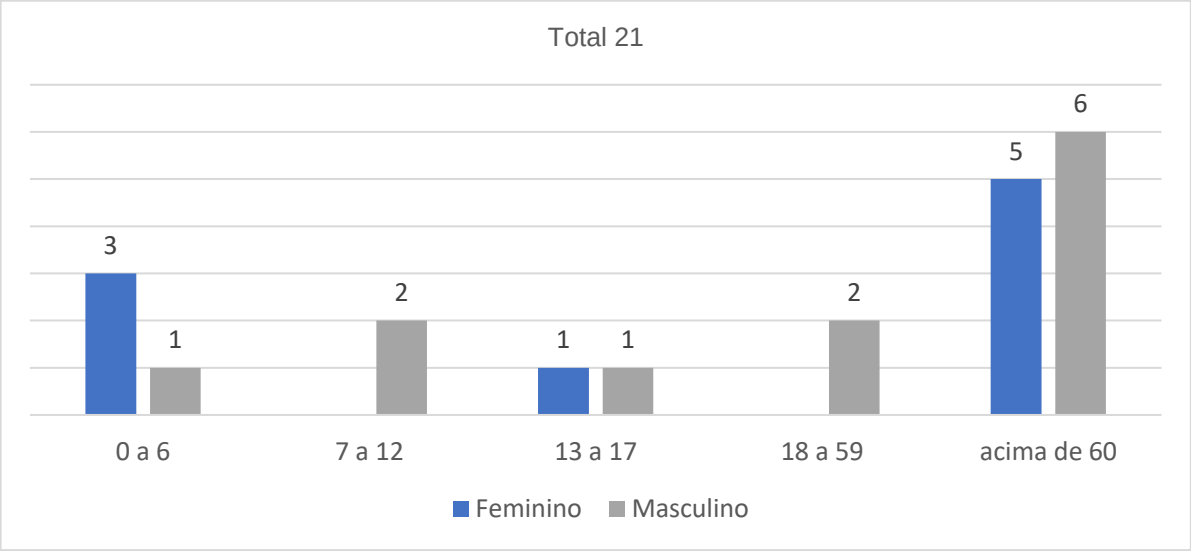
A expressão da violação de maior ocorrência (negligência e/ou abandono) ocorreu na faixa etária acima de 60 anos, totalizando 11 idosos (5 do sexo feminino e 6 do sexo masculino), seguidos de 4 situações de negligência e abandono na faixa etária de 0 a 6 anos, 2 na faixa etária de 7 a 12 anos, 2 na faixa etária de 13 a 17 anos e 2 na faixa etária de 18 a e 59 anos.

Gráfico 3 — Inclusões no PAEFI em 2021. Total 29.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Gráfico 4 — Inclusões no PAEFI por negligência ou abandono, 2021.



Fonte: Departamento de Vigilância Socioassistencial.

Durante as discussões coletivas destacou-se que a violência contra a mulher é uma característica do território. Nessa direção, de acordo com os dados de 2020

fornecidos pela Secretaria da Mulher, foram atendidas 81 pessoas pelo CRAM e 1 pela Casa Abrigo.

As situações de violência contra a mulher chegam tanto por demanda espontânea quanto por encaminhamento da rede. Geralmente são mulheres com dependência financeira, com filhos, baixo grau de escolaridade e quase sempre em um novo relacionamento. Outro ponto a se destacar é a dependência emocional. Essas mulheres sofrem violências constantemente e acabam banalizando a questão - física, moral, psicológica e sexual. Sobre a articulação com o CRAM, a principal dificuldade é que, se a mulher não acessar o serviço (e a grande maioria não vai até o CRAM), eles não realizam a busca ativa, não vêm até o usuário. Muitas vezes, é solicitada a participação da equipe do CRAS para promover o vínculo com a usuária atendida, o que nem sempre ocorre de imediato.

10.2 Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA)

Serão apresentados alguns dados coletados sobre os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da Região Vila Toninho. Para análise, foram selecionados dados da sistematização dos atendimentos do mês de novembro de 2021, considerando o total de 7 adolescentes.

Como complemento, serão apresentados alguns dados do diagnóstico realizado pelas equipes do Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (SMSE/MA) dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social, CREAS I e II, no ano de 2019, tendo como público alvo os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa referenciados ao serviço, que, à época, era de 229 (considerando os dois equipamentos).

Na ocasião, este diagnóstico foi elaborado com a perspectiva de dar visibilidade às particularidades e demandas dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto. Tendo por objetivo de ser utilizado como ferramenta de diálogo com as demais políticas públicas, assim como sensibilizá-las sobre a necessidade e a responsabilidade de adequarem-se para atendê-los - visto que apenas através do acesso a tais direitos seria possível garantir a proteção integral destes adolescentes, conforme preconizado pelo ECA (BRASIL, 1990).

Dados das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto

A Liberdade Assistida (LA) constitui a maior parte das Medidas Socioeducativas (MSE) executadas por este Serviço no território, correspondendo a 72% dos casos, já a Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) apenas 14%, o mesmo percentual de adolescentes em cumprimento das duas medidas acumuladas. Metade dos adolescentes atendidos são reincidentes no cumprimento de medida socioeducativa. A taxa de descumprimento das medidas socioeducativas é de 25%.

Atualmente, o ato infracional de maior representatividade neste território é o tráfico de drogas (72%), seguido por desobediência (14%) e dano (14%).

A infração de medida sanitária é considerada o ato infracional de maior incidência atualmente. Na mesma perspectiva, antes da pandemia, a maior incidência se dava pela infração de falsidade ideológica, sendo grande parte dos adolescentes pertencentes à classe média e classe média alta que frequentam as festas da cidade, no entanto, tal infração não está no rol dos adolescentes em cumprimento de MSE do território. Os adolescentes que cumprem MSE pela infração de perigo à vida ou saúde de outrem são muito jovens, quase crianças, ainda brincam de empinar pipa, mas isso não se aplica à Região Vila Toninho.

Dados gerais (referência novembro/2021)

As idades dos adolescentes atendidos na Região Vila Toninho variam de 14 a 18 anos, sendo um com 14 anos, um com 15, dois com 16, dois com 17 e um com 18 anos. A totalidade dos adolescentes em cumprimento de MSE no mês de referência (novembro/21) era do gênero masculino.

No momento de elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA), a maioria dos meninos se autodeclarou como parda (57%), seguido por 29% de adolescentes que se declararam negros e 14% se declararam brancos.

Os adolescentes não realizaram declarações sobre orientação sexual. É importante destacar que a equipe sempre respeitou a autodeclaração dos adolescentes na coleta destas informações, independentemente de qualquer divergência.

Nenhum adolescente no momento tem filhos. Geralmente este dado está relacionado ao quantitativo de usuárias do gênero feminino que, em grande maioria,

são mães solo. Em outro momento, alguns adolescentes do gênero masculino informaram serem pais e não exercerem a função paterna.

Saúde

Todos adolescentes em cumprimento de MSE do território da Vila Toninho relataram que não fazem acompanhamento em saúde, somente comparecendo quando há alguma dor urgente, mais precisamente em Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Nenhum adolescente dessa região acessa o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Observamos que a principal demanda desse território é de atenção básica de saúde.

A maioria dos adolescentes do território (86%) cita que já fez uso de substâncias psicoativas, porém nenhum adolescente realizou tratamento em saúde por esse motivo. Atualmente, 43% dos adolescentes declararam uso recreativo de maconha.

Educação

Iniciaram a MSE sem matrícula escolar 57% dos adolescentes. Atualmente, dois deles ainda não estão matriculados, portanto, estão fora da rede de ensino e um não forneceu essa informação.

Com relação à defasagem escolar, 80% dos adolescentes que deveriam estar cursando o Ensino Médio estão no Ensino Fundamental.

Vale salientar que os adolescentes que estavam fora da rede de ensino relataram dificuldade para efetivar a matrícula na escola, o que também ocorreu em 2019. De acordo com o levantamento feito pelo SMSE-MA 2019, dos 229 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em São José do Rio Preto, 27% disse ter tido dificuldades para efetivar sua matrícula escolar, tendo como destaque algum obstáculo no procedimento escolar (9%), falta de vagas (3%) e a família não ter comparecido à escola para fazê-lo (6%). Referente ao mesmo levantamento, constataram-se que 62% dos adolescentes tiveram dificuldades em permanecer na escola. Em 11% dos casos estudados foram relatadas as necessidades não atendidas dos adolescentes passarem por avaliações pedagógicas na escola.

Trabalho e Renda

No início do cumprimento de MSE havia registro de trabalho formal de um dos adolescentes, de 18 anos, entretanto, no momento, nenhum deles informou estar trabalhando formalmente, estando um deles em condição de permanência no tráfico de drogas, configurado como uma das piores formas de trabalho infantil. De acordo com o levantamento SMSE-MA 2019, a ocupação habitual dos adolescentes em trabalho informal é algum tipo de trabalho braçal (servente de pedreiro, por exemplo).

Devido aos critérios de idade e escolaridade estabelecidos pelas instituições, não foi possível encaminhar a maioria dos adolescentes deste território para agências de inserção no mercado de trabalho formal (seja por vínculo de estágio ou Jovem Aprendiz), somente um foi encaminhado, mas não foi inserido até o presente momento.

A partir do levantamento, extraiu-se que um dos adolescentes fez algum tipo de curso profissionalizante, o que se deu durante o período de internação na Fundação Casa. Atualmente, 50% relatam interesse em fazer curso de informática/computação, 38% de cabeleireiro/barbeiro e 13% de inglês.

Segundo o levantamento SMSE-MA 2019, 28% dos adolescentes alegam não ter feito cursos por terem outros interesses, 22% alegam como impeditivo o custeio do curso, 18% que os cursos gratuitos não são de seu interesse, 6% que não tem vaga no curso de seu interesse, 9% não atenderam aos critérios para poder matricular-se nos cursos disponíveis, 4% informaram que os cursos eram ofertados em locais distantes do domicílio, 6% relataram conflito entre o horário de trabalho e os cursos disponíveis, 4% alegaram não poder custear o transporte.

Cultura, Lazer e Esporte

Os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa da Região Vila Toninho não indicaram espaços de cultura em seu território de moradia (embora exista) e a maioria afirma falta de interesse nas respectivas atividades. O espaço de cultura citado por um dos adolescentes é o cinema, localizado em Shopping fora da Região. Um deles afirma ter realizado atividade cultural (hip hop e capoeira) na Fundação CASA anteriormente.

No que tange à prática de esportes, 71% dos adolescentes afirmam que jogam futebol em campinho do território, entretanto, não em condição de treino ou atividade sistemática, caracterizando apenas como atividade de lazer. Um dos adolescentes

afirma inclusão em prática esportiva no Projeto Aquário, localizado no território, outro, que também participou de atividade no respectivo projeto, disse que as atividades cessaram no período da pandemia e não retornaram.

Além da prática do futebol, no que tange às demais atividades entendidas como lazer pelos adolescentes, passar tempo com os amigos é o relato que mais aparece (44%), seguido por soltar pipa (33%) e jogos eletrônicos (23%).

Desafios encontrados/Considerações Finais

Observa-se que os números apresentados colocam muitos desafios tanto ao serviço de medidas socioeducativas como às demais políticas públicas no sentido de garantir a proteção integral dos adolescentes.

Destaca-se como principais desafios nos atendimentos do SMSE-MA necessidade de propostas de metodologias interessantes para adolescentes de 13 a 20 anos, atendendo às particularidades de cada faixa etária. Há a necessidade de atender qualificadamente as adolescentes do gênero feminino, evitando que suas particularidades e necessidades sejam invisibilizadas. Nesse sentido, é constatado nos acompanhamentos da MSE que o número de mulheres (gênero feminino) geralmente é menor, portanto, é preciso formular metodologias que abarquem as demandas por elas apresentadas. Elenca-se a necessidade em trabalhar as temáticas sobre raça/etnia, gênero (modelos de masculinidades, heteronormatividade, paternidade, autocuidado etc.).

Com relação às políticas públicas, faz-se necessário o diálogo com a saúde no sentido de garantir atendimento às demandas destes adolescentes na atenção básica. Relacionado à educação, observa-se o desafio de garantir o acesso e a permanência destes adolescentes no ambiente escolar, incluindo a atenção às especificidades que possam apresentar. Faz-se necessária a criação de programas, inclusive de incentivo de renda, para combate de evasão escolar no Ensino Médio, visto que são altas as taxas de evasão nesse período escolar.

Com relação ao trabalho e renda, se reconhece a urgência de garantir que tais adolescentes tenham acesso aos cursos que efetivamente têm interesse e as agências não apenas flexibilizem as políticas de encaminhamento para as vagas, mas se engajem do desafio de inseri-los no mercado formal, de acordo com os parâmetros de proteção ao trabalhador entre 14 e 17 anos (BRASIL, 1990). Tais instituições, junto aos programas municipais, deveriam ofertar condições de atividades de formação de

caráter educativo com contrapartida financeira, para que os adolescentes possam, de fato, contar com boa formação, uma vez que além de excluir adolescentes em cumprimento de MSE devido a critérios estabelecidos, essas instituições acabam corroborando com a condição de subemprego.

Considerando esporte, cultura e lazer, observa-se que os adolescentes de baixa renda têm pouco acesso, o que requer a criação de ações específicas que os atenda em seus territórios de vivência.

Outra situação extremamente grave é a rivalidade entre grupos de jovens envolvidos com o tráfico de drogas, incluindo os jovens da Região Vila Toninho. A chamada “guerra” tem ceifado vidas frequentemente mediante tiroteios entre jovens de um bairro contra outro. Os adolescentes contam que a “guerra” começou com o assassinato de um jovem morador da Vila Toninho, há mais de dois anos. Recentemente, um adolescente do território que foi atendido neste equipamento nos anos de 2019, 2020 e 2021, morador do Bairro CAIC, foi brutalmente assassinado.

No tocante à segurança pública, muitos adolescentes e jovens do território relatam que vivenciaram ou vivenciam situações de violência em seus cotidianos, inclusive violência policial.

11. PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA

Na região da Vila Toninho existem 4 pontos consolidados de concentração de pessoas em situação de rua, a saber:

1. Rua Maria Onofre Lopes dos Santos, Vila Toninho - próximo a um estabelecimento comercial;
2. UBS/UPA - ao lado do Velório Municipal;
3. Antigo depósito de bebidas;
4. Av. Pecy Gandini, 1305 - Vila Toninho.

No Bairro da Vila Toninho existem dois locais: um estabelecimento comercial e a UBS (ao lado do Velório) que costumam ter usuários que ali permanecem e fazem uso, principalmente do álcool.

A marginal Percy Gandini se caracteriza como um local onde usuários vão para usar drogas e existe profissionais do sexo. Já na região dos bairros Cristo Rei/Caic encontramos mais usuários de drogas, mas que não se caracterizam como moradores

de rua. Alguns usuários alternam este território com o da Vila Elvira e região da Igreja do São Judas.

Em relação ao perfil das pessoas em situação de rua, predomina o uso de álcool sobre outras drogas. Costumam dormir em prédios abandonados como fábricas desativadas e bares. Alguns só saem de casa para consumir drogas e acabam voltando para a residência. Apesar de a maioria ter vínculos com o território e até possuir moradia fixa, muitos não possuem vínculo nenhum com a família, ou são relações fragilizadas. Existem aqueles que são trecheiros, ou seja, estão de passagem.

Quando questionados sobre os motivos de ida para a rua, a equipe da Abordagem Social pontua o uso de álcool e drogas, já que o uso abusivo causa conflitos familiares e rompimento de vínculos e pode fazer com que a pessoa saia de casa. Muitas vezes o uso abusivo é ocasionado por conflitos familiares, o que cria um ciclo.

12. FRAGILIDADES, POTENCIALIDADES E DESAFIOS DO TRABALHO SOCIAL NO TERRITÓRIO

A partir do caminho percorrido para identificação do perfil da Região Vila Toninho, da contribuição dos profissionais da assistência social, dos usuários e da rede intersetorial, foi possível elencar as principais características. Necessário se faz destacar o que de mais rico existe no território, bem como os pontos de entrave, que se apresentam como desafio à consolidação dos direitos da população residente.

Fragilidades

Já foi explicitado no decorrer deste, que a escassa oferta de atividades de lazer e cultura, educação e formação para o mercado de trabalho para adolescentes e jovens tem dificultado as ações de prevenção à violência, uso e tráfico de drogas. Este cenário tem ligação direta com o crescente aumento da atividade de tráfico e situações de violência que se agravam pela disputa entre gangues da Vila Toninho e de outros territórios.

Percebe-se significativo aumento das situações de violações de direitos contra idosos, principalmente no período de pandemia e pós-pandêmico, somando-se a este

fator o agravamento das questões de saúde dos idosos, que esbarram na escassa oferta de vagas em ILPI, quando a condição deles assim requer.

A presença da linha férrea, localizada em espaço de grande fluxo de pessoas para as atividades diárias, expõe os moradores ao risco de acidentes e a problemas de deslocamento (inclusive há histórico pregresso de acidentes com moradores).

As áreas de estâncias possuem diversas necessidades, em termos estruturais e de ofertas de políticas públicas, o que faz com que os moradores nem sempre consigam acessar direitos básicos.

A ausência de associações de moradores também pode ser apontada como uma fragilidade, tendo em vista que agregam a população para dar visibilidade às demandas dos bairros da Região, ao colocá-las em pauta junto aos órgãos governamentais.

Potencialidades

O território apresenta uma área industrial, que oferta diversos campos de trabalho e, por se tratar de local próximo às residências, facilita o acesso.

As articulações com os equipamentos de saúde têm se mostrado eficazes em sua maioria, traduzindo-se por vezes em prevenção e proteção às famílias atendidas.

A oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é a maior dentre as regiões do município. Embora seja algo positivo, por vezes o acesso ao serviço se torna empecilho em função da locomoção por falta do fornecimento de transporte.

Desafios do trabalho social

Um dos maiores desafios do trabalho social no território é o fortalecimento da rede Intersetorial, não só no que diz respeito às articulações, mas também à utilização das reuniões intersetoriais a partir do Grupo Gestor Intersetorial (GGI) para resolutividade das demandas trazidas pelos representantes das políticas públicas. Faz-se essencial a disseminação e divulgação das ações e ofertas aos usuários e entre os atores da rede.

As ações comunitárias precisam se traduzir em rotina no território que, inclusive, possui bairros, loteamentos e estâncias cujo acesso é dificultado. Neste sentido, a descentralização dos serviços como, por exemplo, da Secretaria do

Trabalho, também se configuraria como parte das atividades que permitem o acesso dos usuários aos serviços.

Importante destacar a necessária ampliação da equipe de trabalho, que executa os serviços da Proteção Social Básica e Especial, à medida que a demanda por proteção e prevenção de vulnerabilidades e violações vem se intensificando no território, para que seja dado o devido reforço nas ações do CRAS e CREAS.

13. COLETA DE DADOS COM OS USUÁRIOS E REDE

Metodologia utilizada

Na pesquisa sobre o território Vila Toninho utilizou-se de questionários com perguntas abertas e foi direcionada aos usuários dos serviços do CRAS e às instituições que ofertam serviços à população no território. Essa etapa do diagnóstico se apresentou como essencial à compreensão das ausências e potencialidades do território, ante à dinâmica das vivências.

Foram selecionados usuários de categorias específicas, a fim de trazer à tona as impressões vivenciadas nos espaços diversos do território, que trazem, em si, algumas peculiaridades.

A aplicação dos questionários voltados aos usuários foi realizada pela Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, a partir dos serviços PAIF, SCFV, PAEFI e MSE. As entrevistas, formalmente consentidas e autorizadas, foram realizadas no período de 14 a 28 de março de 2022, totalizando 15 questionários.

Na análise dos dados coletados, procurou-se identificar os apontamentos comuns e divergentes, apresentando-os em categorias.

Rede Intersetorial

A coleta de dados com a rede intersetorial da região Vila Toninho ocorreu de 21 a 30 de março. Foi disponibilizado, através do Google Form, um formulário com questões qualitativas sobre características do território, mensuráveis através dos atendimentos à população por cada equipamento participante. Nesta, as instituições participantes foram numeradas, a fim de possibilitar sua identificação.

Quadro 5 — Identificação das instituições entrevistadas.

Identificação	Política pública que representa
Instituição 1	Saúde
Instituição 2	Assistência Social
Instituição 3	Educação
Instituição 4	Educação

Instituição 5	Educação
Instituição 6	Assistência Social
Instituição 7	Educação
Instituição 8	Assistência Social

Fonte: Equipes Região Vila Toninho.

No que se refere ao perfil dos usuários atendidos na rede intersetorial participante, foi apontado que a necessidade das famílias com relação à renda, está diretamente ligada à baixa escolaridade para inserção no mercado de trabalho. A ausência de renda faz com que sejam demandadas doações (roupas, calçados e móveis). A dificuldade de colocação no mercado formal gera predominância do trabalho informal (bicos), com baixos salários, o que acaba interferindo na aquisição de recursos simples e básicos. Nas creches, “os pais verbalizam sobre estar sem emprego e não poder enviar as fraldas ou itens de higiene, necessários à rotina diária” (Instituição 7 - Educação) (sic).

Na relação com as famílias, os aspectos dificultadores relacionados aos cuidados e proteção apresentados foram o uso de álcool e outras drogas, violência doméstica, falta de transporte interbairros, baixa escolarização e formação profissional, ausência de diálogo entre os pais/responsáveis e os jovens, desconhecimento e falta de acesso aos equipamentos públicos, renda, falta de comprometimento dos pais no acompanhamento escolar, ausência de projetos de contraturno escolar para jovens. Destacam, ainda

> Percebo no discurso dos jovens a dificuldade de diálogo entre eles e responsáveis, muitos precisam desenvolver a autonomia precocemente porque os pais saem pra trabalhar e deixam responsabilidades com eles (Instituição 1 - Saúde). (sic)
>
> Algumas vezes as crianças relatam para as professoras das dificuldades que tem passado em casa e acabamos fazendo ações entre os professores para ajudar as famílias, principalmente neste período de pandemia (Instituição 3 - Educação). (sic)
>
> [...] Vivemos em uma sociedade excludente, imediatista em que a desigualdade e falta de oportunidades afetam as relações familiares. Muitos de nossos alunos vivem em ambiente impróprio em que convivem com tráfico de entorpecentes, álcool, muitas mães se desdobram trabalhando em mais de um emprego, sendo a renda principal da família (Instituição 4 - Educação). (sic)

Os participantes destacam como aspectos facilitadores o fato de as políticas públicas serem atuantes no território, melhoria na renda, no acesso aos direitos (o que gera melhoria nas relações familiares), colaboração e participação dos pais/responsáveis junto à escola e financiamento de transporte para participarem das atividades.

Foi apontada a necessidade de ações intersetoriais para lidar com a questão das demandas dos jovens do território. Dentre as demandas elencadas, destacam-se a ausência de espaços de convivência, lazer, escuta e aprendizado; inclusão no primeiro emprego, mesmo sem experiência prévia; acompanhamento familiar; falta de acesso à cultura, esporte, cursos profissionalizantes, atividades ou projetos atrativos.

Os participantes apontam como estratégia a implementação de ações como a valorização da escola por ser espaço de desenvolvimento de aprendizagens fundamentais na formação do cidadão. Acerca disso, é preciso investimento na educação com equipamentos para inovação, preparação para o mercado de trabalho mediante projetos como Jovem Aprendiz entre outros que oferecem oportunidades. Foi destacado que “ficam muito ociosos, necessitam de atividades para formação profissional no próprio território” (Instituição 5 - Educação) (sic).

Com relação às demandas voltadas às crianças de 0 a 12 anos, foi apontado a necessidade da ampliação de equipamentos no território com atividades tanto para crianças como adolescentes (inferior a 14 anos), embora o território apresente uma significativa oferta de vagas. Outro ponto destacado trata-se da insegurança alimentar [...] sabemos que muitas crianças tem as refeições garantidas na escola, mas a limitação dos alimentos (porção por criança) restringe a escola em atender totalmente a necessidade individual de cada uma (Instituição 4 - Educação) (sic).

A ausência de projetos que incentivam o desenvolvimento integral das crianças, envolvendo a escolaridade, acesso à cultura, tecnologias, lazer, esportes, orientação e acompanhamento psicológico e social para as famílias, transporte para levá-las em projetos também foi observada pelos participantes.

Foram apontadas questões que perpassam a diversidade de vulnerabilidades das famílias, como a demanda de assistência médica especializada para crianças (pediatra), a necessidade de atividades esportivas e de um centro de recreação para que não fiquem ociosos após o período escolar

> Mais agilidade no setor da saúde para com o atendimento de crianças com necessidades especiais e com os demais, uma vez que uma criança não tem um atendimento simples, como oftalmologia, apresenta comprometimentos na aprendizagem e causa consequências (Instituição 4 - Educação). (sic)

> Atendemos crianças de 3 a 5 anos e percebemos que muitas estão sempre em busca de afeto com grande necessidade de acolhimento [...] (Instituição 3 - Educação). (sic)

Os idosos do território, segundo os participantes, apresentam as seguintes necessidades: acesso à saúde, cultura e lazer, acompanhamento sistemático da equipe de referência, projetos que valorizem e conscientizem sobre a importância dos idosos na sociedade, atividades relacionadas ao bem-estar, equipamentos com atividades para esse público no próprio território, “porque muitos tem dificuldade de locomoção para irem longe” (Instituição 6 - Assistência Social) (sic). Foi mencionada como fator de desproteção a questão dos idosos que desempenham o papel dos pais quanto ao acompanhamento das crianças na escola.

Ainda que de maneira precária, o fato de estarem quase sempre na mesma situação de ausências, a solidariedade nas relações comunitárias foi apontada como fator positivo. Destacam-se as ações realizadas por igrejas, que “promovem diversas ações com atos de solidariedade, oferecendo espaços para lazer, arte, esportes. A maioria da comunidade são moradores antigos, com estabilidade e apresentam boa relação uns com os outros - são solidários” (Instituição 4 - Educação) (sic).

As articulações, essenciais ao atendimento integral dos usuários, perpassam os seguintes atravessamentos: tentativas de articulação e aproximação entre os setores, que ainda não dão conta da necessidade, desconhecimento de todas as políticas públicas que atendem o território e troca de profissionais de referência nos equipamentos. Aponta-se descrença nesta articulação da rede no território, por ser incipiente, não havendo espaços para interações como esportes, lazer. A Instituição 8 - Assistência Social pontua também sobre a fala das famílias sobre a “dificuldade de acessar ao CRAS por motivos de localização, não ter dinheiro para o transporte, não conseguirem resolver em apenas um dia”. (sic)

> Se não houver vontade, compromisso com a causa, respeito aos usuários e preocupação em oferecer a eles possibilidades e oportunidades para saírem da situação de dependência em que se encontram, sejam dependência dos órgão públicos ou privados, para

> sua sobrevivência, talvez seja momento de rever como está acontecendo essa articulação (Instituição 2 - Assistência Social). (sic)

Para os participantes, o território apresenta as seguintes dificuldades: espaço para levar informações (sobre as infecções sexualmente transmissíveis, por exemplo), ausência de agências bancárias, insuficiência de transportes públicos, domínio do tráfico em alguns pontos do bairro, o que afeta as vivências das crianças fora da escola, marginalização, falta de espaços e acesso à cultura, lazer, esportes, falta de cuidado com o espaço público, locais de lazer mal cuidados tanto pelos moradores como pelo poder público, pouco investimento por parte do comércio, falta de lideranças comunitárias e ausência de transporte para acessar aos serviços de contraturno escolar.

Quanto às potencialidades, foi apontado que “todo território tem potencialidades se as pessoas envolvidas estiverem prontas a se unirem, diante das dificuldades e adversidades” (Instituição 1 - Saúde) (sic). O grupo intersetorial, escolas da rede pública, projetos e serviços da assistência social (como o SCFV), comércio e o IEFA foram destacados como pontos positivos do território.

Usuários

Para coleta de dados com os usuários, foram realizadas entrevistas individualizadas com 15 usuários dos serviços socioassistenciais residentes no território. As entrevistas foram executadas a partir da utilização de instrumental elaborado pela equipe, sendo um questionário estruturado com indagações referentes ao local de moradia e convivência, com o objetivo de compreender a maneira com que sentem suas vivências em seus territórios, as potencialidades e dificuldades dos espaços que ocupam e das relações que estabelecem com os demais. Segue quadro 6 com identificação dos/das participantes.

Quadro 6 — Identificação dos usuários participantes.

Usuária(o)	Idade	Gênero	Cor	Renda Familiar	Bairro	Tempo de residência no território
A	25	F	parda	R$ 400,00 (Auxílio Brasil)	Vila Toninho	6 anos
B	63	F	branca	R$ 1.212,00 (BPC Idoso)	Vila Toninho	41 anos
C	26	F	negra	Auxílio Brasil + renda informal	Pazzotti	10 anos
D	33	F	parda	Auxílio Brasil + renda informal	Vila Toninho	3 anos
E	67	F	parda	R$ 1.800,00	São Judas	67 anos
F	77	F	negra	R$ 1.212,00	Vila Toninho	47 anos
G	70	F	branca	R$ 1.212,00	São Judas	43 anos
H	-	F	parda	R$ 400,00 (AB)	Vila Toninho	4 anos
I	-	F	branca	R$ 400,00 (AB)	Bela Vista III	20 anos
J	41	F	-	Auxílio Brasil + renda / faxina	Vila Toninho	3 anos
K	45	F	branca	R$ 400,00 (AB)	Vila Toninho	13 anos
L	66	F	branca	R$ 1.212,00	Vila Toninho	40 anos
M	68	F	negra	R$ 2.424,00	São Judas	30 anos
N	18	M	pardo	R$ 1.500,00 (informal)	Vila Toninho	16 anos
O	16	M	branco	R$ 1.212,00	Cristo Rei	16 anos

Fonte: Equipes Região Vila Toninho.

Enquanto potencialidades do território, o CRAS é o serviço mais citado e as respostas descrevem o órgão pelo seu fácil acesso e resolutividade às demandas. Na sequência, as respostas apontam como positivo ter UBSF no território, dando ênfase ao seu caráter de serviço essencial. O fato de existirem creche e escola próximas também é citado enquanto potencialidade, considerando que a educação é uma demanda diária de crianças e adolescentes.

Com exceção dos usuários que residem em loteamentos não incluídos no perímetro urbano, os que moram nos bairros consolidados como regulares apontam a existência de praças, pontos de ônibus e comércio estruturado variado (mercado, posto de gasolina, padaria e casa lotérica). Há afirmativa de senso de comunidade (bairro Cristo Rei) e citação de manter-se uma relação respeitosa onde não há tanta integração e ajuda mútua entre a comunidade.

A falta de especialista para atendimento pediátrico de emergência na UPA é o problema em destaque nas respostas. O atendimento pediátrico de urgência ocorre apenas em horário matutino e nos demais horários do dia a família somente consegue atendimento em unidade localizada em outra região da cidade, o que acarreta na demora do atendimento, considerando a distância das demais UPAs.

A violência é citada como problema no local. Há apontamentos sobre a falta de segurança pública no território, falta de ronda policial e uso de substância psicoativa em locais públicos. O adolescente entrevistado, identificado como usuário O (Cristo Rei), cita a violência policial no território.

Visto como problema, existem apontamentos sobre o trânsito de pessoas historicamente estigmatizadas pela sociedade por sua condição social vulnerável, como é o caso das pessoas em situação de rua e de dependentes químicos.

É abordada a questão de o poder público não cuidar devidamente da limpeza (lixo) e da estrutura física das vias públicas, considerando buracos nas ruas e calçadas. Além de pontuar outros problemas, a usuária I (Bela Vista III), moradora de loteamento irregular, pauta ainda a falta de zelo nos terrenos baldios considerando a existência de mato e as condições das casas vazias, sentindo o abandono com relação àquele bairro.

Falta de vagas em creche, necessidade de aumento de linhas de ônibus e ausência de agências bancárias também foram citados enquanto entraves.

No contexto dos usuários entrevistados, vê-se que os que não possuem problemas relacionados à renda ou desemprego são os idosos, considerando que são beneficiários do BPC, aposentados ou pensionistas. Os demais usuários não possuem segurança de renda, considerando situação de desemprego ou emprego informal esporádico, sendo que não há, dentre os entrevistados, usuários inseridos no mercado de trabalho por meio de emprego formal. A dificuldade de encontrar emprego, mesmo trabalho informal, é trazida à tona. Muitos dos usuários entrevistados sobrevivem apenas com a renda do benefício do Auxílio Brasil.

A questão da permanência de jovens muito tempo ociosos na rua é notória aos entrevistados, que relacionam este fato à ausência de atividades para os jovens no território. Os usuários afirmam a necessidade de oferta de cursos que visem ao desenvolvimento intelectual dos jovens, bem como cursos profissionalizantes, a fim de gerar a possibilidade de ingresso destes ao mercado de trabalho.

A ausência de escola que atenda em período noturno também foi indicada, o que proporcionaria aos jovens a possibilidade de atividades de trabalho ou estágio durante o dia. Os usuários verificam que o ensino escolar integral tem sido obsoleto e afirmam que seria mais proveitoso a substituição desse sistema pela existência de projetos em contra turno que ofertem cursos de informática e cursos profissionalizantes.

Foi mencionada a falta de área de lazer para os jovens. Há relato de existência de projeto social com ofertas de atividades diversas, porém com baixa adesão e pouca divulgação.

O tráfico de drogas é apontado como uma atividade praticada por jovens do território e pelos que residem em outros locais, mas comercializam entorpecentes naquela região. Ainda no que tange a questão relacionada às drogas, é sentida pelos usuários a ausência de um programa que auxilie jovens dependentes químicos ofertando reuniões periódicas.

A população jovem entrevistada afirma que os idosos frequentam as praças do território onde praticam atividades físicas como caminhada e exercícios na academia ao ar livre.

Os idosos sentem a necessidade de oferta de mais atividades de convivência, além das atividades realizadas pelo CRAS. É levantada a necessidade de oferta de atividades físicas diferenciadas das existentes no território e que possuem alto impacto nas condições de saúde, como dança, ginástica, natação e a hidroginástica. Os usuários sugerem a criação de clube para execução de atividades aquáticas e que possibilite, além de atividades físicas mais prazerosas com caráter recreativo, um local de lazer. É citado o CCF na Região Norte da cidade como sendo um equipamento de difícil acesso à população idosa desse território, devido à distância.

Idosos afirmam, ainda, que a locomoção no território é dificultada por entulhos e calçadas esburacadas. Falta atendimento aos idosos que possuem determinadas limitações em suas residências, possibilitando-lhes o acesso a serviços.

Ausências e necessidades no âmbito da política de saúde também são notórias. As sugestões são a ampliação de horários de atendimento da farmácia da UBSF para horários alternativos e aos finais de semana, necessidade de mais médicos e agilidade no atendimento dos serviços de saúde local aos idosos.

No que se referem às necessidades das crianças, os usuários afirmam ausência de equipamentos e serviços que ofertem modalidades variadas de esporte

e lazer. Citam ausência de brinquedos nas praças e, apesar da existência do projeto Aquário, sugerem ofertas de atividades para crianças em espaços públicos e seguros e a criação de centro comunitário. A usuária I (Bela Vista III), que reside em loteamento não regularizado, afirma que não há oferta de projetos para crianças em seu bairro.

No que tange à saúde, é explicitada a falta de pediatra na UPA e na UBSF. O atendimento odontológico no território também é apontado como precário, considerando a insuficiência de dentistas na USBF a fim de agilizar os atendimentos odontológicos. Há relatos de que a higiene bucal das crianças tem sido negligenciada nas escolas, portanto, seria viável estender programas de saúde à rede de ensino.

Uma das queixas no que se refere à locomoção e uso de transporte público é o valor atual das passagens, exceto os idosos que gozam do direito de não ter respectiva despesa. O ônibus público torna-se um serviço inacessível para a grande parte da população. A usuária H (Vila Toninho) afirma que nem sempre possui o dinheiro da passagem e, portanto, caminha até os serviços de que necessita.

A redução de linhas e horários é um problema atual do território e após a pandemia, o problema acentuou-se. A usuária J (Vila Toninho), que trabalha em outros bairros de faxineira, que é um serviço braçal pesado, necessita acordar bem mais cedo para chegar ao local de trabalho utilizando ônibus. Usuários de loteamentos irregulares têm ainda mais dificuldades com essa questão, visto que nestes bairros os horários de ônibus são extremamente reduzidos. A usuária I (Bela Vista III) reside em um bairro onde o ônibus circula somente em três horários no dia e, sendo beneficiária do projeto Viva Leite, menciona a dificuldade semanal em percorrer uma grande distância a pé para fazer a retirada do leite. A usuária C (Pazzotti) afirma que em seu bairro sequer tem serviço de transporte público e, quando chove, seus filhos não vão à aula. Tais dificuldades resultam em muito sofrimento a esta população no que tange à mobilidade.

O bairro Cristo Rei é apontando de forma positiva em relação à mobilidade. No local, usuários encontram muitos serviços próximos e há linha de ônibus a cada 15 minutos. O usuário O, que utiliza serviço de transporte por aplicativo afirma que este considera o local seguro já que que não há significativas dispensas de corridas por parte dos motoristas.

Sobre a política de Assistência Social, os participantes reconhecem o trabalho do CRAS no território, aludindo ser um “bom serviço”. Este fato pode estar diretamente relacionado ao tempo de uso dos serviços ofertados, pois se trata de usuários que, ao

longo do tempo, tiveram oportunidades de entender sobre as funções e objetivos do equipamento.

Dos entrevistados, dez residem no território há mais de 10 anos, sendo o de maior tempo, há 47 anos e o de menor, há 3 anos. Assim, foi possível trazer as impressões sobre as mudanças no território no decorrer do tempo em que ali residem. As principais mudanças observadas no perfil do bairro foram a infraestrutura (asfalto, linhas de ônibus) e também as relacionadas ao estigma do local, uma vez que “não se podia falar que morava na Vila Toninho, pois não arrumava trabalho, devido ao preconceito” (Usuária J) (sic). Além do reconhecimento na melhoria na oferta da educação, disponibilidade de comércio, e aumento da população. Foi citada a ausência de mudanças em um dos territórios com maior demanda de organização de infraestrutura e urbanização. Com relação ao perfil da população e segurança pública, o usuário O (Cristo Rei) citou que “o bairro ficou mais calmo, tem mais idosos. Aumentou a quantidade de policial. Também residem no bairro policiais aposentados”. (sic)

14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente diagnóstico visou assegurar a leitura e análise do território da Região Vila Toninho, que é dinâmico e contraditório, portanto, vivenciado de forma diferente pelos usuários dos serviços socioassistenciais. Foi construído coletivamente pelos equipamentos da Assistência Social, a partir do levantamento de dados históricos de formação da Região; da catalogação de políticas públicas existentes, da atuação dos equipamentos socioassistenciais; de entrevistas com a população; da coleta de dados com a rede de serviços públicos; e das imprescindíveis reflexões realizadas.

Apresenta a realidade social e cultural vivenciada por munícipes da Região Vila Toninho, abarcando as peculiaridades e as vivências inerentes a eles, as diversificadas demandas oriundas de cada ciclo de vida e as situações sociais e econômicas de sua população. Assim, objetivou-se identificar as fragilidades e potencialidades do território, bem como verificar a oferta de serviços públicos da Região, correlacionando ofertas e demandas com as situações de vulnerabilidade e risco social presentes na Região Vila Toninho.

Por se tratar de uma Região composta por bairros de diferentes realidades, as fragilidades encontradas também são distintas. A mobilidade e o acesso aos serviços para quem reside em loteamentos não regularizados são mais difíceis, tornando a vida desses cidadãos muito mais sofridas em vários aspectos: infraestrutura, saneamento básico, saúde, educação, assistência social, cultura, esporte e lazer.

Dentre outras dificuldades, o diagnóstico abarca a escassa oferta de atividades de lazer e cultura para adolescentes e jovens do território; o crescente aumento da atividade de tráfico e as decorrentes situações de violência; as diversas violações de direitos existentes no território, principalmente contra idosos; a falta de atendimento médico especializado no atendimento de urgência às crianças; a ausência de lideranças comunitárias e associações de moradores que corrobora com a inalteração de determinados problemas locais.

No entanto, além das fragilidades mencionadas, foi mostrada a potência existente na Região, que tem em sua história inúmeras marcas das transformações. Há um crescimento exponencial de indústrias no território, o que resulta em maior oferta de trabalho; os equipamentos de saúde têm se mostrado eficazes, atuantes na

prevenção e proteção das famílias atendidas; a oferta de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos é a maior dentre as regiões do município.

As análises apresentadas nos possibilitam identificar muitos desafios: faz-se necessário fortalecer a rede intersetorial; é imprescindível a disseminação e ampla divulgação das ações e ofertas de serviços ao público em geral bem como aos atores da rede; desenvolver ações comunitárias; ofertar serviços nas estâncias; ampliar a equipe do CRAS para fins de acompanhamento sistemático e efetivação de sua função protetiva.

Assim, conclui-se que o respectivo diagnóstico se apresenta como uma ferramenta poderosa para engendrar ações e projetos a fim de melhorar as condições de vida da população dessa Região.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal no. 8.069, de 13 de julho de 1990**, com suas alterações. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> . Acesso em 18/07/ 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Orientações técnicas: **Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2017.

BRASIL. **LEVANTAMENTO ANUAL SINASE 2017**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/LevantamentoAnualdoSINASE2017.pdf. Acesso em 17/07/2021.

BRASIL. **Dados e Indicadores SINASE**. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e adolescente/dados-e-indicadores/sinase. Acesso em 16/07/2021.

História do Café: Vila Toninho, a pequena Rio Preto. **Revista Cafeicultura**, 2007. Disponível em: https://revistacafeicultura.com.br/?mat=10363. Acesso em 03/06/2022.

SILVA, Ana Célia. Branqueamento e branquitude: conceitos básicos na formação para a alteridade. Apud: NASCIMENTO, A.D.,HETKOWSKI, T.M., (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

APÊNDICE 1 – Instrumental de coleta de dados com usuários

I – Identificação:

Idade:_____
Gênero:_____
Cor (autodeclarada):_____
Renda:_____
Bairro:_____
Há quanto tempo reside no território:_____

II – Questionário:

1 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de importante? Que atende as necessidades de sua família e comunidade? (Aqui, o objetivo da pergunta é levantar as potencialidades)
2 - O que você acha que a Região/bairro que você mora possui de problemas? Se sim, indicar quais?
3 - Você, sua família vivencia problemas relacionados ao desemprego e/ou não ter renda suficiente para sobreviver?
4 - O que você observa com relação às necessidades dos jovens do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos jovens às políticas públicas);
5 - O que você observa com relação às necessidades dos idosos do bairro. (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso dos idosos às políticas públicas);
6 - O que você observa com relação às necessidades das crianças no território/Região? (aqui o objetivo da perguntar é ver se a pessoa tem algum aspecto a considerar sobre problemas, tais como necessidade de acesso das crianças às políticas públicas);
7 - O que você observa de necessidade com relação à locomoção no bairro? Como é para acessar os serviços, fazer uso de transporte público? (aqui levantar a mobilidade, o recurso financeiro para o acesso: tem dificuldade com relação à mobilidade? tem dificuldade com relação a dinheiro para o transporte?)
Ainda referente a questão 7, caso a pessoa não elencar sobre a política de Assistência Social, perguntar: e referente aos serviços do CRAS, CREAS?
8 - Há quanto tempo reside no bairro?
9 - Quais as principais mudanças observadas no perfil do bairro, tendo como base o período em que se mudou para ele?

APÊNDICE 2 – Instrumental de coleta de dados com a rede socioassistencial e intersetorial

I – Identificação:
Política pública que representa:_____
Função que desempenha:_____
Há quanto tempo trabalha nesse local de trabalho:_____

II – Questionário:
Descrever como percebe as necessidades da vida das famílias/territórios em no que se refere:
1 - Acesso à renda (Descrever como percebe a necessidade das famílias com relação a renda);
2 - Acesso a emprego (Descrever como percebe a questão do emprego (trabalho formal, informal ou desemprego nas famílias/usuários atendidos na sua unidade de trabalho);
3 - Impactos das relações familiares (Descrever com percebe aspectos facilitadores e dificultadores das relações familiares na proteção ou desproteção das famílias/usuários na sua unidade de trabalho);
4 - O que você observa com relação às necessidades dos jovens do território/Região?
5 - O que você observa com relação às necessidades das crianças no território/Região?
6 - O que você observa com relação às necessidades dos idosos no território/região?
7 - Como se manifesta as relações de solidariedade no território/região (vizinhos, parentes, amigos, igreja, comunidade);
8 - Como você avalia a articulação entre as políticas públicas no território para atender as demandas das famílias/usuários do território/Região (o objetivo é levantar a articulação da rede e acesso dos usuários/famílias as diversas políticas públicas):
9 - Percebe alguma dificuldade com relação ao território/Região? Quais?
10 - Percebe potencialidade (s) no território/Região? Quais?

PARTE III

GLOSSÁRIO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Conceitos aplicados ao trabalho social

SUMÁRIO

Apresentação....146
A....147
Abrangência....147
Acolhida....147
Acolhida no Serviço....147
Acolhida Particularizada....147
Acolhida no Domicílio....148
Acolhida em Grupo....148
Ação Particularizada....148
Ação Particularizada no domicílio....149
Ação Comunitária....149
Ação Indireta....149
Ação não continuada....149
Acolhimento institucional....150
Acompanhamento Especializado....150
Acompanhamento Familiar....150
Acompanhamento familiar em grupo....151
Acompanhamento familiar particularizado....151
Acompanhamento psicossocial....152
Articulação de rede (trabalho em rede)....152
Ato infracional....152
B....153
Benefício de Prestação Continuada (BPC)....153
Benefícios eventuais....153
Busca ativa....153
Busca ativa na Proteção Social Básica....154
Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social)....154
C....155
Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único)..155

Carteira do idoso.....155
Centro de Convivência da Família (CCF) 155
Centro de Convivência da Juventude (CCJ).....155
Centro de Convivência do Idoso (CCI) 156
Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) 156
Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).....156
Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS).....156
Ciclo de vida.....157
D.....158
Demanda Reprimida.....158
E.....159
Encaminhamento.....159
Estudo Social.....159
F.....160
Formas de acesso.....160
G.....161
Grupo.....161
O.....162
Oficinas.....162
Oficina com famílias.....162
P.....163
Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF.....163
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI.....163
Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua.....163
Plano Individual de Atendimento (PIA) 164
Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) 164
R.....165
Risco Social.....165
S.....166
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....166
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....166

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....166
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).....167
Serviço Especializado em Abordagem Social.....167
Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) 168
Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....168
V.....170
Violação de direitos.....170
Vulnerabilidade social.....170
REFERÊNCIAS.....172

APRESENTAÇÃO

O “Glossário da Assistência Social: conceitos aplicados ao trabalho social” produzido pela Secretaria Municipal de Assistência Social de São José do Rio Preto (SEMAS) é composto por conceitos-chave que aparecem de forma recorrente nas publicações mais representativas da área da Assistência Social.

O presente trabalho nasceu da necessidade de socializar e ao mesmo tempo buscar alinhar conceitos, na tentativa de oferecer uma fonte de consulta a todos os atores sociais do campo da assistência social. Nesse sentido, busca trazer para a reflexão alguns termos existentes em outros glossários ou documentos similares, dando a oportunidade de abrir alguns caminhos para dialogar com trabalhadores do SUAS, gestores, conselheiros, usuários, estudantes e demais interessados.

O conjunto de conceitos que integra este Glossário foi construído inicialmente a partir de uma primeira pesquisa conjunta iniciada em meados de 2015, com parte dos técnicos e técnicas da Secretaria, sobre os principais conceitos que apareciam no seu cotidiano profissional e nas suas leituras.

A SEMAS realizou *Oficinas para nivelamento de Conceitos* entre os anos de 2018 e 2019 com seus trabalhadores, visando a identificar os conceitos com entendimentos diversos. Por meio das Oficinas foi possível aprimorar a comunicação e o entendimento, bem como a definição conjunta de uma proposta de vocabulário comum a todos, tendo como base as legislações/normativas elaboradas pelo então Ministério da Cidadania e pela Política Nacional de Assistência Social. Os conceitos encontram-se definidos nesse Glossário e poderão ser retomados pelos trabalhadores, sempre que necessário.

Esta é uma publicação que resulta da atuação de muitos trabalhadores e trabalhadoras ao longo dos últimos anos e que avança na perspectiva de que todos e todas fazemos Proteção Social. O Departamento de Vigilância Socioassistencial sistematizou os materiais que haviam sido elaborados pelas equipes, respeitando o resultado de suas produções e elencou os principais conceitos utilizados no trabalho social. O documento apresenta os conceitos em ordem alfabética.

Eis um produto a serviço dos trabalhadores do SUAS e de uma política social que se estabelece enquanto direito do cidadão e dever do estado.

Helena Marangoni

Secretária de Assistência Social

A

Abrangência referência territorializada da procedência dos usuários e do alcance do serviço, delimitados de acordo com as especificidades de cada município (BRASIL, 2009a).

No ano de 2018, com base no decreto 18.037, São José do Rio Preto passou a ser dividida em 10 regiões: Bosque, Central, CEU, Cidade da Criança, HB, Pinheirinho, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho. O Decreto buscou padronizar e unificar as diferentes regiões da cidade, já que antes cada secretaria tinha sua própria divisão administrativa (SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, 2019).

Acolhida constitui uma importante dimensão inerente ao trabalho social, compreendida sob duas perspectivas: 1-como ação/procedimento de acolhida, caracterizada pelo contato inicial das famílias/indivíduos com os serviços de assistência social, que envolve o recebimento dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em local com infraestrutura adequada e profissionais qualificados, e o direcionamento das suas demandas, contribuindo para a humanização do atendimento socioassistencial (BRASIL, 2011a). Tem como objetivo identificar as necessidades apresentadas pelas famílias e indivíduos, avaliar se realmente constitui situação a ser atendida e identificar demandas imediatas de encaminhamentos. Esse momento irá nortear as primeiras ações do profissional, bem como contribuirá para o início da construção de vínculo de referência e de confiança; 2- A postura acolhedora, ética e de respeito à dignidade e não-discriminação, afiançada pela segurança de acolhida, que deve nortear todas as ações na Assistência Social, na perspectiva do reconhecimento do usuário enquanto sujeito de direitos (BRASIL, 2011a, p. 59).

Acolhida no Serviço refere-se ao processo de acolhida que ocorre no espaço físico das unidades do SUAS. [...] é preciso garantir locais adequados, configurados para assegurar o bem-estar das famílias, ao expor suas demandas e vulnerabilidades, e para resguardar o sigilo das informações, devendo ocorrer, portanto, em uma sala de atendimento. Essa atividade, geralmente, é antecedida pela recepção da família na Unidade da rede socioassistencial (BRASIL, 2012, p. 22).

A acolhida no Serviço pode ser **particularizada** ou em **grupo**.

Acolhida Particularizada é o processo de acolhida de uma família, ou algum de seus membros, de modo particularizado. É o momento no qual o profissional

preenche ou atualiza o Prontuário da Família. Pode ocorrer no equipamento ou no domicílio da família (BRASIL, 2012, p. 22).

Acolhida no Domicílio consiste no processo de acolhida de uma família, ou de algum de seus membros, no seu próprio domicílio. Essa forma de acolhida deve ser utilizada em situações específicas, nas quais as famílias não respondem ao convite para comparecer à Unidade de Atendimento ou vivenciam situações de vulnerabilidade ou risco social e não procuram o Serviço. [...] deve ser pautada nos princípios de respeito à privacidade da família e da sua autonomia, tanto no que diz respeito à receptividade em seu domicílio, quanto à disponibilidade para responder às perguntas e para sua inserção nas demais ações dos Serviços Socioassistenciais [...] (BRASIL, 2012, pp. 22-23).

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Acolhida em Grupo é o processo de acolhida realizado de modo coletivo (duas ou mais famílias). Utiliza-se como estratégia a formação de pequenos grupos de acolhida para: a) repasse de informações gerais sobre o Serviço; b) escuta das demandas gerais das famílias; c) compreensão dos impactos do território sobre tais demandas, e d) publicização e discussão de assuntos de interesse de um grande número de famílias ou da comunidade (informações sobre o Benefício de Prestação Continuada, Programa Bolsa Família, outras políticas públicas, inclusão produtiva etc.). [...] As acolhidas particularizadas e em grupo se complementam [...]. (BRASIL, 2012, p. 21)**.**

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, os conceitos foram validados da seguinte forma:

- A acolhida é a primeira ação realizada para a família nos Serviços;
- Em caso de mudança de território ocorrerá uma nova acolhida;
- A acolhida em Grupo não exclui a necessidade da realização da acolhida particularizada, nem impede a realização de acolhida particularizada.

Ação Particularizada refere-se ao atendimento prestado pela equipe técnica do equipamento à família - algum (ns) membro (s) ou todo o grupo familiar, após a

acolhida, de modo individualizado. A opção pela utilização de ações particularizadas [...] têm por princípio conhecer a dinâmica familiar mais aprofundadamente e prestar um atendimento mais específico à família (BRASIL, 2012, pp. 41-42)**.**

A ação particularizada pode ocorrer no **Serviço** ou no **domicílio**.

Ação Particularizada no domicílio é o processo de atendimento individualizado prestado à família em sua unidade domiciliar [...]. O deslocamento até o domicílio da família possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as formas de convivência comunitária e arranjos familiares - rol de informações muito importantes para adequar as ações do PAIF para o alcance do seu caráter preventivo e protetivo (BRASIL, 2012, p. 43)**.**

***Observação:** conforme definido na oficina de conceitos da SEMAS, para fins de relatório circunstanciado e Registro Mensal de Atendimentos (RMA) a visita domiciliar corresponde à soma da ação particularizada no domicílio e da acolhida no domicílio.

Ação Comunitária são ações de caráter coletivo, voltadas para a dinamização das relações no território. Possuem escopo maior que as oficinas com famílias, por mobilizar um número maior de participantes, e devem agregar diferentes grupos do território a partir do estabelecimento de um objetivo comum (BRASIL, 2012, p. 37)**.**

São exemplos de ações comunitárias as palestras, campanhas, eventos comunitários e mobilizações (BRASIL, 2012).

Ação Indireta de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste em toda ação realizada indiretamente, quando não se está pessoalmente diante do usuário do Serviço: articulação com a rede, reunião para discussão de caso, contato telefônico, elaboração de relatório, dentre outras ações elencadas por cada Serviço.

Ação não continuada de acordo com a oficina de conceitos realizada pela SEMAS, consiste no atendimento pontual ao usuário/pessoa. Após a avaliação técnica é compreendido que não se apresenta demanda de atendimento para a política de assistência social naquele momento. Utilizada para casos específicos e excepcionais, por exemplo: pessoa tem casa no território (herança), mora em outro município e foi pedir orientação no Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) sobre inventário; idoso aposentado procurou o CRAS para o benefício de tarifa social, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros

atendimentos; pessoa procurou para informações a respeito do programa minha casa minha vida, não possui critérios e não apresenta vulnerabilidades que demandem outros atendimentos.

Acolhimento institucional Serviço inserido no escopo da Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares e comunitários rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral (BRASIL, 2009b, p. 44).

Deve ofertar, em consonância aos princípios e diretrizes do SUAS, condições para alimentação, higiene, respeito à individualidade e autonomia. As unidades de acolhimento são classificadas de acordo com o público. Para crianças e adolescentes: casa-lar e abrigo institucional; para adultos e famílias o abrigo institucional e casa de passagem; para mulheres em situação de violência o abrigo institucional; para jovens e adultos com deficiência as residências inclusivas e para idosos a casa-lar e o abrigo institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos - ILPI) (BRASIL, 2009b, p. 49-50).

Acompanhamento Especializado no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) compreende atendimentos continuados e uma gama de possibilidades para seu desenvolvimento, segundo as demandas e especificidades de cada situação (atendimentos individuais, familiares e em grupo; orientação jurídico-social; visitas domiciliares, etc.). Proporciona espaço de escuta qualificada e reflexão, além de suporte social, emocional e jurídico-social às famílias e aos indivíduos acompanhados, visando ao empoderamento, enfrentamento e construção de novas possibilidades de interação familiares e com o contexto social (BRASIL, 2011a, p. 60).

Acompanhamento Familiar no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e de acordo com o artigo 20 do Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda no âmbito do SUAS, o acompanhamento familiar consiste no desenvolvimento de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilite à família o acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações - sejam elas familiares ou comunitárias.

Comporta, portanto, um conjunto variado de ações, que devem ser planejadas e executadas pelos profissionais do SUAS, com participação ativa da família. O acompanhamento é destinado às famílias que apresentam situações de vulnerabilidades, que requerem a proteção da assistência social para garantia de seus direitos socioassistenciais, acesso aos direitos sociais e ampliação de sua capacidade protetiva, demandando, para isso, uma atenção diferenciada, um olhar mais atento dos profissionais do CRAS, na medida em que essas situações vivenciadas, caso não sofram imediata intervenção profissional, podem tornar-se risco social e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

Acompanhamento familiar em grupo o processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder situações de vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias com forte incidência no território. Neste sentido, faz-se necessário realizar um bom diagnóstico socioterritorial - conhecer suas vulnerabilidades e potencialidades e sua incidência, de modo a constituir grupos de famílias com afinidades, necessidades e características similares, de forma a efetivar seu acompanhamento, tornando-o um processo de compartilhamento de experiências entre os participantes, de reflexão sobre a realidade, de acesso à informação sobre direitos, de apoio à família em sua função protetiva e de construção de projetos de vida que possibilitem ampliação dos direitos sociais. A formação de um grupo é marcada pela inserção de seus participantes na sociedade, pelas determinações econômicas, sociais e culturais. Assim, a técnica de trabalho em grupo é mais do que a junção de várias pessoas para conversar sobre um tema ou repassar informações. Requer a existência, entre seus participantes, de uma interação social e algum tipo de vínculo. Pode-se dizer que a passagem da condição de agrupamento para a de um grupo, consiste na transformação de interesses comuns para a de interesses em comum (BRASIL, 2012, p. 70-71).

Acompanhamento familiar particularizado deve ser proposto às famílias em situações de vulnerabilidades, em condições desfavoráveis para acompanhamento em grupo: seja porque a família demanda uma atenção imediata, por risco de retornar à situação de extrema pobreza ou recair em risco social; nos casos em que a família tem dificuldades de se deslocar até o CRAS; por necessidade de proteção a algum de seus membros; quando a família não se sente à vontade para participar do acompanhamento em grupo; quando a situação demanda sigilo; ou quando seus horários são incompatíveis com os do(s) grupo(s) (BRASIL, 2012, p.75).

Acompanhamento psicossocial de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas diz respeito à atuação conjunta de profissionais cujo objetivo é direcionar a ação de maneira mais abrangente com conhecimentos e habilidades específicas de diferentes áreas [...]. Exige frequência e sistematização dos atendimentos, utilizando-se de diferentes metodologias e instrumentais. Nessa intervenção o foco está em conhecer o indivíduo e/ou família identificando demandas explícitas e implícitas levando em conta seu contexto social, cultural, a rede que acessa e/ou conta, as dificuldades vivenciadas, expectativas dentre outros aspectos. É também o espaço onde será possível estabelecer vínculo, favorecendo uma relação de discussão e reflexão sobre as dificuldades encontradas no cotidiano, promovendo o fortalecimento de potenciais e autonomia, mantendo um olhar para os aspectos que constituem fenômenos sociais e interferem na vida de indivíduos, famílias e grupos (BRASIL, 2013, p. 68).

Articulação de rede (trabalho em rede) é o processo pelo qual se cria e mantém conexões entre diferentes organizações, a partir da compreensão do seu funcionamento, dinâmicas e papel desempenhado, de modo a coordenar interesses distintos e fortalecer os que são comuns (BRASIL, 2009a, p. 21).

Ato infracional de acordo com as disposições gerais do Capítulo I do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) "Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal; Art. 104. são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei" (BRASIL, 1990, p. 3568).

O Art. 112 do ECA versa sobre as medidas socioeducativas, que é aplicada aos adolescentes quando verificada a prática de ato infracional (BRASIL, 1990).

B

Benefício de Prestação Continuada (BPC) garantia de um salário mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família, considera-se o critério de renda per capita de ¼ de salário mínimo para essa avaliação. O benefício é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome e operacionalizado pelo INSS. Os recursos para custeio do BPC provêm do Fundo Nacional de Assistência Social - Ministério do Desenvolvimento Social (BRASIL, 1993).

Benefícios eventuais são um tipo de proteção social que se caracteriza por sua oferta de natureza temporária para prevenir e enfrentar situações provisórias de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por nascimentos, mortes, vulnerabilidades temporárias e calamidades. [...]. Concedidos em forma de pecúnia, bens ou serviços, buscando garantir as seguranças sociais de acolhida, convívio e sobrevivência aos indivíduos e às famílias, com impossibilidade temporária de arcar, por conta própria, com o enfrentamento de situações de vulnerabilidade decorrentes ou agravadas por contingências que causam danos, perdas e riscos, desprotegendo e fragilizando a manutenção e o convívio entre as pessoas (BRASIL, 2018, p. 16).

As Orientações Técnicas para Benefícios Eventuais no SUAS irão tratar de cada benefício eventual, inclusive os que historicamente relacionam-se à Assistência Social, mas são de responsabilidade de outras políticas públicas.

Busca ativa é utilizada como ferramenta de gestão e estratégia de aproximação às famílias para processo de inserção nos programas e serviços ofertados na rede socioassistencial. É definida como uma procura de informações por meio do deslocamento das equipes de referência ao território e tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social para ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social, bem como as [...] “potencialidades e recursos culturais, econômicos, sociais e políticos” do território, as redes sociais de apoio e as necessidades de articulação da rede socioassistencial para a efetividade da proteção social. Portanto, envolve as equipes de referência, o território e as decisões da gestão. (BRASIL, 2009a, p.30).

Conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS, serão consideradas:

Busca ativa na Proteção Social Básica é o deslocamento da equipe ao território para buscar famílias que não tem prontuário e famílias que tem prontuário, mas se encontra sem nenhum registro de atendimento, por um ano e meio (18 meses);

Busca ativa na Proteção Social Especial (Serviço Especializado em Abordagem Social) é a identificação da incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras situações de violação de direitos;

Na operacionalização não será considerado como busca ativa: contato telefônico ou meio eletrônico, correspondência e para famílias que tem prontuário com registro de atendimento a menos um ano e meio (18 meses).

C

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Desde 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo utilizado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família, da Tarifa Social de Energia Elétrica, do Programa Minha Casa Minha Vida, entre outros. Também pode ser usado para a seleção de beneficiários de programas ofertados pelos governos estaduais e municipais. Por isso, ele funciona como uma porta de entrada para as famílias acessarem diversas políticas públicas. A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome é o gestor responsável, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único. O Cadastro Único está regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e outras normas (BRASIL, 2019a).

Carteira do idoso é o instrumento de comprovação para que o idoso tenha acesso gratuito ou desconto de, no mínimo, 50% no valor das passagens interestaduais, de acordo com o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). Além do Número de Identificação Social - NIS, a carteira dos Idosos traz informações de identificação do idoso e do município em que ele mora e a foto. [...] é fornecida somente para idosos com mais de 60 anos que não possuem meios de comprovação de renda e que recebam até dois salários mínimos (BRASIL, 2019b).

Centro de Convivência da Família (CCF) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a toda a família, de acordo com as faixas etárias contidas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b).

Centro de Convivência da Juventude (CCJ) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos a adolescentes e jovens de 12 a 29 anos.

Centro de Convivência do Idoso (CCI) unidade pública municipal da Proteção Social Básica destinada à prestação de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à população idosa residente no município a partir dos 60 anos.

Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro POP) unidade pública municipal destinada à prestação de serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas com espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (BRASIL, 2009b, p. 40).

Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) [...] Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS [...]. O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (BRASIL, 2009a, p.9).

O município de São José do Rio Preto possui treze CRAS:

Antunes, Centro, Eldorado, Jardim Belo Horizonte, João Paulo II, Lealdade e Amizade, Novo Mundo, Parque da Cidadania Santo Antônio, São Deocleciano, Schmitt, Solo Sagrado e Vila Toninho.

Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) unidade pública e estatal, de abrangência municipal ou regional. Oferta, obrigatoriamente, o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) (BRASIL, 2011a, p. 20).

Responsável pela oferta de atenções especializadas de apoio, orientação e acompanhamento a indivíduos e famílias com um ou mais membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Os objetivos são: fortalecer as redes sociais de apoio à família; contribuir no combate a estigmas e preconceitos; assegurar proteção social imediata e atendimento interdisciplinar às pessoas em situação de violência visando à sua integridade física, mental e social; prevenir o abandono e a institucionalização; fortalecer os vínculos familiares e a capacidade protetiva da família (BRASIL, 2011a).

No município de São José do Rio Preto existem dois CREAS, sendo CREAS I e CREAS II, e as equipes são divididas por região como forma de fortalecer as articulações com o território:

CREAS I - Bosque, Central, HB, Represa, Schmitt, Talhado e Vila Toninho;

CREAS II - CEU, Cidade da Criança e Pinheirinho.

Executam o PAEFI e o Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Ciclo de vida etapas do desenvolvimento do ser humano como infância, adolescência, juventude, idade adulta e das pessoas idosas bem como o desenvolvimento familiar, marcado, por exemplo, pela união dos parceiros, separação, recasamento, nascimento e desenvolvimento dos filhos e netos, morte e outros eventos (BRASIL, 2006).

D

Demanda Reprimida conforme pactuado na oficina de conceitos da SEMAS é quando o usuário atende aos critérios para o acesso ao serviço e/ou benefício, contudo, não é possível sua efetivação.

Na operacionalização não serão considerados como demanda reprimida: demandas de outras políticas públicas trazidas pelo usuário; usuários que não atendam aos critérios de programas, serviços e benefícios do governo estadual/federal. Segundo Silva (2009) a demanda reprimida ocorre quando a oferta do serviço prestado é inferior ao serviço existente, ou seja, quando o usuário possui critério para acesso, procura o serviço/benefício da Política de Assistência Social e a unidade não consegue atender ou por deficiência da própria unidade ou por impedimento do próprio usuário.

E

Encaminhamento é o processo de orientação e direcionamento das famílias, ou algum de seus membros, para serviços e/ou benefícios socioassistenciais ou de outros setores. Tem por objetivo a promoção do acesso aos direitos e a conquista da cidadania. Os Encaminhamentos no âmbito do SUAS pressupõem contatos prévios e posteriores da equipe técnica dos serviços e o estabelecimento de fluxos, de forma a possibilitar a efetivação do encaminhamento, garantir o retorno da informação e o efetivo atendimento e inclusão da família. Deve ser formalizado por meio de algum tipo de documento ou formulário que possa ser entregue ao usuário e à usuária e/ou enviado para a outra unidade. O documento de encaminhamento deve, no mínimo, identificar a pessoa encaminhada, a unidade de origem, a unidade de destino e o motivo do encaminhamento. Tal documento também deve ter a identificação do profissional que o fez (BRASIL, 2012, p.44-47).

Estudo Social conforme documento produzido na oficina de conceitos da SEMAS é realizado pelos profissionais de nível superior dos CRAS, CREAS e CENTRO POP por meio de entrevista, visita domiciliar, observação, instrumental de vulnerabilidade social, entre outros. Conforme as Orientações PAIF vol. 2 é a análise tecnicamente qualificada sobre a família, determinante para explicitar a necessidade de inserção da família no atendimento ou no acompanhamento familiar. Neste momento, os profissionais responsáveis deverão, em conjunto com as famílias: enumerar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas, buscando compreender suas origens e consequências; identificar as potencialidades e recursos que as famílias possuem; identificar/reconhecer as características e especificidades do território que influenciam e/ou determinam as situações de vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias. O estudo social da situação familiar constitui momento de compreensão da realidade vivenciada pelas famílias, bem como de afirmação da assistência social como direito de cidadania e dever do Estado (BRASIL, 2012, p.18).

F

Formas de acesso de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS os usuários têm acesso a serviços e ações ofertados pela política de assistência social, em geral, por demanda espontânea, busca ativa, encaminhamentos da rede socioassistencial e/ou encaminhamentos de serviços das demais políticas públicas. Os serviços de Proteção Social Especial, pela sua especificidade de atendimento, são acessados também por encaminhamentos dos serviços de proteção, incluindo o serviço de abordagem social e dos demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (BRASIL, 2009b).

G

Grupo de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, na concepção de Pichon-Rivière, o grupo apresenta-se como instrumento de transformação da realidade, e seus integrantes passam a estabelecer relações grupais que vão se constituindo, na medida em que começam a partilhar objetivos comuns, a ter uma participação criativa e crítica e a poder perceber como interagem e se vinculam (BASTOS, 2010, p. 164).

[...] é através do reunir-se com um grupo de semelhantes (reunião de duas ou mais pessoas que desempenham determinados papéis sociais em torno de uma tarefa que lhes diz respeito) que os indivíduos podem analisar e compreender os fenômenos sociais, os quais estão intimamente ligados ao modo de produção capitalista, tendo assim condições de reivindicar seus direitos perante a sociedade (SILVA; GUEDES, 2015, p. 184).

O acompanhamento em grupo ocorre quando os objetivos a serem atingidos forem de **longo prazo**, ou seja, demandam um processo de caráter continuado e planejado, por período de tempo determinado, no qual há, a partir de vulnerabilidades, demandas e potencialidades apresentadas pela família e a definição dos objetivos a serem alcançados. O processo de acompanhamento familiar em grupo é indicado para responder **situações de vulnerabilidades** vivenciadas pelas famílias; quando o foco for a garantia das seguranças afiançadas pela política de assistência social e a promoção do acesso das famílias aos seus direitos, com vistas ao fortalecimento da capacidade protetiva da família, a partir das respostas do Estado para sua proteção social. Observação: uma família que participa de uma oficina pode demandar inserção em processo de acompanhamento familiar (Brasil, 2012, p. 75).

O

Oficinas [...] consistem em atividades de esporte, lazer, arte e cultura no âmbito do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Também é possível realizar atividades recreativas [...]. Essas atividades podem ser resultado, inclusive, de articulações intersetoriais no âmbito municipal e do Distrito Federal. [...] Vale destacar, entretanto, que as oficinas, as palestras e as confraternizações eventuais, por si só, não constituem o SCFV, são estratégias para tornar os encontros dos grupos atrativos e, com isso, dialogar com o planejamento dos percursos, com os temas abordados junto aos usuários e com os objetivos a serem alcançados nos grupos. São atividades utilizadas como recursos para discutir assuntos apresentados pelos componentes dos grupos; para reunir a família num momento festivo - com lanches, músicas e brincadeiras - para proporcionar a interação entre diversas gerações familiares e com os demais sujeitos do território (BRASIL, 2017a, p. 75).

Oficina com famílias de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS consiste na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um conjunto de famílias, por meio de seus responsáveis ou outros representantes, sob a condução de técnicos de nível superior da equipe (BRASIL, 2012). As oficinas com famílias devem buscar articular diversas dimensões que propiciam a mudança social por meio da transformação das crenças, práticas, relações dos sujeitos sociais e nível de participação social das famílias, utilizando-se da informação com ênfase na reflexão, na convivência e na ação (BRASIL, 2012, p.35).

P

Plano de Acompanhamento Familiar no PAIF de acordo com revisão bibliográfica realizada pela oficina de conceitos da SEMAS, no âmbito dos serviços ofertados no CRAS, através do PAIF, consiste no planejamento conjunto entre a(s) família(s) e profissional do acompanhamento familiar, imprescindível para o alcance dos objetivos desse processo. No Plano devem ser descritas: as demandas e necessidades da(s) família(s); as vulnerabilidades a serem superadas; as potencialidades que o(s) grupo(s) familiar(es) possui(em) e que devem ser fortalecidas, a fim de contribuir nas respostas às vulnerabilidades apresentadas pela(s) família(s); os recursos que o território possui que podem ser mobilizados na superação das vulnerabilidades vivenciadas pela(s) família(s); as estratégias a serem adotadas pelos profissionais e família(s) no processo de acompanhamento familiar; os compromissos da(s) família(s) e dos técnicos (enquanto representantes do Estado) no processo de superação das vulnerabilidades; o percurso proposto para o acompanhamento [...] (BRASIL, 2012, p.67-68).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no PAEFI no âmbito dos serviços ofertados no CREAS é necessário que para cada família/ indivíduo, seja traçado o Plano de Acompanhamento. Nesse instrumento, faz-se necessário o apontamento de objetivos, estratégias e recursos que possam contribuir para o trabalho social, considerando as particularidades e o protagonismo de cada família e indivíduo. Construído gradualmente e de forma participativa ao longo da vinculação e acompanhamento, deve ser continuamente revisto pela equipe. O Plano tem a função de, instrumentalmente, organizar a atuação interdisciplinar no CREAS, delineando, operacional e metodologicamente, o caminho a ser seguido por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados com os usuários. Portanto, é fundamental garantir a sua dinamicidade, reformulações e aprimoramento, baseados nas intervenções realizadas, nos resultados alcançados e no processo vivenciado por cada indivíduo ou família (BRASIL, 2011a, p. 69).

Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar no Serviço Especializado para População em Situação de Rua constitui importante instrumento de trabalho e tem a função de organizar a atuação interdisciplinar da equipe[5] e delinear, operacionalmente e metodologicamente, o caminho a ser seguido

[5] No âmbito do Serviço ofertado pelo Centro Pop.

por todos os profissionais, possibilitando o monitoramento e a avaliação dos resultados alcançados. Importante destacar que o Plano de Acompanhamento precisa envolver a participação protagonista dos usuários nesse processo, que deve considerar a realidade de vida e a singularidade de cada sujeito e família acompanhados. Por meio de metodologia participativa, o Plano deve ser construído gradualmente, desde o momento da acolhida inicial, e ser reavaliado continuamente ao longo do acompanhamento no Serviço, considerando o processo de cada família ou indivíduo atendido. É necessário, portanto, que seja flexível, dinâmico e repactuado sempre que necessário (BRASIL, 2011b, p. 83-84).

Plano Individual de Atendimento (PIA) está previsto na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que estabelece a obrigatoriedade de sua elaboração na execução das medidas socioeducativas, definindo-o como "instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente". [...] O PIA é um instrumento de planejamento que deve ser pactuado entre o técnico e o adolescente, envolvendo a sua família e as demais políticas setoriais, conforme os objetivos e as metas consensuadas na sua elaboração. Deve ser utilizado como ferramenta para a convergência das ações intersetoriais, estabelecendo objetivos e metas a serem cumpridas pelo adolescente (BRASIL, 2016, p.59).

Plano de Desenvolvimento do Usuário (PDU) é um instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário, que corresponde ao planejamento particularizado do acompanhamento de cada usuário a partir de suas demandas, singularidades e dos objetivos a serem alcançados. O PDU estrutura o trabalho social do Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, com cada usuário e sua família. É elaborado a partir do conhecimento de contextos, consensos, combinados, compromisso e responsabilidades assumidas de ambas as partes: Serviço, usuário, cuidador (a) e família - também as redes de apoio existentes no território. No caso de o usuário morar sozinho, é necessário consensuar com ele (a) o envolvimento da família na elaboração do PDU, essa atitude traduz-se em respeito à sua autonomia (BRASIL, 2017b, p. 91).

R

Risco Social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS relaciona-se à possibilidade da ocorrência de um evento na vida de um indivíduo ou de uma família, expressando-se pela suspeita ou por episódios de violência, abandono, negligência, abuso e exploração sexual, situação de rua, trabalho infantil, ato infracional, etc. (BRASIL, 2011a). As situações de vulnerabilidades sociais podem ser agravadas, transformar-se em situação de risco e/ou violação de direitos (BRASIL, 2012).

S

Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) deve ser executado exclusivamente pelos CRAS e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O trabalho social do PAIF deve utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço. As ações não devem possuir caráter terapêutico (BRASIL, 2009b, p. 12). As ações que compõem o Trabalho Social com Famílias do PAIF são: acolhida, oficinas com famílias, ações comunitárias, ações particularizadas e encaminhamentos (BRASIL, 2012).

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários**,** de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social (BRASIL, 2009b, p. 16).

Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas O serviço tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo a situação de risco, a exclusão e o

isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço (BRASIL, 2009b, p. 25).

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) Deve ser executado exclusivamente pelos CREAS, sendo um serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias com um ou mais de seus membros em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. São usuários do Serviço famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de: violência física, psicológica e negligência; violência sexual (abuso e/ou exploração sexual); afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua e mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia; outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar; descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família em decorrência de violação de direitos (BRASIL, 2009b, p. 29).

Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado, de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros. O Serviço deve

buscar a resolução de necessidades imediatas e promover a inserção na rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas na perspectiva da garantia dos direitos (BRASIL, 2009b, p. 31).

Serviço de Proteção Social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) O Serviço tem por finalidade prover a atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida (BRASIL, 2009b, p. 34).

De acordo com o ECA, Art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho (BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvidos o orientador, o Ministério Público e o defensor (BRASIL, 1990).

Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Serviço Executado pelo Centro Pop, é um serviço ofertado para pessoas que utilizam as ruas como espeço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na

perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida (BRASIL, 2009b, p. 40).

V

Violação de direitos de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da Semas constitui-se como a transgressão dos direitos fundamentais, compostos pelo direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, garantidos pela Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º. As violações de direitos constituem fenômenos de causas multifatoriais, não podendo ser compreendidas, portanto, apenas como resultantes da desigualdade social e da pobreza. Além disso, podem ser analisadas pela ótica do não acesso às vias de restituição dos direitos violados, ou seja, no não acesso ao exercício pleno da cidadania (ASSIS, FONSECA, FERRO, 2018). De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009) as famílias e indivíduos vivenciam violações de direitos por ocorrência de violências (física, psicológica, negligência e sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção, tráfico de pessoas, situação de rua, abandono, vivência de trabalho infantil, discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia, outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar, descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família PBF em decorrência de violação de direitos.

Vulnerabilidade social de acordo com revisão bibliográfica realizada por meio da oficina de conceitos da SEMAS, na Política Nacional de Assistência Social frequentemente aparece junto com o termo risco social, não se notando discernimento entre elas e remetendo a uma complementaridade. [...]. Nas Orientações Técnicas sobre o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (2012), evidencia-se a preocupação de explorar o conceito de vulnerabilidade e as relações com o risco. O documento se apoia em autores que reconhecem que o conceito é complexo, sendo a vulnerabilidade uma condição relacionada à inserção e estabilidade no mercado de trabalho, à fragilidade de suas relações sociais e à regularidade e qualidade de acesso aos serviços públicos ou outras modalidades de proteção social. O risco é tido, assim, como decorrente da não prevenção das situações de vulnerabilidade social.

Pode-se dizer que, no campo socioassistencial, há uma descrição ampla sobre o que compõe a vulnerabilidade social, entendida não como um estado, mas como uma condição que pode ser temporária. Dessa maneira, as ações da proteção básica

têm como alvo as situações de vulnerabilidade social, preconizando ações voltadas para a atenção e prevenção a situações de risco (FERNANDES, R. M. C., HELLMANN, A., 2016, p.302).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; FONSECA, Tatiana Maria Araújo da; FERRO, Viviane de Souza**. Proteção social no SUAS a indivíduos e famílias em situação de violência e outras violações de direitos: fortalecimento da rede socioassistencial.** Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: Gerência Regional de Brasília, 2018.

BASTOS, Alice Beatriz B. Izique. A técnica de grupos-operativos à luz de Pichon-Rivière e Henri Wallon. **Psicologo informacao Psicol inf**. vol.14 n.14 São Paulo out. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-88092010000100010. Acesso em: 27 maio 2019.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. **Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília: CFP, 2013. Disponível em: http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOPCREAS.pdf. Acesso em: 15 fev. 2019.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, D.F: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 25 ago. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 8742, de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a Organização da Assistência Social LOAS e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Cadastro Único** [Internet]. Brasília: DF, Ministério da Cidadania, [2019a]. Disponível em: http://www.cidadania.gov.br/servicos/cadastro-unico. Acesso em: 30 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Carta de serviços ao usuário**. [Internet]. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2019b]. Disponível em:http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/mds-pra-voce/carta-de-servicos/usuario/assistencia-social/carteira-do-idoso. Acesso em: 03 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS**. Brasília, DF, 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria Nacional de Assistência Social.
Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília, Distrito Federal, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/caderno_MSE_0712.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Orientações técnicas: Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas**. Brasília, DF, 2017b. Disponível em:http://www.mds.gov.br/webarquivos/assistencia_social/caderno_PSB_idoso_pcd_1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS**. Brasília, DF, 2011a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre o PAIF Volume 2 Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro Pop SUAS e População em Situação de Rua Volume 3.** Brasília, DF, 2011b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf. Acesso em: 06 maio 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Perguntas Frequentes. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.** Brasília, Distrito Federal, 2017a. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/perguntas_e_respostas/PerguntasFrequentesSCFV_032017.pdf. Acesso em: 10 jan. 2020.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção I, 16 jul. 1990, Seção I, p. 13563. Disponível em: http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=1&data=16/07/1990. Acesso em: 13 dez. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária.** Brasília, DF: CONANDA, 2006. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Plano_Defesa_CriancasAdolescentes%20.pdf. Acesso em: 09 dez. 2019.

BRASIL. **Resolução nº 109, de 25 de novembro de 2009.** Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Ministério de Desenvolvimento Social. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Secretaria Nacional da Assistência Social. **Orientações Técnicas sobre Benefícios Eventuais no SUAS**. Brasília, DF, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/Orienta%C3%A7%C3%B5es%20T%C3%A9cnias%20sobre%20Benef%C3%ADcios%20Eventuais%20no%20SUAS.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

FERNANDES, Rosa. M. Castilhos, HELLMANN, Aline. (Orgs). **Dicionário crítico: política de assistência social no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/198716. Acesso em: 23 dez. 2019.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Decreto nº 18.073, de 29 de junho de 2018. Institui a Divisão Geográfica da área do Município de São José do Rio Preto em Regiões e dá outras providências. **DHOJE**, São José do Rio Preto, SP, p.A-7, 30 de jun. de 2018. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/SP/SAO.JOSE.DO.RIO.PRETO/DECRETO-18073-2018-SAO-JOSE-DO-RIO-PRETO-SP.pdf. Acesso em: 29 abr. 2020.

SILVA, Daniela de Andrade da **Crianças e adolescentes em contextos de violências sexuais:** (re) pensando a demanda reprimida do serviço de enfrentamento a violência, ao abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes no município de Palhoça. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial284235.pdf. Acesso em: 06 fev. 2019.

SILVA, Renato Jesus da Silva; GUEDES, Maria do Carmo. A evolução do conceito de grupo em Silvia Lane. **Psic. Rev. São Paulo**, v. 24, n.2, 181-197,

2015, p.184. Disponível em :https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/download/27795/19624. Acesso em: 27 maio 2019.